



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Humanidades - CH

Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

**Cidade e Imagens: Crônicas Visuais das Ruas de Campina Grande-PB (1900-1950).**

João Paulo França



Campina Grande - PB

Março/2012



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Humanidades - CH

Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

**Cidade e Imagens: Crônicas Visuais das Ruas de Campina Grande-PB (1900-1950).**

João Paulo França

Campina Grande - PB

Março/2012



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Centro de Humanidades - CH

Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

**Cidade e Imagens: Crônicas Visuais das Ruas de Campina Grande-PB (1900-1950).**

João Paulo França

Campina Grande - PB

Março/2012

**Cidade e Imagens: Crônicas Visuais das Ruas de Campina Grande-PB (1900-1950).**

**JOÃO PAULO FRANÇA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História, Cultura e Cidades.

Orientador: Prof. Dr. Roberval da Silva Santiago.

Campina Grande – PB

2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG**

F814c      França, João Paulo.  
              Cidade e imagens: crônicas visuais das ruas de Campina Grande-PB  
(1900-1950) / João Paulo França. - Campina Grande, 2012.  
              139f.: il. col.

              Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina  
Grande, Centro de Humanidades.  
              Orientador: Prof. Dr. Roberval da Silva Santiago.  
              Referências.

              1. Cidades. 2. Território. 3. Cultura. I. Título.

CDU 911.375 (043)

**DIGITALIZAÇÃO:**

**SISTEMOTECA - UFCG**

JOÃO PAULO FRANÇA

**Cidade e Imagens: Crônicas Visuais das Ruas de Campina Grande-PB (1900-1950).**

Dissertação aprovada em: \_\_\_\_\_, com conceito \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Dr. Roberval da Silva Santiago

Orientador

---

Dr. José Otávio Aguiar

Examinador interno

---

Dr. Josemir Camilo de Melo

Examinador externo

Campina Grande – PB

2012

## **DEDICATÓRIA**

A memória de Fábio Gutemberg, professor amigo, incentivador que acreditou e contribuiu para a realização deste trabalho na fase inicial. A lembrança de João França, avô-pai, com seu jeito sereno muito ensinou sobre as coisas da vida.

Campina da minha infância!

Como eras boa,  
sem calçamento,  
sem eletricidade,  
sem saneamento,  
sem praças,  
mas, inocente...

Campina, como me encantavas!...

Agora crescestes,  
estás forte,  
robusta,  
mas sem aquela inocência  
que te fazia humana...

Ah! Caminho do Açude novo

Como te transformaste!...

*Cristino Pimentel*



## AGRADECIMENTOS

Externo toda a gratidão àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, não só acadêmica, mas, principalmente, para o cotidiano da vida e das Ruas.

Por meus ideais cristãos, agradeço a Deus por me conceder forças e fé para nunca desistir de prosseguir os estudos e perseguir os objetivos, apesar das dificuldades e os percalços da vida. Foi com fé em Deus que sempre obtive inspiração e força para vencer as atribulações...

Agradeço as várias contribuições de todos os professores e professoras do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, que desde os bons tempos da Graduação e agora no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH- sempre mostraram diferentes formas de compreender a História.

Agradeço ao Professor Dr. Roberval da Silva Santiago que aceitou, desde o convite inicial, o desafio de ser orientador, mesmo conhecendo as dificuldades de tempo e pesquisa deste orientando. Estimo sua paciência, compreensão e, principalmente, as contribuições teóricas e metodológicas. Suas sugestões reordenaram em diversos momentos os rumos deste trabalho.

Reconheço também a contribuição do professor Luciano Mendonça, árduo defensor das causas que envolvem o estudo das condições sociais da população negra. Parte do Terceiro Capítulo desta Dissertação foi desenvolvida graças ao desafio lançado pelo mesmo no Componente História e Historiografia da Cidade Negra.

Estendo os agradecimentos a Professora Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento e ao Professor Dr. José Benjamin Montenegro, por aceitarem participar da banca examinadora desta Dissertação na etapa de qualificação, muito contribuindo com suas leituras e ressalvas para o aperfeiçoamento das bases deste trabalho. Estimo a relevância de suas observações e as incorporo.

Agradeço aos Professores Dr. Josemir Camilo de Melo e Dr. José Otávio Aguiar, por comporem a Banca examinadora da defesa final desta Dissertação. Suas críticas, observações e sugestões pertinentes muito contribuíram para o aprimoramento da redação final deste trabalho.

Continuando no ambiente acadêmico, agradeço aos amigos e amigas, bem como a todos os colegas que no decurso destes anos conviveram comigo as alegrias, apreensões e descobertas da universidade. Em especial, agradeço ao amigo Lincon César Medeiros de Souza, com quem tive alegria de participar e apresentar trabalhos conjuntos em congressos e encontros acadêmicos desde os tempos de Graduação.

Foi graças ao bom convívio e formação na universidade que consegui diversas vitórias em minha vida: Ser concursado como professor em Pernambuco, ser Secretário de Educação do meu Município de coração, Barra de São Miguel-PB, e poder ingressar no Programa de Pós-Graduação da UFCG. Se hoje posso ter um mínimo de conforto financeiro para estudar foi graças ao conhecimento adquirido na vida e ao Diploma da Universidade.

Entretanto, neste momento gostaria de registrar, para jamais esquecer de onde vim, o passado de dificuldades da Graduação, mas, também de muita solidariedade e ajuda que recebi: agradeço a Clemilton e aos irmãos Truta, Alexleide e Havelange, Tânia e Gilmar e outros colaboradores. Lembro aqui também os inúmeros colegas da RUN-CG (Residência Universitária), onde morei entre 2003 e 2005, últimos anos da Graduação, ali aprendi importantes lições de solidariedade, que trago em minha vida.

Agradeço a Aurinha... Paciente noiva que permitiu dividir sua atenção e presença com os livros deste trabalho. Ao final, incorporou também a função de primeira leitora dos rascunhos e ideias soltas que coloquei no papel a fim de sugerir os ajustes gramaticais necessários para a boa compreensão da mensagem que eu ansiava em mostrar. A Aurinha agradeço os bons momentos que tenho vivido.

No ambiente doméstico não poderia terminar estas linhas de agradecimentos sem lembrar especialmente a minha família. Minha mãe, Maria das Neves, e minhas irmãs, Jaqueline e Jacilene, as quais, mesmo de longe nunca deixaram de me incentivar e auxiliar. Tudo devo a minha avó, Zefinha, (mãe) e ao meu avô João França, (pai), que me acolheram, criaram, ensinaram as primeiras letras e muitas vezes tiraram recursos de seu próprio sustento e bem estar para me proporcionar 'regalias', como a de ser um universitário. Hoje, sem meu avô, continuo a admirar a força de vontade de minha avó na sua jornada diária. Este trabalho é também uma vitória deles.

Por fim, lembro do meu pai, onde e como estiver...

## SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1 - Sair do “Mato” para a “Rua”: O Espaço de Campina Grande na Primeira Metade do Século XX.	14
1.1-A “Rua da Origem”: Campina Grande antes de 1907.	17
1.2-A “Rua do Meio”: Campina Grande de 1908 a 1935.	26
1.3-A “Rua das Transformações”: Campina Grande de 1936 a 1950.	39
Capítulo 2 - A Rua e os Sentidos: Uma Interpretação da Dinâmica Urbana de Campina Grande - Percursos, Memórias e Territórios.	53
2.1 – O “Olho da Rua”- Sociabilidades e Vivências em Campina Grande nos Anos Iniciais do Século XX.	56
2.2 – O “Prolongamento da Rua”: Expansão Territorial, Temporal e Sociabilidades em Campina Grande nas décadas de 1930 e 1940.	73
Capítulo 3 – A “Rua do Esquecimento”: a Memória Dominante nos Logradouros de Campina Grande.	93
3.1- O Nome da Rua: A Disputa da Memória	95
3.2- O Negro no Espaço das Ruas de Campina Grande na Primeira Metade do Século XX.	106
3.2.1- As Ruas de Campina Grande e a construção de Territórios Negros.	110
3.2.2- As tentativas de esquecimento do “passado negro” em Campina Grande.	112
Considerações Finais	129
Fontes de Pesquisa	133
Referências Bibliográficas	135

## ÍNDICE ICONOGRÁFICO

### FOTOGRAFIAS

- FOTOGRAFIA 1 - Chegada do Trem a Campina Grande em 1907  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande 25
- FOTOGRAFIA 2 – Imagem Panorâmica de Campina Grande em 1918  
FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande 28
- FOTOGRAFIA 3 - Inauguração do Monumento em Homenagem ao Centenário da Independência em 1922  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande 31
- FOTOGRAFIA 4 – Imagem da Praça Epitácio Pessoa  
FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande 33
- FOTOGRAFIA 5 – Inauguração da Estátua de João Pessoa em 1931  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande 36
- FOTOGRAFIA 6 – Praça Antonio Pessoa, s/d. Anônima  
FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande 37
- FOTOGRAFIA 7 – Imagem Panorâmica de Campina em Fins dos anos 1950  
FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande 41
- FOTOGRAFIA 8 – Imagem da Rua Marques do Herval  
FONTE: Livro Roteiro Sentimental – Fragmentos Humanos e Urbanos de Campina Grande 46
- FOTOGRAFIA 9 – Imagem Panorâmica da Av. Floriano Peixoto.  
ACERVO: Dr. Severino Bezerra de Carvalho. Apud CABRAL FILHO, Severino. 2009, p. 60. 51
- FOTOGRAFIA 10- Imagem de Procissão em 1912 na Rua Maciel Pinheiro  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande 56
- FOTOGRAFIA 11 - Chegada da Energia Elétrica em Campina Grande no dia 29 de setembro de 1920.  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande 64
- FOTOGRAFIA 12 – Imagem da Rua Maciel Pinheiro  
FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande 68
- FOTOGRAFIA 13 – Imagem da Rua Irineu Jofilly  
FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande 70

FOTOGRAFIA 14: Praça Clementino Procópio (1936-1940) FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande	71
FOTOGRAFIA 15 – Imagem da Rua Vidal de Negreiros FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande	76
FOTOGRAFIA 16 – Imagem da Rua 13 de Maio FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande	78
FOTOGRAFIA 17 – Imagem da Igreja da Guia no Bairro de São José FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande	79
FOTOGRAFIA 18 – Celebração Campal no Largo do Rosário FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande	80
FOTOGRAFIA 19: Antiga Rua dos Paus Grandes, hoje Rua João Alves de Oliveira. FONTE: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande	90
FOTOGRAFIA 20: Cruzamento entre as Ruas Afonso Campos (horizontal) com a Vila Nova da Rainha (vertical), em 1932. FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande	98
FOTOGRAFIA 21- Feira na Rua Maciel Pinheiro. FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande	110
FOTOGRAFIA 22- Time do Ipiranga 1933. FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande	122
FOTOGRAFIA 23: Monumento dos Pioneiros nas Margens do Açude Velho FONTE: Enciclopédia Virtual Wikipédia	126

## MAPAS E PLANTAS

- MAPA 01 – Mapa de Campina Grande – 1790.  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. 17
- MAPA 02 – Mapa de Campina Grande – 1864.  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. 19
- MAPA 03 - Mapa de Campina Grande, 1907.  
FONTE: Adaptado a partir de Secretaria de Educação e Cultura de Campina Grande encontrado em QUEIROZ, Marcus Vinicius d. In: *Paisagens em movimento: as interlocuções entre a moradia e o urbano em Campina Grande (1930-1945)*. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, 2006. 22
- MAPA 04 - Mapa de Campina Grande, 1918.  
FONTE: Adaptado a partir de Secretaria de Educação e Cultura de Campina Grande encontrado em QUEIROZ, Marcus Vinicius d. In: *Paisagens em movimento: as interlocuções entre a moradia e o urbano em Campina Grande (1930-1945)*. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, 2006. 30
- PLANTA 01 – Campina Grande no Início da Segunda Metade do Século XX.  
Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande s/d, s/a. 49

## TABELAS

- TABELA 01- Construções de Casas em Campina Grande – 1906-1935.  
FONTE: Adaptado a partir de CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*.  
Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. 27
- TABELA 02 - Construções de Casas em Campina Grande – 1936-1947.  
FONTE: Adaptado a partir de CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*.  
Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. 39
- TABELA 03: População de Campina Grande por Condição Civil- Século XIX.  
FONTE: Relatório apresentado à Assembléia provincial da Paraíba do Norte  
pelo excelentíssimo presidente Antônio de Sá Albuquerque em 02 de agosto de  
1851; Recenseamento geral do Império do Brasil – 1872. IN: LIMA, Luciano  
Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”*: uma história social da  
escravidão em Campina Grande – Século XIX. Recife: Ed. Universitária da  
UFPE, 2009, p.158. 107
- TABELA 04: Evolução da População Escrava de Campina Grande –  
1850/1887.  
FONTE: VIANNA, Marly de A. Gomes. *A estrutura de distribuição de terras  
no Município de Campina Grande: 1840-1905*. Mestrado em economia Rural.  
Campina Grande: UFPB, 1985. IN: LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da  
“Rainha da Borborema”*: uma história social da escravidão em Campina  
Grande – Século XIX. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p.159. 108

## RESUMO

O presente trabalho tem por recorte espacial e temporal algumas das Ruas Centrais de Campina Grande na primeira metade do século XX e procura inserir o espaço da Rua nos estudos e análises na cidade moderna. Entendendo o espaço urbano como plural e marcado pela diversidade de pessoas e grupos sociais que cotidianamente transitam e voltam sua atenção para tal ambiente, procuramos apresentar os diferentes olhares e percepções sobre este espaço, que acaba sendo criado, não só arquitetonicamente, mas também simbolicamente. As crônicas visuais que foram possíveis encontrar nas fontes, nos revelaram alguns percursos pela cidade que não só apresentaram o ambiente físico das Ruas com seu desenvolvimento material, mas também os diferentes territórios que foram formados a partir das particularidades dos habitantes, que mais das vezes com seus usos e costumes terminaram por redimensionar o espaço urbano. Como um *flâneur* que faz sua imersão na urbe, tentamos encontrar os possíveis percursos que os campinenses faziam na primeira a metade do século XX e as sensações diferentes que os moradores tinham em relação à chegada de equipamentos de conforto e do progresso material da cidade. Percebe-se assim que é construído todo um processo de memória coletiva dominante que tinha como objetivo lembrar e perpetuar certos grupos sociais abastados, em detrimento de outros grupos populares, especialmente, os negros. Pelas pesquisas tentamos identificar os “Territórios negros” que foram construídos no cotidiano da cidade de Campina Grande na primeira metade do século XX: clubes carnavalescos, times de futebol, ambientes frequentados, etc. Ao mesmo tempo questionamos como a memória deste território negro mais das vezes foi, deliberadamente ou não, esquecida. De forma indireta os memorialistas nos levaram a perceber que no período pós-escravidão e início do século XX a cidade tinha suas preferências raciais, o que mais das vezes significava esquecer e não perpetuar a memória do passado de escravidão e segregação do negro no espaço urbano. Para a realização deste trabalho, lançamos mão de diferentes fontes, tais como: jornais de época, fotografias, memórias e crônicas, como também toda uma bibliografia que se reportou a análise da cidade moderna e da “cultura” ou “culturas da cidade”.

**Palavras - chave:** Cidade, Território, Cultura, Negro.



## ABSTRACT

The present work has for space and temporary cutting the central Streets of Campina Grande in the first half of the century XX, and it tries to insert the space of the Street in the studies and analyses on the modern city. Understanding the urban space as plural and marked by the people's diversity and social groups that daily and they go back your attention to such an atmosphere, we tried to present the different glances and perceptions on this space, that ends being created not only arquitetonicament, but also simbolicament. The visual chronicles that they were possible to find through the sources, they revealed us some courses for the city, that they presented not only the atmosphere physicist's of the Streets material development, but also the different territories that were formed starting from the inhabitants' particularities, that more of the times with your uses and habits ended for dimension the urban space. As a *flâneur* that makes your immersion in the urbe, tried to find the possible courses that the campinenses did in the first half of the century XX and the different sensations that the residents had in relation to the arrival of comfort equipments and of the material progress of the city. It is noticed that is built like this an entire process of dominant collective memory, that he/she had for objective to remind and to perpetuate certain wealthy social groups, in detriment of other popular groups, especially, the blacks. Through the researches we tried to identify the "black Territories" that were built in the daily of the city of Campina Grande in the first half of the century XX: carnival clubs, soccer teams, frequented atmospheres, etc. At the same time we questioned more as the memory of this black territory of the times it was, deliberately or not, forgotten. In an indirect way the memory took us to notice that in the period powder-slavery and I begin of the century XX the city she also had your racial preferences, which more of the times he/she meant to forget and not to perpetuate the memory of the slavery past and segregation of the black in the urban space. For the accomplishment of this work, I threw hand of different sources, such as: time newspapers, pictures, memoirs and chronicles, as well as an entire bibliography that if reported the analysis of the modern city and of the "culture" or "cultures of the city".

**Word-key: City, Territory, Culture, Black.**

## Introdução

Fazer um passeio perscrutador pelas Ruas Centrais de Campina Grande ao longo da primeira metade do século XX é o desafio que lançamos nesta aventura. Nos últimos anos é perceptível um verdadeiro *boom* na historiografia regional que tem se renovado e lançado seu olhar para a História da Paraíba e de forma específica para a cidade de Campina Grande. Para esta efervescência histórica muito tem contribuído as pesquisas e lançamentos de obras de professores e estudantes dos cursos de História local, quer seja da Universidade Estadual da Paraíba, quer seja da Universidade Federal de Campina Grande, em particular, a partir da criação do Mestrado em História, especificamente na linha de Cultura e Cidades.

Diante deste quadro, um desafio se impõe ao presente trabalho: o que trazer de novo num espaço-tempo tantas vezes visitado pela historiografia campinense? Analisando as recentes obras editadas e pesquisando as fontes históricas de época, tais como jornais, relatos de memórias, crônicas, fotografias e depoimentos orais, acreditamos que falta a visão histórica de uma abordagem a respeito das Ruas de Campina Grande na primeira metade do século XX. Já se falou da chegada de maquinarias e equipamentos de conforto<sup>1</sup>, dos divertimentos<sup>2</sup>, das imagens da Cidade<sup>3</sup>, de grupos específicos, dos homens de letras ou de populares<sup>4</sup>, das prostitutas<sup>5</sup>, da educação,<sup>6</sup> entre outros temas, mas a temática das Ruas ainda não foi explorada<sup>7</sup>.

Este trabalho se propôs a colher as diferentes impressões das obras do tempo presente e também visitar os arquivos e fontes primárias, como os jornais de época, a

---

<sup>1</sup> ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande, EDUFCG, 2006, 275 p.

<sup>2</sup> SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos – Sociedade, Cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Doutorado em História, UFPE, Recife, 2002.

<sup>3</sup> CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande, EDUFCG, 2009, 204 p.

<sup>4</sup> SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001, 193 p.

<sup>5</sup> NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite – Prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande, EDUFCG, 2008, 253 p.

<sup>6</sup> AGRA DO Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades- Campina Grande (1959)*. Campina Grande, EDUFCG, 2006, 151 p.

<sup>7</sup> As obras e temáticas aqui mencionadas são estudadas pelos historiadores locais de forma bastante abrangente, não sendo nosso objeto nesta explanação o aprofundamento acerca de suas visões e construções históricas. Citamos, entre as diversas contribuições, esta panorâmica de obras como um início instigante de referências para os leitores e pesquisadores que desejam aprofundar sua visão acerca de Campina Grande, a partir de diferentes temáticas e estilos de escrita da História local. Nossa contribuição será uma abordagem a partir das Ruas da cidade.

fim de trazer para o leitor contemporâneo uma grande paisagem panorâmica do cotidiano de Campina Grande, levando em conta o burburinho, as vivências, os espaços arquitetônicos e os territórios construídos simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que circulavam nas Ruas da cidade.

Esta pesquisa deve e muito em sua gênese ao historiador Fabio Gutemberg, o qual lançou seu olhar acadêmico para as Ruas de Campina Grande buscando compreender suas cartografias e os espaços de vivências dos diferentes indivíduos, fazendo uma história social da cidade<sup>8</sup>. Todavia, lançamos um olhar diferenciado no sentido de identificar não só os locais dos diversos grupos sociais que compunham o espaço urbano, mas também as imagens, mapas e mudanças físicas e simbólicas. O recorte espacial usado se apresenta de forma mais abrangente, tendo em vista que o mesmo procura mostrar aspectos da chegada do século XX até os anos 1950, traçando um movimento panorâmico que cobre cinquenta anos, vislumbrando assim uma série de transformações arquitetônicas e sociais que as Ruas de Campina Grande foram testemunhas.

Este trabalho trás de novo, também, a perspectiva de contribuir para a historiografia nacional e local no sentido de lançar luz sobre uma nova maneira de conhecer a História Urbana Brasileira. Neste caso, seguindo os passos daqueles que se encantaram com a vida nas cidades, a exemplo de Cronistas como João do Rio, em seu livro *A Alma Encantadora das Ruas*, ou mesmo do campinense Cristino Pimentel, em sua coluna *Coisas da Cidade*, editada em diferentes jornais, procuramos captar um pouco desta “alma encantadora” das Ruas campinenses, fazendo assim um movimento de apresentação, descrição e conhecimento das “coisas da cidade”, contribuindo para lançar luz sobre o passado, captando passagens e aspectos das esquinas, das praças, dos bancos a sombra das gameleiras, das marquises, dos “vazios” e das “multidões”. Neste aspecto, a Rua se desnuda em sua arquitetura e em seus territórios, dando vida ao próprio mundo urbano.

É importante mencionar que nosso ponto de partida é o espaço da Rua, e isto se dá em virtude da especificidade que a mesma tem, pois já não se pode imaginar a cidade como algo uno, homogêneo, com as experiências diárias vividas de forma igual em suas

---

<sup>8</sup> SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. *Territórios de Confrontos: Campina Grande - 1920-1945*. Campina Grande, EDUFPG, 2006, 193 p.

diferentes Artérias<sup>9</sup>. Afinal, a cidade é plural, marcada principalmente pela diversidade. Esta diversidade é perceptível pelas características de cada Rua, pelas especificidades criadas por seus moradores e transeuntes. Sendo assim, os pressupostos da História Cultural nos permitiram compreender, através das fontes, como os diferentes grupos sociais recebiam as transformações que estavam ocorrendo nas Ruas da cidade e como os indivíduos dentro destes grupos se apropriavam das mudanças e as redimensionavam no seu dia-a-dia<sup>10</sup>.

A Rua foi o canal que, utilizamos baseados em Michel de Certeau, para observar as práticas cotidianas dos diferentes segmentos sociais em sua relação com equipamentos e símbolos modernos, tais como a presença da luz elétrica, da água encanada e do cinema<sup>11</sup>. Tudo isso aliado as melhorias físicas dos Logradouros, com o calçamento, praças jardinadas e passeios públicos limpos. Um objetivo específico do presente trabalho foi o de se debruçar sobre os hábitos dos diferentes moradores observando o que mudou com a presença de equipamentos modernos e como eles passaram a se comportar no dia a dia diante de algumas alterações na cidade, mesmo que para um grupo restrito de habitantes, como foi o caso da energia elétrica.

Enquanto uma camada social saudava a chegada de um equipamento de conforto como a Luz elétrica, aumentado assim os espaços de vivências em torno do moderno, com as saídas a noite para Praças e Ruas, Clubes literários, Cinemas, Bares e ambientes que traziam uma certa “vida noturna” para as Ruas da cidade, muitas outras pessoas continuavam na escuridão, pois muitos dos Logradouros, principalmente, nos subúrbios ainda tinham uma iluminação péssima e dentro das residências os moradores continuavam com o candeeiro a querosene.

Esta discrepância na “moderna Campina” acontecia porque a iluminação fornecida pela Empresa Luz e Força era cara e péssima, como denuncia o Jornal A

---

<sup>9</sup> Etimologicamente a palavra Rua vem do Latim *ruga*, “ruga, dobra, sulco”. Uma explicação possível seria porque na época do início de Roma, as ruas tinham profundos sulcos, deixados pelas rodas das carroças, o que lhes dava um aspecto de enrugadas, sulcadas. Informações constatadas IN: [www.origemdapalavra.com.br](http://www.origemdapalavra.com.br), acesso em 09/04/2012.

<sup>10</sup> Sobre os conceitos de “representação” e “apropriação” ver Roger Chartier IN: *A história cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertand, 1990. Estes conceitos são importantes para a nossa investigação histórica no sentido que compreendemos, baseados em Chartier, que há uma representação do mundo exterior, de uma Rua, por exemplo, e esta representação é “apropriada” pelos transeuntes, pelos moradores, pelas autoridades, nem sempre de forma harmônica, mas com a reconfiguração que cada grupo ou indivíduo imprime a sua experiência com tal espaço representado.

<sup>11</sup> Utilizamos o conceito de “práticas cotidianas” de Michel de Certeau, para compreender as ações do “homem ordinário”, com suas “astúcias” e suas “táticas” para desenvolver suas práticas no cotidiano de resignificação da realidade vivida. O mesmo não é um agente passivo, mas com suas burlas e desvios (re)inventa o cotidiano Ver: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1- Artes de fazer*. 16ª Edição. Trad.: ALVES, Ephraim Ferreira. Petrópolis, Vozes, 2009.

*Batalha* de 04 de abril de 1935: das 6.033 residências da cidade, apenas 1.300 suportavam o preço do serviço de Luz. Assim, da “população de 36.198 almas, apenas 7.800 suportam a carestia impiedosa de sua energia elétrica e 28.398 valem-se de querosene. Que horrível situação das classes pobres da dinâmica cidade: luz caríssima e água difícil e péssima”<sup>12</sup>.

Após pontuarmos as mudanças físicas do espaço urbano e como os moradores e transeuntes acolheram tais transformações, procuramos por fim compreender o processo de disputa no campo da memória. Nomear Ruas e Praças não é um mero Ato de Governo distante do cotidiano. Na verdade, este processo passa pelo campo da disputa da memória dominante do lugar, onde podemos compreender o que se buscou lembrar e o que se procurou esconder. Neste sentido, nomes de pessoas e datas foram enaltecidos, ao passo que outros nomes e grupos populares, como os negros, foram relegados ao esquecimento.

Exemplo desta afirmação pode-se perceber na nomenclatura da atual Rua Venâncio Neiva, no Centro de Campina Grande. Na origem deste Logradouro os moradores apenas a conheciam como o “Beco imundo”, que juntava os detritos das Ruas adjacentes, formando uma espécie de Riacho sujo, o que levava os populares a nomear tal espaço físico de “Beco da Bosta” ou “Beco da Merda”<sup>13</sup>. Todavia, no início do século XX constata-se que a nomenclatura oficial passou a ser Rua José Precipício<sup>14</sup>.

Com certeza, os nomes mais populares não eram os que as autoridades e as camadas abastadas da sociedade gostariam de pronunciar quando se referissem a este espaço. Assear o ambiente e impor a nomenclatura de José Precipício também não contentou as autoridades, que acabaram por renomear o espaço com outro nome, no caso, “Rua Venâncio Neiva”, lembrando a memória do primeiro “Presidente do Estado (atual cargo de Governador de Estado) da Paraíba”, no período Republicano, foi a medida tomada para que se apagasse a “mácula” do nome que tinha aquela Rua na boca dos moradores da cidade. Assim, a memória dominante hoje fala de Venâncio Neiva e

---

<sup>12</sup> Jornal *A Batalha*, 04/04/1935, p. 3, nº 25.

<sup>13</sup> Informações constatadas pelo articulista, professor Severino Machado. VER: Ruas de Campina: Venâncio Neiva (I) IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 24/07/1983, p. 6.

<sup>14</sup> Sobre esta mudança de nomes, fazem menção: PIMENTEL, Cristino. A Rua Venâncio Neiva IN: *Abrindo o livro do passado*. 2ª Edição. Campina Grande: EDUFPG, 2011, p. 104; RODRIGUES, José Edmilson et al. *Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996, p. 155. Nesta obra consta também a informação que o nome de José Precipício foi retirado da Rua Central da cidade, no caso, a atual Venâncio Neiva, e levado a nomear outra Artéria no atual Bairro de Bodocongó, o que nos leva a indagar: a quem interessaria tal mudança? Este é mais um exemplo de disputa no campo da memória dominante dos Logradouros.

não do nome popular de “Beco da Merda” para se referir a esta Artéria central de Campina Grande.

Entendemos que para estudar as transformações pelas quais passou a cidade de Campina Grande durante o início do século XX, podemos partir do estudo de algumas de suas Ruas, principalmente as centrais. Para isto, consultamos Maria Paula do Amaral Dick que apresenta algumas justificativas para este empreendimento:

*A rua é ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia a dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas*<sup>15</sup>.

Percebe-se neste fragmento que, quando nos deparamos com o espaço da Rua, estamos na verdade diante de algo praticamente incorporado a nossa vida, sem que, contudo, paremos para refletir sobre sua dinâmica e influência no dia a dia. Para a Rua tudo converge e é na mesma onde encontramos uma das principais características do mundo urbano, ou seja, a rapidez, a agitação, o barulho, enfim, as “marcas do triunfo da modernidade”<sup>16</sup>.

Desse modo, percebemos que o espaço da Rua pode nos oferecer importantes subsídios para a pesquisa histórica. Nesta perspectiva, consultamos, entre outras contribuições, a de Raquel Rolnik. Esta autora faz importantes considerações a respeito da História Urbana e enfatiza a atenção que o historiador deve ter com relação a este campo de investigação:

*Contrapondo-se a noção de espaço à noção de território, há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território. O território é uma noção que incorpora a noção de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território*<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O nome da rua IN: *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo, 1996. p. 133.

<sup>16</sup> ARANHA, Gervácio Batista. Visões da modernidade urbana: A experiência Nortista. IN: *Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e região: Tramas Políticas-Econômicas e Práticas Culturais (1880-1920)*. Doutorado em História, Unicamp, Campinas, 2001, p. 249-317.

<sup>17</sup> ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? IN: *Cidade e história*. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A F. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em arquitetura e urbanismo: ANPUR, 1992, p. 28.

Neste recorte é perceptível o quanto a autora buscou mostrar para o historiador que ele pode dispor do “Território” e do “Espaço” como *locus* importantes para o estudo da cidade. Segundo Raquel Rolnik, o espaço se assemelha a “um arquivo”, “um papel no arquivo”, “um registro”, e é por meio das vivências e apropriações dos sujeitos neste ambiente que o espaço deixa de ser um mero lugar “frio” e sem “vida”, para tornar-se um “Território”, construído a partir das diversas redes de sociabilidade que aí se forma.

Exemplo desta constatação é a atual Rua João Pessoa. Ao longo do dia aquele espaço é tomado por transeuntes, lojistas, camelôs, compradores e vendedores, enfim, cria-se o Território da Campina pujante do comércio. Todavia, ao cair da tarde e início da noite, quando as lojas fecham suas portas, àqueles grupos saem de cena e no mesmo espaço da Rua surgem novos Territórios, desta feita, construído por um público que tem na vida noturna “seu meio” de vida. Travestis e prostitutas usam das esquinas do mesmo espaço da Rua João Pessoa para construir suas Redes de sociabilidade, seu ponto de encontro com a freguesia e com indivíduos de condição social semelhante. Emerge assim, um novo Território, diferente do apresentado no mapa do urbanista e daquele do comércio lojista diurno. Temos aí o Território do “doce veneno da noite” nos dias atuais<sup>18</sup>.

Acolhemos a diferenciação entre “espaço” e “territorialidade” e acrescentamos que uma das variáveis onde mais nitidamente está definida a construção da territorialidade é no espaço da Rua. Segundo a própria Rolnik:

*Uma rua para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve*<sup>19</sup>.

Fica claro para Rolnik, que o espaço não deve ser visto apenas como o “espaço função”, mas deve ser compreendido, nas palavras da própria autora, como “marca,

---

<sup>18</sup> NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite – Prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande, EDUFPG, 2008, 253 p. É importante ressaltar que a autora não trabalha a questão da prostituição nos dias atuais nesta obra, de onde tomamos de empréstimo apenas sua eficiente terminologia para nomear a vida noturna da cidade.

<sup>19</sup> ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? IN: *Cidade e história*. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A F. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em arquitetura e urbanismo: ANPUR, 1992, p. 28.

como expressão, como assinatura, como anotação das relações sociais e como cartografias destas relações”<sup>20</sup>.

Desse modo, a nossa pesquisa adentrou o ambiente da Rua, como forma de se aproximar dos comportamentos dos habitantes de Campina Grande na primeira metade do século XX observando os diferentes grupos e sua relação com a cidade que se modernizava e se transformava. Encontramos assim um pouco dos rastros das práticas socioculturais decorrentes destas alterações.

A respeito da pesquisa em documentos impressos, esta se concentrou no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, no Museu da História e Tecnologia do Algodão e no Setor de Documentação em História Regional da UFCG (SEHIR/CH/UAHG/UFCG), onde foram pesquisados os jornais de época *O 15 de Novembro*, *O Campina Grande*, *Correio de Campina*, *O Século*, *A Gazeta do Sertão*, *A Batalha*, *Jornal de Campina*, *Brasil Novo*, *Voz da Borborema*, *O Rebate*, *A Voz do Dia*, *Correio Campinense* e *O Momento*.

Dentre os livros e memórias de autores campinenses que nos ajudaram nesta discussão estão: o livro *Roteiro sentimental – fragmentos humanos e urbanos de Campina Grande* do poeta Ronaldo Cunha Lima; o livro *Crônicas*, de Francisco Maria Filho; *Vi, ouvi e senti* de Antonio Pereira de Moraes; *Vultos e fatos* de Hortênsio de Souza Ribeiro e *Pedaços da história de Campina Grande; Abrindo o livro do passado e Mais um mergulho na história campinense*, todos de Cristino Pimentel. Deste autor também serviu de base suas crônicas da coluna “Cousas (Coisas) da Cidade”, principalmente das décadas de 1930 e 1940, onde as mesmas figuraram nos jornais de Campina Grande e João Pessoa, principalmente: *A Ordem*, *A Razão*, *A Batalha*, *A Imprensa*, entre outros. Sua coluna “Cousas da cidade” acabou sendo uma importante fonte para adentrarmos na vida campinense. Complementando a análise destas memórias, fizemos uso de forma significativa dos livros *Datas campinenses* e *Os Alicerces de Campina Grande* de Epaminondas Câmara que, apesar do cunho factualista, muito contribuíram para o esclarecimento de alguns episódios da história da cidade.

Quanto às imagens da urbe, o trabalho traz importantes fotografias que foram analisadas para construir uma melhor compreensão do objeto de estudo: as Ruas da cidade. Além de imagens, foram utilizados mapas, os quais, em seu conjunto nos

---

<sup>20</sup> ROLNIK, Raquel. Op. Cit. p. 28.



serviram de guia para a localização dos cenários físicos onde se desenvolveram a trama cotidiana a qual lançamos nosso olhar nesta abordagem. As fotografias e outras imagens que foram reproduzidas encontram-se no acervo do próprio Museu Histórico de Campina Grande e, em parte nos livros de memorialistas e autores contemporâneos.

Os elementos mais importantes na pesquisa histórica são as descobertas que fazemos no trilhar do caminho. A princípio, não fazia parte desta pesquisa o uso das imagens e dos mapas, mas, com o desenvolvimento, sentimos a necessidade que determinadas lacunas fossem preenchidas e dados novos fossem inseridos. Para isto, foi fundamental o uso da internet, e em especial do site *Retalhos da história de Campina Grande*, o qual possibilitou coletarmos uma série de imagens e ilustrações da cidade. Pode-se destacar que fotografias e informações foram recolhidas, não só a partir dos responsáveis e colaboradores do site, mas também por internautas e populares que, livremente, contribuíram com seus acervos particulares, impressões e esclarecimentos sobre as transformações do espaço urbano.

O encontro com as diversas imagens da vida de Campina Grande nos levou a uma nova percepção do passado. As crônicas escritas ganharam profundidade e cenários concretos por meio das imagens. No entanto, é importante fazer determinadas ponderações sobre o uso que aqui fazemos desta fonte. Como nos ensina Eduardo França de Paiva, nas últimas décadas temos observado uma importante renovação na historiografia brasileira. Com isso, novas abordagens e possibilidades se abrem para a pesquisa histórica. Mais livres de esquemas rígidos no tocante as fontes históricas, podemos utilizar novos recursos, como por exemplo, as imagens e fotografias, enfim, recursos iconográficos, que em nível de história cultural, nos permitem compreender melhor o passado. Para este autor, as imagens:

*Associadas a outros registros, informações, usos e interpretações, se transformam, em um determinado momento, em verdadeiras certidões visuais do acontecido, do passado. Essas imagens são, geralmente e não necessariamente de maneira explícita, plenas de representações do vivenciado e do visto e, também, do sentido, do imaginado, do sonhado, do projetado. São, portanto, representações nas e sobre as variadas dimensões da vida no tempo e no espaço<sup>21</sup>.*

---

<sup>21</sup> PAIVA, Eduardo França. *História e imagens* Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2006, p. 13-14.

Com esse desejo de conhecer o passado por meio das imagens que tivemos acesso, fazemos importante ressalva no sentido de afirmar que, apesar da liberdade inicial que temos para interpretá-las, não estamos por cair no campo do ficcional. Nosso compromisso nos leva a respeitar as evidências históricas, afinal, estamos produzindo uma interpretação historiográfica do passado de Campina Grande por meio de suas Ruas, e não um Romance literário.

Acerca do uso de imagens para o estudo da História de Campina Grande, não podemos deixar de mencionar os trabalhos pioneiros do historiador Severino Cabral Filho, a partir de sua tese de doutorado, publicada em parte no livro *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*<sup>22</sup>. O autor faz importantes observações acerca do uso da fotografia como fonte histórica a partir de diferentes autores que se debruçaram sobre a temática. Diferenciamos-nos de sua abordagem por compreendermos que o foco central de nossa investigação é o espaço da Rua e o campo de disputa da memória dominante sobre a mesma e não as fotografias. No entanto, destacamos a contribuição de Severino Cabral Filho para teorizar a produção fotográfica das principais imagens que nos foram legadas acerca do cotidiano de Campina Grande, em especial, na primeira metade do século XX.

Nos passos de autores da História Cultural, como Carlo Ginzburg<sup>23</sup> e Natalie Zemon Davis<sup>24</sup>, nos sentimos respaldados em procurar a partir das evidências históricas, construir nossa interpretação do passado da cidade. Na pesquisa, as lacunas sempre nos desafiam e nos levam a formular novas conjecturas. Todavia, estes autores nos legaram a possibilidade de explicação que não se fecha em si mesma, mas se permite fazer questionamentos. Mesmo que não encontremos respostas definitivas, nas palavras de Davis, nos é “lícito imaginar que” o passado poderia ser de tal forma como o lemos nas evidências das fontes.

Assim, as imagens alargam nosso campo de possibilidades. Enxergamos ali uma realidade construída. Entretanto, são representações que, não necessariamente apresentam de forma fiel o passado, o que é comum com as fontes históricas produzidas pelo homem. As imagens de época, o foco da fotografia, os instantes congelados pelo fotógrafo e, mesmo a seleção iconográfica que utilizamos neste trabalho, são fruto de

---

<sup>22</sup> CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande, EDUFCG, 2009, 204 p.

<sup>23</sup> GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução: AMOROSO, Maria Betânia, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

<sup>24</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução: BOTTMANN, Denise, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

determinados tempos históricos, de seleções, escolhas e olhares interessados em tal produção.

Portanto, como nos adverte Eduardo de Paiva, “a imagem, ela também, ao ser lida a *posteriori* pelo historiador, pelo especialista, pelo leigo é reconstruída a cada época. A ela, no conjunto ou nos detalhes, são agregados novos significados e valores”<sup>25</sup>. Neste caso, se temos um instante do passado congelado pela lente de um fotógrafo, também temos uma imensa janela de possibilidades de explicação dessa imagem.

Recorremos a R. S. Berral para expressar a compreensão acerca de “crônica visual” que utilizamos nesta dissertação:

*Entendemos que a imagem, particularmente a fotografia, provoca no espectador algumas reações de natureza sensorial.*

*Em vista disso, as imagens abordadas daqui por diante serão tratadas como índices-documentos portadores de registros visuais de cenas do passado das cidades e das memórias particulares afetivas daqueles que se deixaram fotografar. Sendo um artefato de reprodução da memória do homem, elas se mostraram como simulacros visuais encadeados de sugestões dispostas entre o que se vê e o que se sente, a suscetibilidade e o desejo.*

*Assim sendo, a imagem é uma forma de discurso, é um produto cultural, cuja técnica torna-se suscetível a manipulações e outros tipos de interferências. (...). Ela não traz em si, apenas, a realidade do instante fotografado, mas também outros momentos, o que faz, necessariamente, uma produção de múltiplos significados em seu contexto de produção e de exposição<sup>26</sup>.*

No final, o leitor perceberá que utilizamos determinadas fotografias para reforçar nossa compreensão sobre o passado de certas Ruas, como por exemplo, o nosso entendimento de que, apesar do encantamento e alarde do crescimento urbano de Campina Grande, que encontramos por diversas vezes nas crônicas, nossa percepção é contrária, vendo aglomerados populacionais nas Ruas em dias de feiras ou comemorações cívicas e religiosas. Certamente, imagens de Ruas vazias não seria objeto de menção em um trabalho que tivesse intenção diversa da que propomos nesta análise. Uma imagem da agitação da feira talvez levasse o leitor a compreender que Campina Grande teria diariamente tão intenso movimento. Por outro lado, será que

---

<sup>25</sup> PAIVA, Eduardo França. *História e imagens* Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2006, p. 18.

<sup>26</sup> BERRAL, R.S. *A medusa da modernidade: a cidade do Recife à luz da fotografia*. Campina Grande, EDUFCEG, 2009. p. 28-29.

utilizamos imagens do amanhecer da cidade, com as Ruas propositalmente desertas, para dar subsídio a nossa afirmação dos “vazios” na cidade?

Na esteira da renovação historiográfica, também, nos reportamos à compreensão de Paul Veyne que a História é “uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, à primeira vista, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos”, o vivido, tal como “ressai das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração. Assim, a história seleciona, simplifica, organiza e faz com que um século caiba em uma página”<sup>27</sup>.

Neste aspecto, concordamos com este teórico, em especial, com sua noção de trama na História. Selecionamos aquilo que escrevemos, selecionamos fotografias, passagens de documentos com este intuito de construirmos a nossa trama historiográfica. Entretanto, ressaltamos que não abrimos mão da importância da História e que a mesma não é mera descrição sem cunho científico, como em uma leitura apressada pode-se fazer de passagens da obra de Veyne. O mesmo não discute a validade da História, mas trabalha com a noção de roteiro, de narrativa e trama<sup>28</sup>.

Cabe-nos ainda uma afirmativa quanto à metodologia deste trabalho. Optamos pela análise bibliográfica relativa ao tema “Cidades” e “Cultura”, com ênfase nos cronistas locais, em virtude dos mesmos estarem inseridos no período de nossas investigações. Tais cronistas nos forneceram importantes trilhas para construirmos nosso caminho pelas Ruas da cidade. Alargando este conhecimento, fizemos uso de uma considerável seleção de 23 fotografias, 04 mapas, 01 planta e 04 tabelas, no interesse de contrapormos as conjecturas levantadas por nossa empreitada do que se afirmava nas referidas crônicas de época<sup>29</sup>.

Após estas considerações iniciais, passamos a apresentar o roteiro da nossa caminhada histórica pelo passado campinense a partir das Ruas da cidade.

No primeiro movimento de viagem ao passado, discutimos o ambiente físico das Ruas de campinenses em si. No Capítulo intitulado *Sair do “Mato” para a “Rua”*: O

---

<sup>27</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*, Tradução Baltar, Alda e KNEIPP, Maria Auxiliadora. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 11.

<sup>28</sup> VEYNE, Paul. Op. Cit.

<sup>29</sup> Nesta Dissertação, utilizamos como já mencionado, fotografias que se encontram principalmente no site [www.cgretalhos.blogspot.com](http://www.cgretalhos.blogspot.com), todavia, algumas das imagens não constam a autoria e o nome do fotógrafo que a fez. Para ampliar o conhecimento acerca dos fotógrafos campinenses e sua produção ver: FIGUEIREDO JR. Paulo Matias. *Fotografia em Campina Grande: os fotógrafos e suas produções imagéticas no processo de desenvolvimento do Município (1910-1960)*. 2000. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2002. Campus I - Campina Grande - Biblioteca Central – SeCE / 770 - F457f.

*Espaço de Campina Grande na Primeira Metade do Século XX* apresentamos as mudanças cartográficas, com destaque para as Ruas existentes, o surgimento das novas, ou melhor, o “nascimento” das Artérias hoje localizadas no Centro de Campina Grande. O recorte espacial e temporal abrangente nos permite compreender de forma panorâmica as transformações arquitetônicas da cidade, transformações estas que se cristalizaram no dia a dia e fizeram os moradores criar novas sociabilidades, novas sensibilidades às mudanças que estavam ocorrendo no seu espaço de vivência.

Ainda procuramos demonstrar as mudanças do espaço das Ruas de Campina Grande do período anterior a 1900 até a culminância da primeira metade do século XX, o ano de 1950. Percebemos que, ao passo que a cidade cresce territorialmente, mudam os hábitos e os reclames dos moradores. Se em 1909 o Jornal *O Campina Grande* destacava que uma criança de 10 anos teria sido “alvejada pelas patas de um Cavallo que a estupidez destes matutos faz colocar até mesmo acima das calçadas”, encontramos em 1932 o Jornal *O Rebate* tratando de um “lamentável desastre” na Rua João Pessoa, onde um caminhão em “velocidade extraordinária” bateu em um “pobre rapaz, deixando-o semi-morto, banhado em sangue”<sup>30</sup>. Neste exemplo, vemos estas transformações de uma Campina “matuta” para uma cidade que passa a enfrentar a expulsão dos transeuntes das Ruas para dar lugar às “carreiras” dos automóveis.

No segundo capítulo intitulado *A Rua e os Sentidos: Uma Interpretação da Dinâmica Urbana de Campina Grande - Percursos, Memórias e Territórios*, enfatizamos a dinâmica do dia a dia no recorte temporal estudado a partir das Artérias Centrais da cidade. Do cruzamento de imagens, jornais de época e das memórias escritas de Francisco Maria, Hortênsio de Souza Ribeiro, Antonio de Moraes e, principalmente, Cristino Pimentel, procuramos encontrar alguns percursos feitos nas Ruas campinenses no período pesquisado. Seguindo descrições dos locais e das memórias dos autores mencionados, analisamos os espaços da cidade que na primeira metade do século XX serviram de encontros religiosos, políticos e de diversão.

Neste sentido, procuramos não perder de vista o viés crítico de observar os momentos de ocupação por parte da população das Ruas da cidade, que nem sempre condiziam com os relatos e observações apaixonadas dos cronistas. Estes apresentavam discursos muitas vezes de encantamento, de entusiasmo sobre o “progresso” e “desenvolvimento” da “Rainha da Borborema”. Entretanto, também há os discursos de

---

<sup>30</sup> Jornais *O Campina Grande*, Ano II, nº 33, em 06/06/1909, p. 4 e *O Rebate*, ano I, nº10, em 03/12/1932, p. 1.

denúncia sobre as melhorias físicas e adequação urbana aos grandes centros “civilizados” do país. Desta forma, encontramos também as reclamações dos usos, costumes e territorialidades dos populares no espaço das Ruas. Seguindo estas, foi possível compreender como homens e mulheres redefiniram o uso do meio urbano. Tal leitura nos permitiu encontrar elementos que nos mostraram na transgressão das normas e nos reclames das autoridades, a resignificação, os territórios construídos pelos populares.

Por fim, no último capítulo, intitulado *A “Rua do Esquecimento”: A Memória Dominante nos Logradouros de Campina Grande*, procuramos compreender o processo de nomeação e renomeação das Ruas da cidade. No cotidiano os moradores e transeuntes nomeavam os espaços de uma determinada forma, geralmente atribuindo destaque para características físicas do Logradouro, mas nem sempre estes nomes populares são os que triunfaram no processo de construção desta memória coletiva. Percebe-se que, as autoridades (re) nomearam os espaços de forma a fazer prevalecer sua memória ou a da camada social dominante, relegando ao esquecimento o que não lhes interessava. Neste sentido, não só nomes de Ruas foram resignificados, mas também, o passado de determinados grupos sociais e étnicos, como os negros.

Procuramos compreender os diferentes territórios que foram formados a partir das particularidades dos habitantes que, com seus usos e costumes redimensionaram o espaço urbano. Por meio das fontes pesquisadas procuramos identificar os “Territórios negros” que foram construídos no cotidiano de Campina Grande: Clubes Carnavalescos, Times de Futebol, ambientes frequentados, etc. Ao mesmo tempo questionamos como a memória destes “Territórios negros” foi, deliberadamente ou não, esquecida. De forma indireta, os memorialistas nos levaram a perceber que no período pós-escravidão e início do século XX a cidade poderia ter também certas preferências raciais, o que significava esquecer e não perpetuar a memória do passado de escravidão e segregação, a “cidade negra” e seus territórios em Campina Grande<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Utilizamos o conceito de “Cidade negra” a partir de CHALHOUB, Sidney. *Cenas da Cidade Negra IN: Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 175-248.

## CAPÍTULO 1

### 1- Sair do “Mato” para a “Rua”: O Espaço de Campina Grande na Primeira Metade do Século XX.

Neste capítulo apresentamos as mudanças cartográficas da cidade de Campina Grande na primeira metade do século XX. Procuramos compreender o surgimento das Ruas Centrais identificando as transformações na paisagem do lugar que, ainda contava com um estilo de vida urbano bastante irrisório no decorrer do século XIX e início do século XX. Entendemos que através das memórias de autores campinenses, de jornais da época, de imagens e dos mapas históricos do perímetro urbano, é possível conhecermos um pouco do “nascimento” das Ruas Centrais da cidade, no período em que a urbe ainda era identificada como “a Rua”, em contraposição a Zona Rural, identificada como “o Mato”<sup>32</sup>.

Para efeito desse encontro foi necessário, a princípio, alargarmos o recorte temporal. Com um espaço-tempo mais abrangente foi possível compreender de forma panorâmica as mudanças cartográficas e, por conseguinte, arquitetônicas da cidade, transformações estas que se cristalizaram no cotidiano e fizeram os moradores criarem novas sociabilidades e sensibilidades.

Podemos construir a história de uma cidade a partir do estudo das Ruas que formam a mesma. Desde o momento inicial, encontramos entrelaçado o surgimento do núcleo habitacional ainda em sua forma rural, onde os desmembramentos de caminhos dão início e vida às Ruas da futura cidade. Tal qual observa Paulo Cursino de Moura, lembrando a formação de São Paulo:

*Para a formação de uma rua, primeiro fazem os pés dos viandantes o trilho, o risco de terra batida na grama (...). Depois, vem o caminho. Aí a enxada trabalhou. Os cupins foram destruídos, o mato foi cortado (...). Mais tarde, a estrada. Com nome, com cerca, com algum pedaço de muro, com duas ou três casas, com a venda na encruzilhada. Finalmente surge a rua. A cidade, então, já*

---

<sup>32</sup> Para aprofundar esta discussão ver: AGRA, Giscard Farias. Imagens do Mato e da Rua: passagens da Campina Rural à Campina urbana IN: *Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935*. Campina Grande, EDUFCG, 2010, p. 53-122.

*tem Câmara Municipal, já tem vigário (...). Nesta fase da construção do urbanismo, a rua é como uma dependência da casa ou do quintal da casa.*<sup>33</sup>.

Percebe-se que “esses são momentos comuns às cidades brasileiras”<sup>34</sup>. Inicialmente a Rua nada mais é do que uma extensão da moradia do indivíduo, servindo como local de criação de animais e ponto de encontro em frente das casas para conversas nas horas de sociabilidade. De certo modo, quando se caminha pelas pequenas cidades do interior do país, ou mesmo nos subúrbios das metrópoles, pode-se perceber mais claramente este momento em que um caminho ou vereda passa a ter elementos que lembram uma Rua. Obviamente a Rua não existe desde sempre, foi construída em um determinado momento. É um espaço feito a princípio por indivíduos que sentem a necessidade de viverem próximos, seja para se defenderem, seja para se ajudarem mutuamente ou mesmo para escoar a produção de mercadorias. O perceptível é que o homem passa a ocupar cada vez mais locais próximos, com isto, criando toda uma rede de sociabilidade, amizades, ou mesmo de intrigas, enfim, uma rede de vivências<sup>35</sup>.

Campina Grande não escapa a esta observação. Nas fontes encontramos os memorialistas se referindo a determinados espaços do que hoje conhecemos como Centro da cidade, mas que no início do século XX não passava de uma incipiente trilha por entre matagais. Até 1926 o “mato” cobria toda a área até a Rua Índios Cariris (ao poente do Centro). Este lugar era apenas uma trilha que servia para desviar as boiadas que vinham do Sertão, evitando passá-las pelo “meio” da cidade com destino à feira. Encarregado pelo Prefeito Lafaiete Cavalcante, o Sr. Eurípedes Oliveira fez o “levantamento topográfico” e cuidou para que o fosse limpo o “mato” e construídas as primeiras casas de “telha e bica”. Em seguida o Poder Público aproveitou para nomear esta Artéria em homenagem ao engenheiro Francisco Brandão Cavalcanti Sobrinho. O prefeito Vergniaud Wanderley (1935-1937) a renomeou de Rua Miguel Couto,

---

<sup>33</sup> DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O nome do beco IN: *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo, 1996, p. 273.

<sup>34</sup> Como nos diz BRESCIANI, Stella. “História e historiografia das cidades um percurso”. IN: *Historiografia brasileira em perspectiva*. FREITAS, Marcos César (org.). São Paulo, Contexto, 1998:237-258.

<sup>35</sup> “Pode parecer estranho, mas as ruas tiveram de ser inventadas. A palavra para ela, *via strata*, só apareceu com os romanos – os primeiros a pavimentar o caminho com pedras. De *strata* derivou a palavra inglesa *street*. O caminho mais famoso, e um dos mais antigos, de 312 a. C. é a *Via Appia*, que ligava Roma a Cápuia e tinha mais de 200 Km. As primeiras ruas urbanas eram o que conhecemos hoje como vielas e servidões. (...) Foi em Paris que as antigas ruelas medievais deram lugar a avenidas largas no século XIX”. Informações constantes em: VERSIGNASI, Alexandre. (Editor). *Como fazíamos sem... Ruas?* IN: *Aventuras na História*, São Paulo: Editora Abril, Edição 112, Janeiro 2012, p. 10.



mudando-se o nome mais uma vez no Período do Estado Novo (1937-1945) para Avenida Getúlio Vargas<sup>36</sup>.

Observemos a seguinte conceituação de Rua da cidade Moderna feita por Walter Benjamin:

*Para ser compreendida, a “rua” deve se desembaraçar da noção mais antiga de “caminho”. [...] O caminho leva em si os terrores da errância, que aureolam os chefes das tribos nômades. [...] Já aquele que toma uma rua não tem, aparentemente, necessidade de uma mão que o aconselhe e o guie. Na rua, o homem não se entrega a errância; ao contrário, ali ele sucumbe ao fascínio da faixa de asfalto que se desenrola frente a ele monótona<sup>37</sup>..*

Neste trecho observamos a sensibilidade que Walter Benjamin tem ao apresentar como surge a Rua e como os indivíduos se entregam a mesma. O crescimento das cidades, de certo modo, obrigou os indivíduos a se adaptarem ao novo estilo de vida. Se a princípio a Rua serviu como sinal de segurança para os viajantes que após longas caminhadas avistavam uma localidade, hoje nas grandes cidades, o tumulto, os congestionamentos, os assaltos e velocidade dos automóveis, fazem com que aquela sensação de segurança fosse substituída pelo desconforto de se sentir “desamparado” nas Ruas.

Esta “falta de confiança” se expressa claramente no semblante das pessoas que trafegam no espaço urbano, seja transeunte ou mesmo motorista. Para aquele, o espaço das Ruas é quase que exclusivo para automóveis, que mais das vezes em alta velocidade as cortam e por elas passam. Para o motorista também é difícil o deslocamento, pois tem que ter atenção especial para não ser multado, perder uma entrada ou mesmo evitar uma contramão. Mesmo a “faixa que se desenrola monótona” tem suas armadilhas, afinal, segui-la cegamente pode levar a locais indesejados e fora da trajetória pensada inicialmente. O caminhar ou dirigir nas modernas Ruas nos leva a construir previamente “rotas imaginárias” das Artérias da cidade pelas quais pretendemos nos deslocar.

Feitas estas observações iniciais acerca do surgimento do espaço da Rua, passemos a caminhar pela origem de algumas Ruas Centrais de Campina Grande.

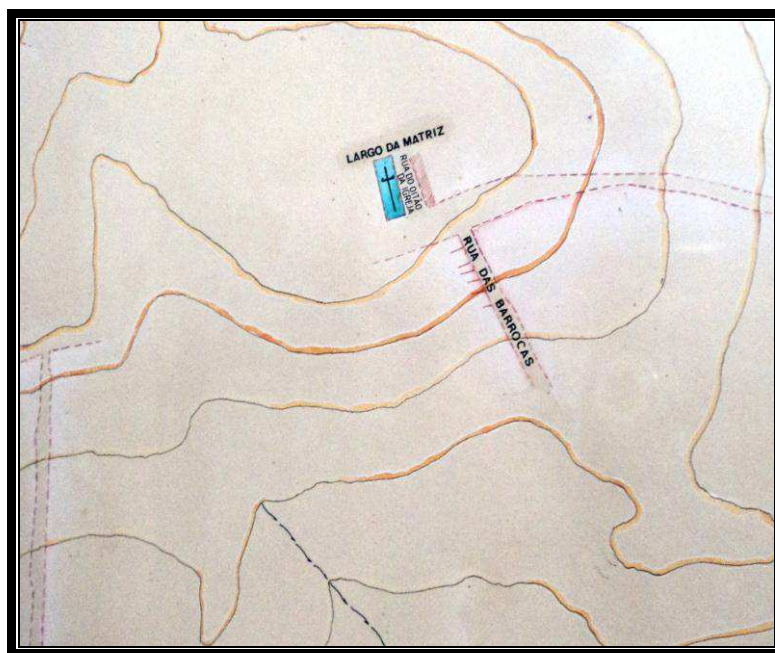
---

<sup>36</sup> Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado, em entrevista com o professor Eurípedes Oliveira. VER: Ruas de Campina: Av. Getúlio Vargas IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 02/10/1983, p. 7.

<sup>37</sup> Citação de BENJAMIM, Walter. Apud BRESCIANI, Stella. “História e historiografia das cidades um percurso”. IN: *Historiografia brasileira em perspectiva*. FREITAS, Marcos César (org.). São Paulo, Contexto, 1998, p. 237-258.

### 1.1-A “Rua da Origem”: Campina Grande antes de 1907.

A origem de Campina Grande remonta ao século XVII quando, segundo Epaminondas Câmara, em 1697 foram aldeados índios Ariús no sítio das Barrocas, onde foram construídos casebres de taipa e telha, formando um arruado aonde começou a feira de produtos trazidos do Brejo e do Sertão. Quando da elevação do povoado em 1790 a categoria de Vila, foi este sítio inicial nomeado pelos transeuntes de “Rua das Barrocas”, a “primeira Rua”, que atualmente leva o nome de Vila Nova da Rainha. Moradias no mesmo estilo também foram edificadas no alto da colina, ao noroeste da Rua das Barrocas, começando então o “largo da Igreja”, à frente, hoje Av. Marechal Floriano Peixoto, e casas no “Oitão da igreja”, hoje pequena Rua lateral denominada Rua Bento Viana<sup>38</sup>. Era a fase em que trilhas e caminhos iam tomando contornos de Rua.



MAPA 01 – Mapa de Campina Grande – 1790.

FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande<sup>39</sup>

<sup>38</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 22-23.

<sup>39</sup> Os mapas 1 e 2 são construções do tempo presente expostas no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. Os mapas 3 e 4 são criações de Marcus Vinicius Queiroz, baseados também nos mapas expostos no mesmo local. Não há referências da autoria ou mesmo do tempo de criação dos mapas do referido museu. No entanto, conjecturamos tratar-se de construções do tempo presente, porém, baseadas nos relatos de memorialistas, a exemplo de Epaminondas Câmara, que descreveram o espaço físico da cidade em diferentes temporalidades.

Apesar de não termos elementos caracterizadores de um mapa, como a escala, legenda de cores, orientação, etc. optamos por apresentar este (e também o mapa 2) exposto no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, por compreendermos que o mesmo nos auxilia a construirmos nossa visão do passado de Campina Grande. No entanto, é importante destacarmos que se trata de uma fonte produzida pelo ser humano, como outra qualquer, que também tem suas intencionalidades. Como nos adverte Marcos Salete Fernandes sobre o uso de mapas:

*O mapa é, sobretudo, convenção. Os traços, a escolha da escala, as cores, a grafia ou fonte, aquilo que aparece e o que é omitido é uma manifestação de um conceito que temos do real. Se nos debruçarmos sobre um mapa, mesmo tendo sido utilizado uma boa representação geográfica fundamentada em fotos aéreas e de satélites, estaremos diante de uma convenção*<sup>40</sup>.

Portanto, os mapas que utilizamos nesta dissertação não deixam de ser uma convenção que não necessariamente institui uma realidade fechada em si mesma, mas nos apresenta uma janela de possibilidades de construção da nossa percepção acerca das cartografias do período e lugar histórico que estamos a analisar. Feitas tais ressalvas, passemos a palavra a Epaminondas Câmara e nos deixemos caminhar pela “Rua” de Campina Grande em 1790:

*Talvez a vila não tivesse ainda cem casas. Três ruazinhas: a das Barrocas, de edificação passada e senhorial, de barro com enxamel de madeira grossa, sótão e janelas de urupema; a do Oitão da Igreja, de casebres acachapados; em linha paralela ao nascente do templo e o largo da Matriz que fechava em ângulo reto com a extremidade norte daquela e tomava a direção norte. Eram dois agrupamentos de moradias tão próximas quanto rivais. Lá em baixo as Barrocas de gente antiga, reservada, patriarcal. Cá em cima, o oitão e a frente da Igreja, de povo humilde, desambientado que arranjava o pão com as especulações do pequeno comércio farináceo e das miçangas da feira que ainda se conservava ao longo das Barrocas*<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> FERNANDES, Marcos Salete. *O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas* IN: [www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br), acesso em 09/04/2012. p. 6.

<sup>41</sup> Câmara, Epaminondas. *Os Alicerces de Campina Grande*. 3ª Edição. Campina Grande, Edições Caravela, 2006, p. 35.

Esta imagem do aldeamento inicial se transformou de maneira lenta até o século XIX. Conjecturamos isto a partir das descrições dos memorialistas que nos legaram informações que serviram de base para o esboço do mapa da cidade em 1864 (ano que a Vila foi elevada a condição de Município):



MAPA 02 – Mapa de Campina Grande – 1864.

FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande

Segundo as descrições de Epaminondas Câmara que serviram de referência para a construção do mapa 02, em 1864 Campina Grande possuía apenas 08 (oito) Becos e quatro Ruas: do “Seridó” (atual Maciel Pinheiro), das “Barrocas” (Atual Vila Nova da Rainha), do “Meio” (atual Afonso Campos) e “Oitão da Matriz” (Atual Bento Viana). Havia quatro Largos: do Comércio Novo, do Comércio Velho, do Rosário e da Matriz<sup>42</sup>. Como construções se destacavam as duas igrejas católicas (Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário); um Cemitério (nas Boninas); a Casa da Câmara e uma Cadeia, além dos dois Açudes (Velho e Novo).

É observável que mesmo depois de um século de ocupação da área, a vila pouco prosperou. Este mapa é bastante significativo para a nossa proposta de estudo do passado de Campina Grande. Nesse nosso passeio panorâmico o leitor é convidado a

---

<sup>42</sup> Etimologicamente a palavra “Largo” vem do Latim “Largus”, “o que existe em abundância, copioso” e se refere às dimensões do lugar. Informações constatadas IN: [www.origemdapalavra.com.br](http://www.origemdapalavra.com.br), acesso em 09/04/2012. No caso de Campina Grande, a “abundância” de espaço que formavam os largos locais estavam ligados aos ambientes econômicos (Largo do Comercio Velho e Largo do Comércio Novo) e religiosos (Largo da Matriz e Largo do Rosário).

caminhar pelas pouco mais de quatro Ruas existentes no período e se encontrar com os cerca de 1800 habitantes, distribuídos em aproximadamente 300 casas. Observemos o aspecto da Cidade:

*Em 1864, as casas na maioria, tinham tetos baixos, em tacaniça e beira e bica; portas e janelas largas cortadas horizontalmente em semicírculo; paredes de tijolo de grandes dimensões; terças e cumeeira de madeira grossa apoiadas sobre esteios embutidos nas paredes; alicerces de barro e tijolo ponta crua etc. Ainda não havia gelosias e as portas e janelas, de madeira aplainada, eram pintadas bizarramente. Bizarra também a pintura das fachadas. De pedra comum, ou de laje mal polida, as calçadas. Algumas de tijolo de adobe, em cujas orlas as águas abriam largos sulcos, que a Câmara displicentemente não mandava reparar. Tais sulcos, às vezes, se tornavam tão profundos que o povo, para atravessá-los, se servia de vigas de madeira, à guisa de pontes. No leito lamacento e cheio de lixo, os porcos disputavam os melhores lugares.*

*A erosão abria regos sinuosos também em qualquer parte das ruas, especialmente nos pontos de maior declive. O matagal cobria tudo, deixando veredas aqui e acolá. A lama, na época invernosa atingia meio palmo de espessura e ficava cada vez mais encharcada com o movimento de animais e pedestres. O Gado devorava as folhas de mato (...)<sup>43</sup>.*

Esta longa transcrição que fazemos é bastante significativa no sentido de apresentar a visão, que certamente o autor conseguiu captar a partir dos relatos de seu convívio social. Apesar de nascido em 1900 e residente em Campina Grande a partir de 1920, Epaminondas Câmara não deixa de ser um “curioso” habitante local que busca pôr no papel todas as impressões dos munícipes acerca da cidade. O livro *Os alicerces de Campina Grande* escrito nos anos 1940 não deixa de ser uma busca por mostrar a origem daquela cidade que rapidamente está se desterritorializando com as mudanças físicas urbanas e econômicas do *boom* algodoeiro das décadas de 1930-1940.

Não só Epaminondas Câmara, mas também outros cronistas locais, a exemplo de Hortênsio de Souza Ribeiro e Cristino Pimentel, procuraram apresentar a diferença entre o momento que os mesmos vivenciavam (décadas de 1930 e 1940) e os anos iniciais do período pós-emancipação política de Campina Grande (fim do século XIX e início do século XX). Por isto, estes autores destacavam a vida rural, o mundo acanhado da urbe

---

<sup>43</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Os Alicerces de Campina Grande*. 3ª Edição. Campina Grande, Edições Caravela, 2006, p. 86-87.

naquele período longínquo, para contrapor e dar mais densidade as transformações urbanas e arquitetônicas do presente que os cronistas se inseriam.

Feita a ressalva acerca do lugar social de discurso do autor<sup>44</sup>, podemos captar nas palavras Epaminondas Câmara o acanhamento físico da quinta vila a ser emancipada no interior da Paraíba. Já eram emancipadas as vilas de Areia (1846), Sousa (1854), Mamanguape (1855) e Pombal (1862)<sup>45</sup>.

No cotidiano da semana, as Ruas de Campina Grande eram mais movimentadas por animais, do que transeuntes, com exceção da quarta-feira, dia da feira de gado, do sábado, dia da feira de cereais, além do domingo, quando “os beradeiros acotovelavam-se nas calçadas do Largo da Matriz e da Rua do Seridó, para fazerem compras e, depois, assistirem à missa das nove horas”<sup>46</sup>. Todavia, não podemos deixar de mencionar que neste período a cidade contava com certa “chama cultural” com a fundação do *Jornal A Gazeta do Sertão* (1888- 1891)<sup>47</sup>. No plano arquitetônico destacavam-se o templo e principalmente a grande fachada da Igreja Matriz<sup>48</sup>, além da Igreja do Rosário. Também a “Cadeia e as duas casas de mercado”<sup>49</sup>.

Esta paisagem pouco mudaria no decorrer dos anos iniciais do século XX. Percebemos que o século novo não trouxe uma mudança significativa no dia a dia dos moradores da pequena cidade. Por isto, os reclames dos homens de letras e camadas sociais abastadas da sociedade, para que Campina Grande pudesse contar logo com um meio de transporte moderno que ligaria a “cidade ao mundo”. Já não bastava o transporte nos lombos de animais, das “tropas de burros”, que hoje dão fama a cidade. Era necessário um meio de condução de pessoas e mercadorias mais ágil e eficiente. Daí os reclames para que a estrada de ferro chegasse até Campina. Esta conquista só viria após sete anos do novo século.

---

<sup>44</sup> Acerca da ideia de “lugar social de discurso do autor”, o francês Michel de Certeau nos diz que: “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. IN: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad. MENEZES, Maria de Lourdes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66-67.

<sup>45</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 48.

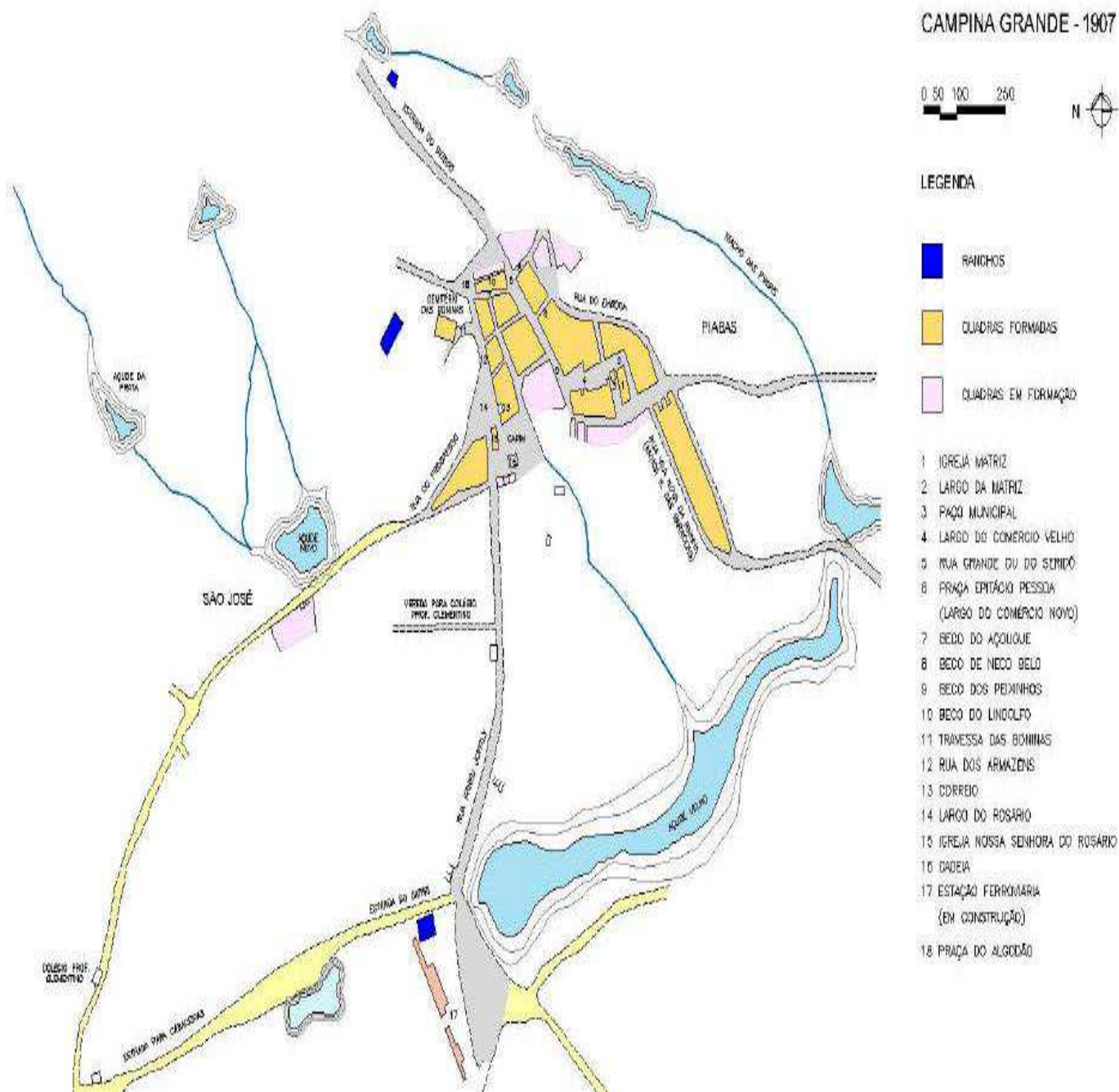
<sup>46</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Os Alicerces de Campina Grande*. 3ª Edição. Campina Grande, Edições Caravela, 2006, p. 87.

<sup>47</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 61e 64.

<sup>48</sup> Nas palavras de Epaminondas Câmara: “tornou-se naquela época o maior e mais bem paramentado templo católico do Estado” (08/12/1891) IN: CÂMARA, Epaminondas. Op. Cit., p. 65.

<sup>49</sup> CÂMARA, Epaminondas. Op. Cit., p. 49.

Compreendendo que este foi um evento importante para a cidade, observemos o mapa da urbe em 1907, ano da chegada do trem de ferro e de certo modo um marco significativo na mudança de hábitos e no estilo de vida dos moradores da “Rainha da Borborema”:



MAPA 03 - Mapa de Campina Grande, 1907.  
 FONTE: QUEIROZ, Marcus Vinicius d. 2006.

Segundo as descrições de Epaminondas Câmara, a cidade contava, em 1907, com cerca de 731 casas e apenas oito Ruas: Barrocas; do Meio; do Oitão da Igreja;

Grande do Seridó; dos Armazéns (Atual Marques do Herval); da Cadeia (Atual Praça Clementino Procópio); Beco de Açogue (Atual Monsenhor Sales) e Rua Irineu Jófilly. Continuavam os mesmos quatro largos de 1864.

Reverendo a cartografia inicial de Campina Grande, percebemos que em fins do século XIX e início do século XX, se tratava de um lugar eminentemente “rural”. Como nos diz Epaminondas Câmara, entre 1864 (ano que foi elevada a categoria de cidade) e 1907 (ano da chegada do trem), Campina pouco se modificou. Desta forma, o autor nos apresenta pistas do aspecto da cidade e das Ruas nesse período:

*A não ser o aumento de casas e alguns prédios construídos com finalidade especial – Cadeia Nova, Casa de Caridade, Grêmio de Instrução, Paço Municipal, etc. a cidade apresentava pequena diferença em 1907 comparada com 1864. As mesmas igrejas embora remodeladas, as mesmas casas de mercado, os mesmos açudes, os mesmos comboios de almocreves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo ‘modus vivendi’, a mesma rotina, os mesmos costumes<sup>50</sup>.*

Mesmo que este memorialista esteja a escrever essa passagem nos anos 1947, e já tenha presenciado toda a reforma material da cidade no período que o mesmo está inserido, devemos observar em sua afirmação o estilo de vida com fortes traços rurais que eram comuns aos moradores da Urbe no período. Voltemos à palavra mais uma vez para Epaminondas e deixemos o mesmo apresentar sua visão do início do século em Campina Grande, em 1900:

*Recrudesceram no Município as lutas políticas, desmandando-se a capangagem. A cidade era constantemente ameaçada por distúrbios, secas e falências. Apareciam desordens a cada momento, valendo mais um punhal do que um jornal (...). Apareceram as primeiras casas do Bairro das Piabas e as ruas do Açude Novo e da Cadeia Nova<sup>51</sup>.*

Encontramos neste período uma Campina eminentemente rural, com estilo de vida simples, contudo, com sua tranquilidade sendo quebrada com as desavenças políticas e brigas, principalmente, em dias de feiras. Vale ressaltar o vai e vem do local da feira do Município, que ora era no largo do Mercado Velho, ora era no Mercado Novo. Uma disputa política que dependia das tendências governamentais nacionais e

---

<sup>50</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 50.

<sup>51</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Op. Cit.* p. 73.



estaduais, mas que acabava por desemborcar em brigas e confrontos de capangas dos coronéis locais, acabando muitas vezes a feira mais cedo<sup>52</sup>.

Este foi um período onde a cidade se via atormentada pela própria truculência policial, que sob o pretexto de procurar cangaceiros, fazia atrocidades, a exemplo de diversos fatos narrados por Epaminondas Câmara, como uma chacina, no lugar denominado Surrão, em 17 de junho de 1900, onde foram mortos 14 cangaceiros a punhal do bando de “Pilão deitado”<sup>53</sup>.

Em 1907, ano da chegada do trem, o cangaceiro Antonio Silvino ameaçava que o mesmo não alcançaria à cidade. Depois tal promessa foi reformulada, como nos diz o repórter do Diário de Pernambuco: “No dia da inauguração da estrada de Campina, Antonio Silvino, esteve no Alto Branco, onde soltou girândolas, naturalmente festejando aquele dia. Nesse lugar declarou que o trem de Campina correria somente três vezes, o número necessário para as moças da referida cidade conhecerem-no”<sup>54</sup>.

Naqueles dias não se comentaria outra coisa na cidade, que não fosse esta ameaça, o que certamente deu ensejo para que se instalasse em Campina Grande uma companhia de soldados do exército para combater os cangaceiros de Antonio Silvino. Abusando de sua autoridade, estes homens chegaram inclusive a matar “Eduardo” e entraram na casa de “Manuel Bernardino”, de madrugada, na lagoa dos canários, fuzilando-o ao lado de dois filhos. Este morava a um quilômetro ao nascente da cidade, hoje, os bairros da zona leste. Apesar de ter também características autoritárias na forma de lidar com seus adversários no cotidiano, o próprio prefeito Cristiano Lauritzen reagiu contra as violências e exigiu a saída da companhia de policiais do exército da cidade<sup>55</sup>.

---

<sup>52</sup> Tais mudanças dos locais das feiras tinham como “raízes” as disputas políticas entre os liberais e os conservadores. “Cada mudança da feira constituía motivo para exacerbações políticas. Os conservadores faziam questão fechada de manter a feira e o comércio na Rua Seridó, ao passo que os liberais insistiam por mantê-los nas imediações do ‘Comércio Velho’”. IN: CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 60.

<sup>53</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 72. Este episódio marcou o imaginário popular dos munícipes, a ponto de ser recordado por um dos passageiros do trem de ferro quando de sua viagem inaugural em 02 de outubro de 1907. O morador anônimo relata ao repórter do Diário de Pernambuco os fatos ocorridos e apontava a provável localização da citada chacina: “SURREÃO! Adentrou um companheiro de viagem. Foi ali, naquele casebre abandonado (apontava o passageiro) que a anos passados Antonio Silvino e seus companheiros tiveram um encontro com as forças da polícia da Parahyba e Pernambuco. Entrincheirados, naquela casinha fizeram fogo a polícia, sendo afinal presos, com exceção de Antonio Silvino e trucidados naquela garganta de serra, mostrávamos o local o orientado companheiro.” Ver OLIVEIRA, Maria José Silva e RODRIGUES, José Edmilson (ORGS). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça*. Campina Grande, Editora Agenda, 2007, p. 81.

<sup>54</sup> Cf. Idem. p. 88.

<sup>55</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 79.

No início de século XX, o comércio local passava por dificuldades devido ao crescimento de outros entrepostos comerciais, como as feiras mais dinâmicas de Itabaiana, Guarabira e Areia. Uma forma de contornar a situação foi a construção da estrada de ferro que ligou Itabaiana a Campina Grande. Esta obra foi autorizada pelo Decreto Federal nº 5.237 de 26 de julho de 1904. A inauguração que aconteceu em 02 de outubro de 1907 foi de grande significado para a cidade. Todavia, não podemos limitar este evento apenas a esses anos iniciais do século XX. Certamente, os reclames dos homens de letras e do comércio, além das autoridades locais começaram bem antes, ainda no século XIX. Em 1870, Irineu Joffily já defendia a ideia de uma linha de Cabedelo a Campina Grande, que por hora ficou apenas no plano das ideias. De forma prática, o chefe político campinense, Cristiano Lauritzen fez viagens ao Rio de Janeiro, como as de 1894 e 1903, no sentido de reivindicar tal melhoramento para a “Rainha da Borborema”<sup>56</sup>.

Os esforços dos campinenses se concretizaram em 1907. Observemos uma imagem da época:



FOTOGRAFIA 1 - Chegada do Trem a Campina Grande em 1907  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande

Pela fotografia, consagrada como marco da chegada do trem na cidade, apresentamos um instante daquela tarde de 02 de outubro de 1907. Não temos como precisar a hora exata da imagem, tendo em vista que foi uma tarde de espera, com um

---

<sup>56</sup> MELO, Josemir Camilo de. O trem e o crescimento de Campina Grande IN: OLIVEIRA, Maria José Silva e RODRIGUES, José Edmilson (ORGS). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça. Campina Grande*, Editora Agenda, 2007, p. 17-30.

atraso de cerca de 3 horas para a chegada do trem, que só despontaria na cidade às 20:30hs<sup>57</sup>. Por isto, conjecturamos que as pessoas e grupos sociais neste dia circularam com intensidade por este espaço da cidade, esperando até a noite, hora que já não seria possível fotografar em virtude das limitações técnicas dos aparelhos de fotografias da época. Precebe-se que este foi um evento bastante concorrido, não só pela elite municipal que anseava por este passo no “progresso material”, e com certeza, já não tinha nas viagens de trem uma grande novidade, tendo em vista que estes grupos podiam já ter contato com este símbolo do mundo moderno em outras localidades, como o Recife, por exemplo.

Ver o trem era também um momento desejado pelos populares, que estariam pela primeira vez de frente com aquela máquina. cremos que era um acontecimento único para o lugar, onde certamente ninguém o perderia, ou melhor, poucos foram os que ficaram em casa, sem que para a estação corresse, mesmo que para ver de longe aquela “engenhoca”. Conjecturamos ser restrita a população campinense que percorria as oito Ruas e quatro largos da cidade em 1907. Entretanto, a partir daquele ano a urbe passaria por mudanças mais expressivas, como veremos no ítem a seguir.

## **1.2- A “Rua do Meio”: Campina Grande de 1908 a 1935 <sup>58</sup>.**

Neste segundo momento da caminhada pelas Ruas campinenses, utilizamos como recorte temporal o período após a chegada do trem à cidade e vamos até o ano que começaram as mudanças significativas na estrutura arquitetônica do Centro. Esta passagem entre 1908 e 1935 pode ser vista como o período de aceleração do crescimento da urbe, certamente não no ritmo ansiado e decantado por cronistas de jornais locais, ou mesmo memorialistas, mas sem dúvidas é um grande momento de transformações no aspecto urbano de Campina Grande.

---

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Maria José Silva e RODRIGUES, José Edmilson (ORGS). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça*. Campina Grande, Editora Agenda, 2007, p. 83.

<sup>58</sup> Utilizamos o termo “Rua do Meio” para designar este período do “meio” do recorte temporal proposto nesta pesquisa, não tendo nenhuma relação ao nome “Rua do Meio” como era conhecida em seus primórdios a “Rua Afonso Campos” no Centro da Cidade.

Como parâmetro para uma melhor compreensão deste período, a partir das descrições de Epaminondas Câmara, construímos a tabela abaixo que apresenta o número de casas da cidade no período de 1906, um ano antes da chegada do trem, até 1935, ano de nosso recorte temporal neste momento. Podemos observar como o autor media o progresso local a partir do aumento de suas construções. Analisemos os números:

TABELA 01- Construções de Casas em Campina Grande – 1906-1935.

<b>Ano</b>	<b>Número de Casas</b>	<b>Ano</b>	<b>Número de Casas</b>
1906	<b>600</b>	1921	<b>2.099</b>
1907	<b>731</b>	1922	<b>2.171</b>
1908	<b>733</b>	1923	<b>2.227</b>
1909	<b>820</b>	1924	<b>2.486</b>
1910	<b>881</b>	1925	<b>2.981</b>
1911	<b>976</b>	1926	<b>3.456</b>
1912	<b>1.102</b>	1927	<b>3.923</b>
1913	<b>1.216</b>	1928	<b>4.259</b>
1914	<b>1.254</b>	1929	<b>4.566</b>
1915	<b>1.297</b>	1930	<b>4.781</b>
1916	<b>1.483</b>	1931	<b>4.873</b>
1917	<b>1.619</b>	1932	<b>5.257</b>
1918	<b>1.841</b>	1933	<b>5.431</b>
1919	<b>1.938</b>	1934	<b>5.933</b>
1920	<b>2.012</b>	1935	<b>5.987</b>

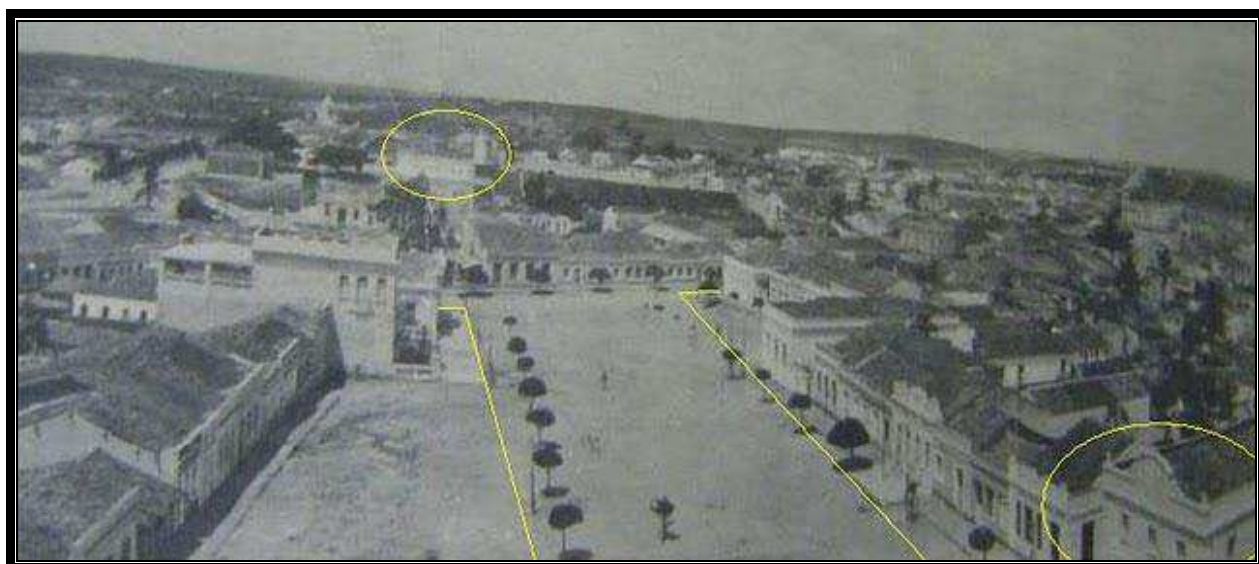
FONTE: Adaptado a partir de CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998.

A partir da tabela, e não necessariamente tomando os números mencionados por Epaminondas Câmara como “verdadeiros” e “absolutos”, podemos ter uma ideia do progresso material que a cidade vivenciou no período estudado. Se em 1864 a urbe não contava com mais que “trezentas casas, três largos e quatro Ruas”, podemos perceber que no novo século a cidade passa a ter um crescimento material mais acentuado. De cerca de 600 residências, em 1906, a cidade aumentou quase 1.000%, para 5.987 em 1935.

É perceptível que após a chegada do trem, Campina Grande toma novos rumos em termos de comércio. Surgem “colégios, cinemas, clubes dançantes, armazéns de

mercadorias em trânsito, de estivas por atacado e de algodão em pluma”<sup>59</sup>. Todavia, os transportes durante as décadas de 1910 e parte de 1920 ainda eram feitos por carroças de bois. O primeiro automóvel chegou à cidade só no ano de 1914 (um Studebaker), mesmo assim, de passagem apenas. Os veículos só viriam a fazer parte do dia a dia das Ruas a partir de 1918, chegando em 1930 a ter 217 automóveis e caminhões que circulavam pelas mais de 40 Artérias existentes naquele ano.

Encontrar muitas pessoas na Rua não era tão comum naquele período da década de 1910 a 1920. A não ser por ocasião dos dias de feiras, ou de alguma solenidade especial. Sendo assim, passamos para o ano de 1918, e do alto da torre da catedral contemplemos a paisagem urbana de Campina Grande a partir da lente do fotógrafo alemão Bruno Bougard:



FOTOGRAFIA 2 – Imagem Panorâmica de Campina Grande em 1918  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

Nesta visão panorâmica, na direção Oeste da Cidade, vemos em primeiro plano o Largo da Matriz e observamos o “vazio” do cotidiano das Ruas. A ausência popular é compreensível, tendo em vista não se tratar de um dia de feira ou mesmo de uma solenidade nas imediações da Matriz. Também são perceptíveis a ausência do automóvel e o estilo recuado das casas, que posteriormente seriam alinhadas com a grande reforma empreendida pelo prefeito Vergniaud Wanderley nos anos 1940. Entretanto, conjecturamos que a cidade tinha suas “multidões sazonais” em dias de

<sup>59</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 89.

feiras e comemorações, principalmente religiosas, daí o imenso pátio que vemos na imagem 2. Seria tal espaço já “reservado” para tais ocasiões?

É interessante observarmos nesta imagem, as retas em cor amarela que apresentam o alinhamento inicial tomado para a definição da grande Avenida Floriano Peixoto, que hoje perpassa toda a cidade no sentido do nascente ao poente, com largas faixas em “mão-dupla”. Nos círculos, estão a Igreja do Rosário (demolida) e a antiga Casa de Cadeia, hoje o Museu Histórico e Geográfico da cidade. Todas as casas que estavam na direção da Igreja do Rosário foram também demolidas para dar continuidade à citada Avenida<sup>60</sup>.

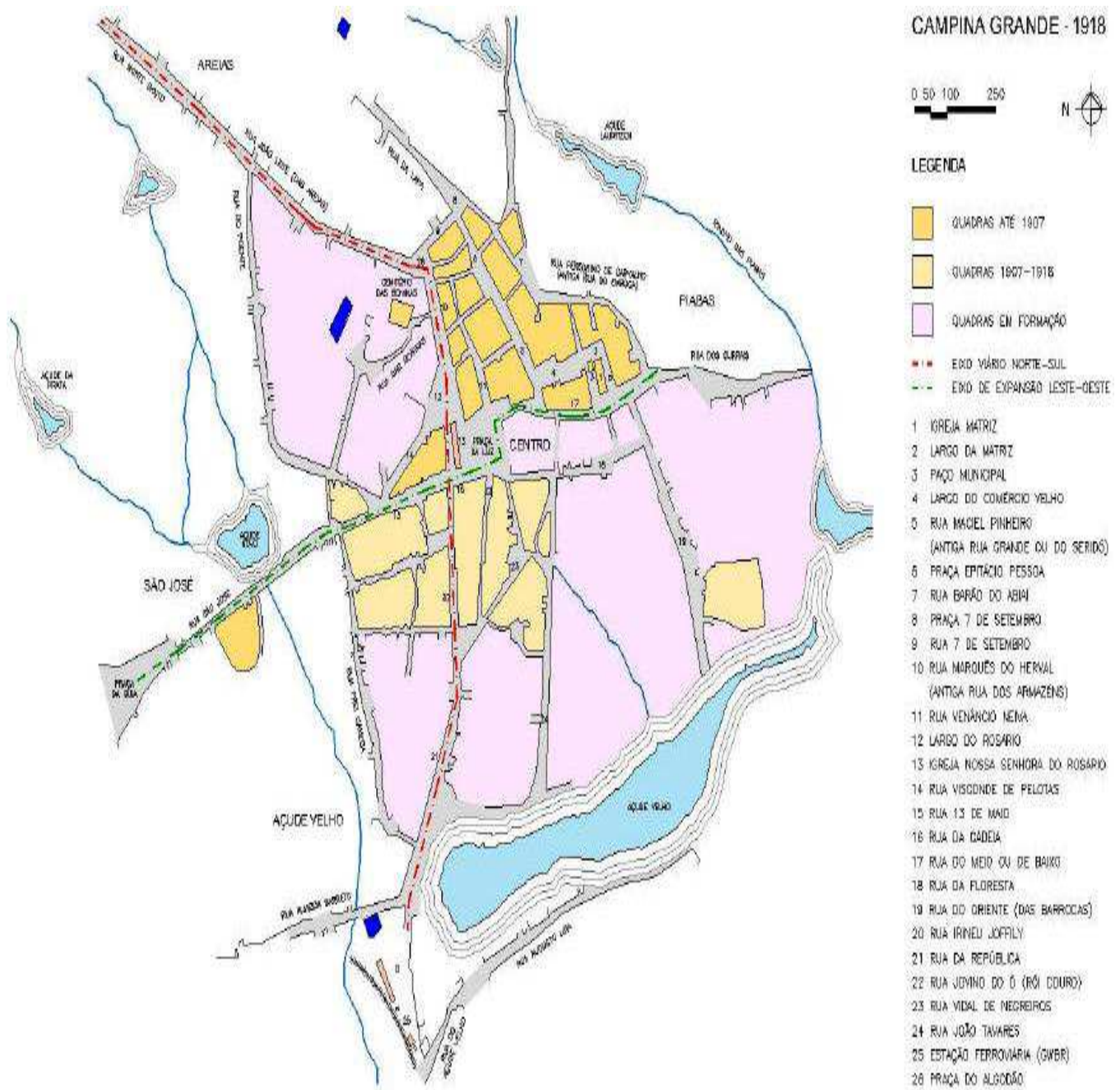
Neste ano da fotografia 2 – 1918 - Epaminondas Câmara nos informa que a cidade tinha cerca de 11.000 moradores, um bom contingente populacional, comparado com os períodos anteriores e estas pessoas estavam distribuídas em cerca de 1.800 casas, com apenas 05 sobrados – todos de dois pavimentos – sendo dois na Praça Epitácio Pessoa, um na Rua Marquês do Herval, um na Rua Maciel Pinheiro e um no Largo da Matriz. A população da cidade se encontrava espalhada por 31 Ruas, 05 Travessas, 06 Praças e os 04 Largos que já existiam desde o início do século.

A seguir observemos o novo traçado urbano construído a partir de uma adaptação do mapa existente no Museu Histórico e Geográfico local, que encontramos em trabalho publicado pelo pesquisador Urbanista, Marcus Vinicius de Queiroz. Observemos a sobreposição temporal que o mesmo nos apresenta a partir das quadras urbanas que havia na cidade em 1907, no período seguinte até 1918, e as áreas que estavam em formação no ano em que o fotógrafo Bruno Bougard fez a imagem panorâmica já mencionada (fotografia 2). Procuremos observar as áreas de expansão da cidade na primeira metade do século XX. Analisemos o esquadramento urbano de Campina Grande no ano de 1918, sem perdermos de vista as ressalvas já feitas em relação a produção dos mapas históricos, o que nos leva a compreendê-lo como uma construção humana e não como uma verdade absoluta<sup>61</sup>:

---

<sup>60</sup> Esta fotografia 2 está originalmente exposta no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e não contém as retas e círculos em amarelo, que foram traçadas pelos organizadores do site [www.cgretalhos.blogspot.com](http://www.cgretalhos.blogspot.com). Optamos por utilizar a fotografia do site, com os círculos e retas, por compreendermos que a mesma facilita a percepção do leitor acerca do momento da imagem – 1918 – e as transformações que adviriam em tal espaço a partir das mudanças arquitetônicas das décadas de 1930 e 1940.

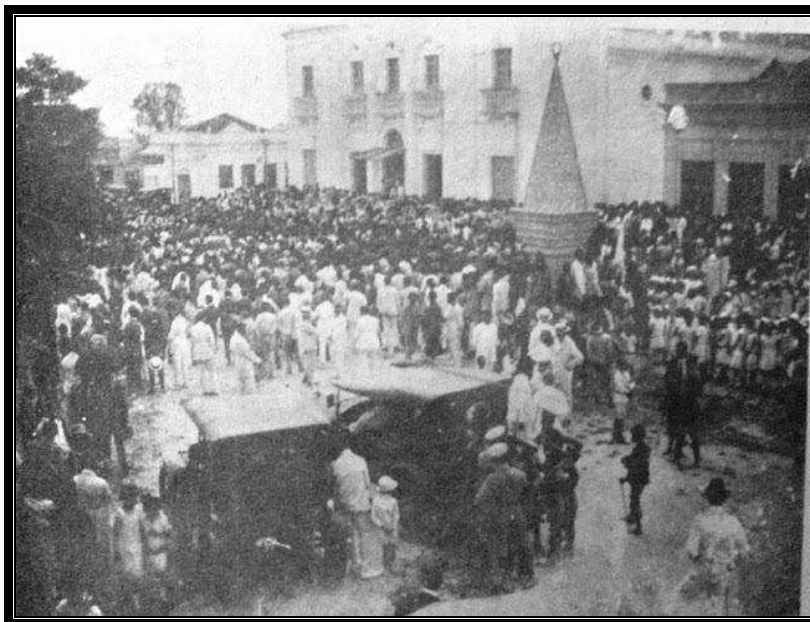
<sup>61</sup> FERNANDES, Marcos Salete. *O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas* IN: [www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br), acesso em 09/04/2012.



MAPA 04 - Mapa de Campina Grande, 1918.  
 FONTE: QUEIROZ, Marcus Vinicius d. 2006.

A cidade vista no mapa acima se modificaria bastante ao longo da década de 1920. Toda a área em cor rosa são quadras urbanas que estavam em formação. O núcleo de ocupação da população estava aumentando e com ele os reclames dos cronistas de época, quanto ao aspecto da Urbe. Entretanto, é interessante analisar como o progresso material da cidade encantava os homens da elite, principalmente, os homens das letras como Epaminondas Câmara. Como observamos na TABELA 1, este autor passou a contar meticulosamente todas as casas da cidade a cada ano, como faz questão de

ênfatizar no dia 07 de setembro de 1922, data do centenário da independência do Brasil. “Acordando” cedo para fazer sua contagem, o mesmo constatou que a cidade tinha a quantia de 2.171 casas, sendo 05 sobrados e 615 casas de taipa. Deste dia, nos foi legada a imagem abaixo, observemos:



FOTOGRAFIA 3–Inauguração do Monumento e Homenagem ao Centenário da Independência em 1922  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande

Certamente, nesta data temos uma grande aglomeração de moradores da cidade em frente à igreja da Matriz. Percebe-se o automóvel na cena, sem que, contudo, seja o elemento principal de admiração, igualmente ao monumento que está sendo inaugurado. Este, em forma de pirâmide foi, possivelmente, feito às pressas para não deixar faltar algum marco que pudesse ser inaugurado na comemoração do centenário da independência do país. Isto, afirmamos tendo em vista a falta de planejamento do mesmo, que acabou demolido onze anos depois, em 24 de outubro de 1933, para não atrapalhar o alargamento da Av. Floriano Peixoto.

A partir desta imagem nº 3, podemos discutir o sentido que as autoridades tentavam empreender as comemorações, principalmente cívicas do cotidiano. Percebe-se, de certo modo, a ânsia por se construções de monumentos para marcar a passagem de uma determinada data. Isto não é algo neutro, sem intencionalidades, como nos adverte Françoise Choay. Os monumentos tem sua razão de ser na sociedade:



*O sentido original do termo é do latim monumentum, que por sua vez deriva de monere (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza efetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva<sup>62</sup>.*

A passagem do dia do centenário da Independência foi uma data bastante significativa para as autoridades campinenses fazer “tocar, pela emoção, uma memória viva” do passado. Ao lado direito da imagem é possível observar meninas formando uma espécie de fila. Com certeza este foi um dia que o “fervor patriótico” dos adultos “aflorou”, cabendo aos colegiais da cidade participar da missa e da inauguração do monumento, onde muitos dos estudantes tinham que entoar a plenos pulmões “ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil”, mesmo que não soubesse ao certo outras passagens do Hino à Independência, como os “grilhões que nos forjava, da perfídia astuto artil”<sup>63</sup>.

Conjecturamos que após a contagem das casas da cidade, Epaminondas Câmara se juntou a seus conterrâneos para as celebrações deste dia, observadas por esta imagem nº 3. Todavia, Campina Grande ainda estava com seu estilo de vida simples. Sem calçamento nas Ruas e com um número de 615 moradias de taipa<sup>64</sup>. Muitas pessoas focadas na imagem a passear pelo Largo da matriz voltariam para seus casebres cada vez mais longe do Centro e sem perceber as grandes mudanças que estavam por vir. Os ternos e vestidos brancos da imagem amarelaram com a poeira levantada pelos transeuntes na marcha de regresso ao lar naquela tarde de comemorações?

A década de 1920 chegou ao fim com certas mudanças não só nos aspectos econômicos e sociais, mas também no aspecto das Ruas. Além do automóvel, temos a presença de melhoramentos físicos, o calçamento, a jardinagem dos canteiros de alguns Logradouros, principalmente na parte central da cidade. Observemos a imagem a seguir da Praça Epitácio Pessoa:

---

<sup>62</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: MACHADO, Luciano Vieira. São Paulo. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001, p. 17-18.

<sup>63</sup> Conjectura baseada nas memórias de Adhemar Dantas, que ao se reportar a infância em Santa Luzia-PB, relembra a passagem daquela data que foi comemorada em todas as cidades do país, com desfiles, e cantos à Independência. Ver: DANTAS, Adhemar Fernandes. *Pelo tempo sem fim amém*. João Pessoa. A União Cia Editora, 1982, p. 85.

<sup>64</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 98.



FOTOGRAFIA 4 – Imagem da Praça Epitácio Pessoa  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

Não é por acaso que a Praça Epitácio Pessoa<sup>65</sup> é a primeira da cidade a ser contemplada com implantação de meio-fio e logo em seguida calçamento. Este era o espaço de encontro e construção simbólica do poder da elite campinense no período. Na fotografia 4, podemos ver homens com seus ternos brancos impecáveis à conversar de maneira bastante descontraída, ao passo que, do lado esquerdo da imagem, encontramos outro senhor, também elegantemente vestido, sentado, sereno, num gesto que nos transmite tranquilidade. Estaria o mesmo a pensar nas noites do cinema Apolo, ou estava a contemplar a paisagem do espaço mais organizado da cidade? Estas respostas não temos como obtê-las, mas podemos fazer estas indagações e conjecturas a partir deste instante congelado pela lente do fotógrafo não identificado.

Ao nos aproximarmos dos fins dos anos 1920, encontramos uma Campina Grande bem diferente daquela que percebemos na chegada do século XX. Como nos mostra Josemir Camilo:

*A década de 1920 foi fértil para a cidade, pois surgia a fábrica de camas de ferro, de Santos Guimarães e Companhia, e de lavatórios “Floriano”, com patente federal pelo invento. No início da década, inaugurou-se a luz elétrica, pela empresa J. Brito e Cia. Talvez isto tenha atraído mais capitais de fora, como em 1923, com a implantação da prensa hidráulica de sion e Cia, que passou à firma Liberato e Affonso; e mais adiante de Herculano Galvão. Apareceu também a prensa de Leitão*

<sup>65</sup> Após as mudanças arquitetônicas da década de 1940 as casas foram reconstruídas avançando sobre a praça, por isto, hoje não existe mais este espaço, ele ficava na parte final no sentido norte da atual Rua Maciel Pinheiro, em direção à Rua 07 de setembro.

*e Cia. que , depois passou para J. T. de Moura e Cia; e, mais adiante ainda, para Demosthenes Barbosa e Cia. E, finalmente, para M. de Barros e Cia.*

*Entre 1923 e 1930 seriam inauguradas a grande Fábrica de Sabão a Vapor, a Pernambucana, da firma Marques de Almeida e Companhia, bem como sua têxtil, no Largo das Boninas. Por esta época, já se podia dizer que havia um surto de empreendimentos fabris, como a fábrica de redes e estopa, de Ulysses Silva; a Companhia de Beneficiamento e prensagem de Algodão de Wharton Pedrosa S/A; a firma Lafayette & Lucena e a J.T. de Moura; o Curtume e Trituração de Angico, de J. Motta & Irmão; uma refinação de açúcar, de sal; uma fábrica de café; outra de bebidas, de Marques e Alazenha. Como prova de febre fabril foi editado o Anuário de Campina Grande, por João Mendes. Em 1928, a cidade já contava com outra fábrica de fiação e estopa; a de Bodocongó, de Aires e Cia. que passou posteriormente a pertencer a S. A Indústria Têxtil (Bodocongó) de Campina Grande. Um ano depois era a vez da prensa hidráulica de José de Vasconcelos e Cia, no Açude Velho. Então a cidade ensaiou sua primeira linha de ônibus.<sup>66</sup>*

Esta longa transição é bastante elucidativa no sentido percebermos as mudanças econômicas e, por conseguinte, sociais, que as Ruas de Campina Grande passou a presenciar a partir da década de 1920 e o alvorecer da década de 1930. A cidade agora se desnuda através dos reclames de cronistas, das imagens de fotógrafos, das memórias construídas. Analisando o *Almanaque de Campina Grande para o ano de 1933*, de Euclides Villar<sup>67</sup> e a obra de Josué Sylvestre<sup>68</sup>, podemos perceber a continuidade desta mudança.

Campina Grande em 1933 tinha uma longa lista de casas comerciais. São elencados, entre outros estabelecimentos, 29 armazéns de compra de algodão, 20 armazéns de venda cereais e estivas. Em relação ao comércio varejista, contava com 16 lojas de fazenda, 12 de miudezas e perfumarias, 12 padarias, 05 sapatarias, 05 farmácias, uma movelaria, 36 mercearias, 118 quitandas, 09 agências de automóveis, 06

---

<sup>66</sup> MELO, Josemir Camilo de. O trem e o crescimento de Campina Grande IN: OLIVEIRA, Maria José Silva e RODRIGUES, José Edmilson (ORGS). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça. Campina Grande*, Editora Agenda, 2007, p. 21-22.

<sup>67</sup> VILLAR, Euclides. *Almanaque de Campina Grande para o ano de 1933*. Ano I, Campina Grande, Livraria Campinense, 1932.

<sup>68</sup> SYLVESTRE, Josué. *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo – Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília: Senado Federal, 1933.

bombas de gasolina, 09 hotéis, 11 pensões, 03 cafés, 27 barbearias, 11 bilhares, 12 alfaiatarias<sup>69</sup>.

Além destes estabelecimentos, havia ainda 16 colégios, 04 prensas hidráulicas de prensagem de algodão, 03 Lojas maçônicas, 03 Paróquias Católicas e 04 Igrejas Evangélicas. Em termos de automóveis, eram contabilizados 05 ônibus, 115 automóveis e 194 caminhões<sup>70</sup>. Passemos a palavra mais uma vez a Epaminondas Câmara e deixemos ele traçar seu panorama do final da década de 1920 e nascimento da década de 1930:

*O comércio consolidou-se com o advento do automóvel. Os caminhões substituíram não somente as carroças de bois, mas também, as tropas de burros que, às centenas, entravam diariamente na cidade. Desenvolveu-se o mercado por atacado que, aos poucos foi se localizando na rua das Areias (...) Fundaram-se, na cidade, centros desportivos e dançantes. As retretas dominicais eram realizadas na Praça Epitácio Pessoa. Desapareceram as lapinhas, os pastoris, as fogueiras de São João, as derrubadas de gado, as cavalhadas, os cavalos-marinhos, os bois de carga, a condução de cadáveres em redes, as brigas de espada (...) a vida religiosa intensificou-se. Com o aparecimento de núcleos espíritas e protestantes (...). A política partidária ainda era o prato preferido pela maioria da população (...). O carnaval transfigurou-se com o curso de automóveis (...).*<sup>71</sup>

Nesta elucidativa passagem, Epaminondas, nos coloca a par das transformações do cotidiano das Ruas de Campina Grande, desde a alteração do eixo comercial para a Rua das Areias (Dr. João Moura, hoje Rua João Pessoa), até mesmo as mudanças nos divertimentos da elite da cidade. Mais uma vez a Praça Epitácio é apresentada como ponto de encontro das camadas sociais mais altas para curtição de retretas dominicais. Nesta Artéria já não coaduna mais as antigas pegadas de boi, onde euforicamente misturavam-se pobres e ricos nas décadas anteriores.

As próprias rodas de conversa se adaptam aos novos tempos, afinal, o debate religioso passa a fazer parte da vida dos indivíduos que tem além da igreja Católica agora novas formas de intermediação com o sagrado. Entretanto, para esta elite algo não muda, que é justamente o seu sustentáculo de poder: a Política. Seria este o mote da

---

<sup>69</sup> SYLVESTRE, Josué. Op. Cit. p. 32.

<sup>70</sup> SYLVESTRE, Josué. Op. Cit. p. 33.

<sup>71</sup> CÂMARA, Epaminondas, *Datas Campinenses*. Campina Grande, Ed. Caravelas, 1998, p. 109-110.

animada conversa de nossos dois jovens lá atrás, na imagem 4, flagrados pela lente do fotógrafo na calçada da Praça Eptácio Pessoa?

Os anos 1930 começaram com intensos debates políticos no Brasil, na Paraíba e, em Campina Grande não foi diferente. Não nos esqueçamos que João Pessoa, então presidente do Estado, se candidatara a vice-presidente pela Aliança Liberal na chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Esta dupla foi derrotada nas urnas para o candidato do Governo Federal, Júlio Prestes. Todavia, o assassinato de João Pessoa e o desenrolar dos fatos na capital tiveram repercussão em Campina Grande, desde a invasão do casarão do Dr. Agra situado na frente da Matriz até a confecção de uma estátua em homenagem ao Presidente morto que foi colocada na Praça do Algodão (rebatizada com o nome de Praça João Pessoa), situada na confluência da Rua Marquês do Herval e Rua Sete de Setembro com a Rua Dr. João Leite. Este Logradouro também mudaria de nome para homenagear João Pessoa. Visitemos estes locais:



FOTOGRAFIA 5 – Inauguração da Estátua de João Pessoa em 1931  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande

O sol inclemente fazia guarda-chuva servir de guarda-sol, ao passo que a multidão se acotovelava na praça para acompanhar de perto a inauguração da estátua. É importante ressaltar que a inauguração foi em 26 de julho de 1931, um ano após a morte de João Pessoa. Mais uma vez, este é um evento predileto para políticos e letrados reforçarem seu “domínio” da memória coletiva. Aproveitando-se do sentimento de “perda” do “ilustre paraibano”, os administradores locais inauguraram a estátua naquela tarde ao som de Hinos a João Pessoa, discursos e toda uma apresentação de poder, que enaltecia a figura do “herói” morto. Por isto, apesar de passados muitos anos após o

evento ele ainda era lembrado na mente daqueles que presenciaram tais acontecimentos, como é o caso de Francisco Maria, que escreve em suas memórias: “O Grupo Escolar seguia para a estátua do “Presidente”, e eu pensava que João Pessoa era um dos artistas da série que o cartaz do Cine Apolo estava anunciando”<sup>72</sup>.

Apesar de toda a festa do dia da inauguração, com o passar do tempo aquele monumento passou a não ser mais “bem-vindo” em tal espaço<sup>73</sup>. Resultado: removeu-se a estátua. Isto aconteceu na gestão do prefeito Vergniaud Wanderley, em 26 de maio de 1937, apesar dos protestos da imprensa e em especial de Cristino Pimentel, que considerava João Pessoa um “homem do povo” e por isso sua estátua deveria ficar no lugar onde havia o intenso movimento na cidade e não em uma “Praça deserta” como a que acabara de ser remodelada no fim da Rua Irineu Jóffily, atual Praça Coronel Antônio Pessoa<sup>74</sup>. Vejamos uma imagem da nova localização:



FOTOGRAFIA 6 – Praça Antonio Pessoa, s/d, anônima.  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

<sup>72</sup> MARIA FILHO, Francisco. *Crônicas*, Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978.p. 55.

<sup>73</sup> Sobre a discussão acerca de monumento e monumento histórico ver: CHOAY, Françoise. Introdução IN: *A alegoria do patrimônio*. Tradução: MACHADO, Luciano Vieira. São Paulo. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001, p. 11-30.

<sup>74</sup> Houve intenso debate na cidade acerca da remoção da estátua de João Pessoa e um dos maiores críticos foi o cronista Cristino Pimentel que fez diversas reclamações por intermédio da imprensa campinense do período protestando contra o fato de se tirar a estátua de uma das Ruas mais movimentadas de Campina na época, para uma Praça que “estava em construção, no serviço de terraplanagem apenas”. Exemplo destas queixas encontramos na crônica “Oh! Voz popular, como és um mito!” de 16 de novembro de 1936, do Jornal *O Estado*, publicando mensagem recebida do cronista e datada de 10 de outubro de 1936. Sobre os embates da vida de Cristino Pimentel ver: SOUSA, Fabio Gutemberg R.B de. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas IN: AGRA DO Ó, Alarcon *et al* . *A Paraíba no Império e na República – estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa, Ideia, 2003, p.133-184.

Na imagem 6 é possível observar como a estátua ficou “soberana” em uma Praça vazia. Certamente os partidários da corrente política ligada a João Pessoa não gostaram da mudança. Vale ressaltar que as camadas abastadas da sociedade começavam a sentir os efeitos do “bota - abaixo” do Centro, em especial da Rua Maciel Pinheiro e da Praça Epitácio Pessoa<sup>75</sup>. Uma pergunta ainda cabe nesta explanação: o que estariam a cochichar as duas meninas no centro da foto? Comentam acerca da “grandiosidade” do líder João Pessoa e a sua interferência nos rumos do país? Ou será que tão descontraída conversa seria sobre coisas banais da paisagem campinense naquela tarde, como o andar do guarda municipal que fazia seu trabalho rotineiro de resguardar o patrimônio público?

As conjecturas que fazemos nesta análise têm um importante valor na historiografia. Encontramos respaldo em R.S. Berral, tendo em vista que o mesmo compreende o uso da imagem a partir de Roland Barthes. Para este, “uma imagem não é neutra”, há toda uma trama visual, que acaba por eleger certos aspectos como “imagética identitária visual”. Para isto é necessário uma “educação do olhar”. Na imagem não está apenas o seu sentido literal, denotativo, mas está uma série de coisas não ditas em seu sentido conotativo<sup>76</sup>.

Portanto, as imagens que fazemos uso neste trabalho não devem apenas ser apreciadas em seu sentido concreto. As mesmas permitem-se uma série de referências, como por exemplo, o de deixar nossa imaginação procurar captar a ação, o movimento nas imagens de Ruas e Praças da cidade. Por fim, temos uma importante porta de entrada para o passado, não só concebendo o espaço físico, mas aliando-o ao campo do imaginário de uma época.

Chegamos desta forma à metade da década de 1930. Os espaços das Ruas de Campina Grande se encontram agora passando por intensas transformações, tanto de ordem arquitetônica, quanto de ordem simbólica, aspectos que presenciaremos no nosso próximo tópico.

---

<sup>75</sup> Sobre o “bota- abaixo” dos anos finais da década de 1930 e início dos anos 1940, VER: SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001, 193 p.

<sup>76</sup> BERRAL, R.S. *A medusa da modernidade: a cidade do Recife à luz da fotografia*. Campina Grande, EDUFPG, 2009.

### 1.3-A “Rua das Transformações”: Campina Grande de 1936 a 1950.

Neste período do nosso recorte temporal encontramos uma Campina Grande bastante diferente daquela que analisamos nos anos finais do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX. As fontes nos mostram que a cidade já não possui “aquela inocência do Mato”. “A Rua” se consolida como ponto de morada e por quase toda a extensão urbana nuvens de poeiras das construções se misturavam aos detritos das indústrias de algodão. Para compreender este processo de transformação da Urbe, passemos mais uma vez a análise do número de casas construídas no período de 1936 a 1947 <sup>77</sup>:

Ano	Número de Casas
1936	<b>6.121</b>
1937	<b>7.069</b>
1938	<b>8.141</b>
1939	<b>8.426</b>
1940	<b>8.838</b>
1941	<b>9.173</b>
1942	<b>9.935</b>
1943	<b>10.239</b>
1944	<b>10.729</b>
1945	<b>11.482</b>
1946	<b>12.232</b>
1947	<b>13.259</b>

TABELA 02 - Construções de Casas em Campina Grande – 1936-1947

FONTE: Adaptado a partir de CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998.

---

<sup>77</sup> Explicar o rápido crescimento do núcleo urbano de Campina Grande por meio de um viés político e econômico não é o objeto central da presente Dissertação. Contudo, é importante mencionar que nos anos 1940 a cidade passou pelo chamado *boom* da produção do algodão. A tradicional historiografia local atrelou a pujança do “ouro branco” com o desenvolvimento material da cidade. Ressaltamos, todavia, que este desenvolvimento e a riqueza gerada acabaram por se concentrar nas mãos de indústrias locais e empresas exportadoras multinacionais, não sendo democratizada tal riqueza com os trabalhadores residentes nos “arrebaldes” do núcleo central urbano. Para compreender este viés econômico e político ver: MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba*. João Pessoa, A União Editora, 2002, 7ª Edição; SYLVESTRE, Josué, *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo – fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília, Senado Federal, 1993.



Este é um período que nosso articulista Câmara se rejubila de alegria. O mesmo apontou um aumento de 100% no número de casas em um espaço de 11 anos (1936-1947). Em setembro de 1947 o mesmo notifica na zona urbana cerca de 300 sobrados, sendo um de 05 pavimentos, o grande hotel, um de quatro pavimentos, a prefeitura e mais 20 de três pavimentos. Aos olhos de um campinense que aspirava pela colocação de sua cidade entre as mais desenvolvidas do país, estes números impressionavam. Também é mencionada a população de cerca de 70.000 pessoas, espalhadas numa extensão de “pouco mais de quatro quilômetros quadrados de edificação compacta, em forma de triângulo, de cujos lados partem, como compridas excrescências, bairros e Ruas em todas as direções. Esta a razão por que ela tem sete quilômetros de nascente ao poente e cinco de norte a sul”<sup>78</sup>.

Encontrar cronistas e memorialistas decantando o embelezamento das cidades, ditas modernas, não é apenas exclusividade daqueles que presenciaram o nascimento do século XX. Esta noção perpassa as temporalidades. Afirmamos isto a partir de nossa leitura de Marshall Berman, que escreve nos anos 1980, e que, assim, como os cronistas campinenses dos anos 1940, não deixa de se impressionar com a construção da modernidade. Neste aspecto, o autor de *Tudo que é sólido desmancha no ar - A aventura da modernidade* nos apresenta as majestosas realizações urbanas de Pedro I em São Petersburgo. O progresso e a civilização é um binômio de compreensão do mundo moderno que nos é legado de longa data, desde o século XIX. De certo modo, o que se tem de novo são leituras diferenciadas, que acabam por ter esta temática como foco principal<sup>79</sup>.

Para visualizar melhor a Campina Grande descrita por Epaminondas Câmara, lançamos nossa atenção para o foco em uma fotografia aérea de anos mais tarde, quando da reinauguração do templo da Igreja do Rosário no Bairro da Prata, ao poente do Centro da cidade. É importante mencionarmos que a Igreja original do Rosário, no centro tinha características mais simples, ligadas mesmo a tradição dos negros na cidade, enquanto que, a nova igreja que é edificada no bairro da Prata passa a possuir uma nova territorialidade, tendo em vista que este passa a ser um bairro com moradores mais abastados, muitos inclusive que estavam por sair do centro da cidade, após as reformas empreendidas pelo prefeito Vergniaud Wanderley :

---

<sup>78</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 155.

<sup>79</sup> BERMAN, Marshall, *Tudo que é sólido desmancha no ar- A aventura da modernidade*. Tradução: MOISES, Carlos Felipe. São Paulo, Cia. Das Letras, 1986.



FOTOGRAFIA 7 – Imagem Panorâmica de Campina Grande em Fins dos Anos 1950, s/d, anônima.  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

Apesar de não termos a data precisa desta fotografia, afirmamos a partir dos indícios que a mesma é de fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, pois consta a própria torre da Igreja do Rosário, então construída em 1959, depois do incêndio de 1956 (seta que inserimos ao Sul)<sup>80</sup>. É observável o crescimento da cidade em todas as direções, o que não impede de encontrarmos os “clarões” provocados pelo esquadramento feito pelos engenheiros da prefeitura e também os terrenos que ainda não tinham recebido edificações por parte de seus proprietários.

A ocupação das áreas de subúrbio já vinha sendo incentivada desde o início dos anos 1930, como podemos perceber nas primeiras propagandas de Jornais que aparecem anunciando grandes quantidades de Lotes de terrenos à venda. No *Jornal de Campina* de 1932, já se lia em letras grandiosas: “V. Excia. já sabe o que é o Bairro da Prata?” e em seguida o leitor era convidado a conhecê-lo:

*O Bairro da Prata, será muito em breve o primeiro e único local onde V. Excia. pode construir seu Bungalow, com clima salubérrimo para o seu repouso, com espaço bastante para as necessidades de sua residência, com todas as comodidades, enfim, que a moderna técnica de urbanismo requer para sistematização de habitações.*

---

<sup>80</sup> Informações constantes no site da Paróquia do Rosário: [www.rosario.org.br](http://www.rosario.org.br), acesso em 01 de setembro de 2011.

*O Dr. Nestor de Figueiredo, grande urbanista brasileiro visitando aquelle magnífico bairro da nossa urbs, afirmou que na Prata, Campina teria de localizar num futuro próximo as suas melhores vivendas.*

*Pois bem, V. Excia pode possuir desde já um terreno a prestações módicas, para construir o seu lar naquelle doce recanto (...)<sup>81</sup>*

Ao observarmos a imagem panorâmica do Bairro da Prata, notamos que a propaganda foi eficaz no sentido de vender aqueles lotes de terra. Entretanto, não só aquela área encontrou sua expansão por meio de vendas de terrenos. Visitemos o Bairro de São José, por meio de um anúncio do Jornal *Voz da Borborema* de 1937:

*1.000 lotes de terreno para construção a venda na zona de maior expansão da cidade, propriedade da viúva e filhos de Clementino Procópio.*

*5º bloco – Bairro de São José.*

*A margem da linha de ônibus do Hospital.*

*Contíguos ao Hospital Pedro I, com frente para a Rua São José, Av. Almeida Barreto e várias outras Ruas e Avenidas recém abertas, situados num dos subúrbios mais salubres e pitorescos da cidade e próximos ao campo de aviação, do stadium da A.D.C. e do Grupo Escolar Clementino Procópio. Luz elétrica, e, proximamente, telephones, água e esgoto.*

*Preços ao alcance de todos – A planta, organizada pelo engenheiro Civil Dr. Lourival de Andrade e já aprovada pela prefeitura se acha em exposição nos escritórios da firma Aluisio Silva & Cia, a Rua Presidente João Pessoa, nº 330<sup>82</sup>*

Por meio deste anúncio, identificamos que o Bairro de São José já era um importante subúrbio campinense naquele período. Determinados equipamentos de conforto já faziam parte daquele espaço, como a Luz elétrica, afinal este já era o 5º Lote de terrenos comercializados. Ruas e Avenidas já existiam aguardando novos moradores. Entretanto, nas duas propagandas é possível observar que se recorre à pena de um engenheiro para atestar que tais localizações eram “salubres” e se “enquadravam no que de melhor o urbanismo oferecia naquele período”.

Vejamos mais uma propaganda, desta feita sobre o Bairro de Bodocongó, constante no Jornal *Voz da Borborema*, no ano de 1937:

---

<sup>81</sup> *Jornal de Campina*, 05/02/1933, nº 2, p. 2.

<sup>82</sup> *Jornal Voz da Borborema*, 08/09/1937, ano I, nº 16, p. 4.

*Ótimos terrenos para modernas construções.  
Bodocongó  
Transforma-se no Bairro mais populoso de Campina  
Grande.  
Confortável, de optima situação panorâmica, será uma  
fonte de renda apreciável para quem tiver construindo.  
Compre os lotes de terra que estão a venda naquelle  
pitoresco Bairro*<sup>83</sup>

Pela propaganda é perceptível que a especulação imobiliária já era uma realidade para a sociedade campinense do período, afinal, seria “uma fonte de renda apreciável” para quem fizesse seus investimentos naquele Bairro que tinha nas fábricas seu principal atrativo de moradia. Ressalvando a intenção de “venda de um produto”, no caso, terrenos em subúrbios, podemos compreender um pouco deste processo de transformações do espaço urbano de Campina Grande em fins dos anos 1930 e início dos anos 1940, por meio das propagandas elencadas. O ideal de salubridade e moradia em locais “pitorescos” é observável naquela cidade que estava se transformando em um processo de expansão bastante acentuado.

Não eram apenas os subúrbios que enfrentavam o processo de especulação imobiliária. O próprio Centro da cidade enfrentava este problema, como denunciava o Jornal *O Momento* em 1950. Segundo o redator, seria preciso nascer em Campina Grande, entre os que dispõem de recursos, “uma mentalidade progressista, que seja além da mentalidade simplesmente do ‘dinheiro’ e que nos permita não mais assistirmos constrangidos, em pleno centro da cidade magníficos lotes de terreno à espera de lucros exorbitantes para serem vendidos e talvez alguma oportunidade celestial, tipo lucro de 200% para neles serem construídos alguns prédios”<sup>84</sup>.

Apesar da expansão urbana visível, equipamentos e maquinarias de conforto do mundo moderno, como o calçamento, o esgoto e a própria energia elétrica não chegavam aos subúrbios, o que fazia aumentar os reclames, não só dos cronistas, mas principalmente das populações locais. Em diversas matérias dos Jornais de época, como *A Voz da Borborema*, se denunciava a falta de Luz, os buracos nas Ruas, a velocidade dos transportes públicos, entre outros problemas da, agora, cidade “que mantêm a hegemonia do mercado algodoeiro no Norte”<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> Jornal *Voz da Borborema*, 22/09/1937, Ano I, nº 20, p. 3.

<sup>84</sup> Jornal *O Momento*, 12/11/1950, Ano I, nº 8, p. 3.

<sup>85</sup> Em relação a energia elétrica o Jornal fez uma verdadeira campanha contra a “má luz da Empresa Luz e Força”. No ano de 1937 encontramos 10 reportagens que criticavam este serviço, tais como reportagens do jornal de 21/07/1937, ano I, nº1, s/p; 24/07/1937, ano I, nº 3, p. 3; Com relação á água, o jornal saúda a

A cidade crescia no comércio e na agitação, contudo, seu aspecto urbano ainda era bastante próximo das décadas anteriores a 1930, o que exigia por parte das autoridades locais uma intervenção direta, mesmo que não fosse de aceitação por parte de populares, ou mesmo das camadas abastadas locais. Desta forma, legalmente o Decreto Municipal nº 51 de 17 de janeiro de 1935, determinou que fossem “mosaicadas” as calçadas das Ruas Centrais da cidade e o que foi mais determinante para a mudança do aspecto urbanístico do Centro: ser assobradadas todas as construções e reconstruções começadas nesta parte.

A efetivação do citado Decreto nº 51 transformou a paisagem urbanística da cidade e, por conseguinte, como observou Fabio Gutemberg de Sousa, também “mexeu” com a própria elite local, que teve de migrar para outras Ruas adjacentes ao Centro, como a Rua João da Mata nas proximidades do açude Velho e para o Bairro da Prata, como identificamos na imagem aérea, os casarões que estavam a se sobressair na paisagem daquele subúrbio<sup>86</sup>.

Transformar a cidade e deixá-la de acordo com os preceitos modernos foi uma empreitada levada adiante em Campina Grande por Vergniaud Wanderlei, prefeito da cidade por duas vezes entre 1935 e 1945. Entre as várias reportagens nos jornais dedicadas à sua administração, encontramos a matéria d’*O Rebate* de 04 de outubro de 1944, em que J. Fernandes Dantas mostra o “Panorama de uma administração modelar”. Nesta reportagem o autor mostra as realizações de Vergniaud Wanderlei, tanto na sua primeira, quanto na segunda passagem pela administração municipal. Nas palavras do autor, “o martelo dos operários vai aos poucos removendo os alicerces das antigas habitações do centro da urbs. Novas avenidas e Ruas são rasgadas ou alinhadas”. Como era comum á época, este cronista não deixa de se “curvar” ao Governo Municipal e saúda com entusiasmo o homem que deu forma ao “progresso urbano” da cidade.

As alterações arquitetônicas passaram a refletir também nas transformações simbólicas. O encantamento com o progresso material tomava conta de determinados cronistas da época. Eis alguns versos da peça intitulada “Campina Grande, drama em

---

construção do Reservatório de Vaca Brava no dia 08/09/1937, ano I, nº 7, p. 3; com relação as corridas “das sopas”, na reportagem “Os ônibus desta cidade andam sem freios?”, no dia 25/09/1937, ano I, nº 21, p. 2. A referência a cidade de Campina Grande como “líder do mercado algodoeiro do Norte” é encontrada em 08 matérias no ano de 1937, como no Jornal do dia 18/09/1937, ano I, nº 19, p. 6.

<sup>86</sup> As transformações urbanísticas de Campina Grande tiveram por peculiaridade o fato de não só incomodar populares, mas principalmente por “expulsar” as elites de seu local de “teatralização de poder”, no caso o centro da Cidade, representado pela Rua Grande, a Rua Maciel Pinheiro. Acerca desta questão, Ver: SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001, 193 p.

cinco atos e uma apoteose”, transcrita do Jornal *O Rebate* de 10 de julho de 1948. Nesta, o autor, A. Rodolfo, mostra uma “cena que se verifica no perímetro de uma grande cidade” (leia-se Campina Grande).

*1º Ato*

*Cenário - uma rica praça  
um comércio forte, opulento  
as fábricas em movimento  
dinheiro em circulação  
o povo andando apressado  
os automóveis correndo  
caminhões estremecendo  
carregados de algodão*

*2º Ato*

*Ato segundo - o cenário  
Já se mostra diferente  
Um formigueiro de gente  
Comprando na “Nova aurora”  
Uma grande multidão  
Vê-se no armazém do Norte  
Por ser uma casa forte  
Atende com voz sonora (...)*

Os atos seguintes continuam mostrando a opulência e o desenvolvimento da cidade “Rainha da Borborema”. Neste fragmento transcrito é perceptível que o autor procurava construir uma imagem majestosa, grandiosa da urbe, uma “metrópole do Norte”. Observemos os cenários e os personagens: “as fábricas em movimento”, “o povo andando apressado”, “os automóveis correndo”, “um formigueiro de gente”, “uma grande multidão...”. Com certeza, em 1948, Campina Grande possuía um comércio bastante significativo, capitaneado pela produção do algodão, todavia, merece interrogações se o cenário das Ruas e casas de comércio da cidade era marcado por tamanha agitação.

Este é um dos exemplos que encontramos nas fontes a nos apresentar uma cidade tão pujante no comércio. Entretanto, não nos esqueçamos do “lugar social” dos autores de tais relatos nos jornais da época. Podemos compreender que jornalistas e autoridades campinenses em diversas épocas sempre descreveram uma cidade mais “ideal do que real”. Esta conjectura fazemos a partir dos indícios das imagens da urbe. Entre as diversas fotografias das Ruas Centrais, identificamos quase sempre certo movimento atrelado aos dias de feiras, que não se repetiriam em dias “comuns” de trabalhos rotineiros. Observemos uma imagem da Rua Marquês do Herval do período estudado:



FOTOGRAFIA 8 – Imagem da Rua Marques do Herval

FONTE: Livro Roteiro Sentimental – Fragmentos Humanos e Urbanos de Campina Grande

Não podemos negar que trata-se de um comércio dinâmico, principalmente por ser de uma cidade interiorana que vê a sua riqueza capitaneada pelo “boom” algodoeiro, contudo, toda a agitação, pressa e grandiosismo da fala do autor se esvai um pouco quando observamos imagens de época, como a da figura 08, que retrata a Rua Marquês do Herval<sup>87</sup>. Apesar do movimento da Rua, não se vê toda a agitação descrita pelo cronista de época. Isto se dá principalmente tendo em vista, a priori, a limitação física da cidade<sup>88</sup>.

Passando a palavra a mais um articulista “deslumbrado” nos anos finais de 1930 e meados dos anos 1950, encontramos no jornal *O Rebate*, de 1937 algumas “definições aceitáveis”, de “quem é Campina”, segundo Antonio Mangabeira. Para este, Campina “é a mais afamada cidade do interior do Nordeste, grande comércio e interessante indústria”. Também “é a cidade do trabalho e do futuro”. Campina Grande é “a metrópole do sertão de três estados”. De certa forma Antonio Mangabeira empolga-se em seus adjetivos com relação a cidade e arremata suas definições com esta afirmação: “Já ouvi até estas palavras: ‘Campina Grande é a cidade que está se são paulisando’”.

---

<sup>87</sup> É importante mencionarmos que no Museu Histórico e Geográfico de Campina e no Museu da Tecnologia do Algodão encontramos outras imagens da mesma época com as Ruas “cheias” de sacas de algodão e com um bom número de transeuntes. No entanto, por escolha pessoal inserimos esta imagem nº 08. Ela seria representativa do cotidiano da época? Outras imagens com maior número de pessoas seria a mais próxima da cena diária campinense? Nesta dissertação utilizamos esta fotografia para lançarmos nossas conjecturas em sentido não tão estreito com o que as crônicas da época nos legaram.

<sup>88</sup> Sobre o conceito de limite físico para as experiências urbanas do Norte (Nordeste) do Brasil ver ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande, EDUFCEG, 2006.

De certa forma, podemos compreender o anseio e o desejo de se apresentar Campina como uma cidade realmente “grande”, do “progresso” e da “civilização”. Falar do “grau de desenvolvimento” da urbe é algo que parece ser corriqueiro nos diálogos diários de jornalistas, cronistas e autoridades campinenses, afinal, em uma destas conversas Antonio Mangabeira colheu esta pérola: “Campina Grande é a cidade que está se são paulisando”. Dezesete anos mais tarde, em 1950, encontramos o mesmo Antonio Mangabeira decantando o desenvolvimento da ‘Rainha da Borborema’ mais uma vez. Desta feita no jornal *O Momento*: com “60.000 mil habitantes, com automóveis e caminhões as centenas que bebem em média 1.000 latas de gasolina por dia e transportam internamente pessoas e mercadorias, Campina Grande é a ‘Chicago paraibana’”<sup>89</sup>. Permanece o anseio deste autor em comparar o “grau de desenvolvimento” de Campina Grande com outras metrópoles.

Não só Antonio Mangabeira decanta o progresso material da cidade na primeira metade do século XX. Ao longo da pesquisa empreendida nos jornais é perceptível o discurso eufórico de parte significativa da imprensa local com o que presenciavam no dia a dia. O movimento do comércio e das Ruas os fascinava e deixava transparecer que os mesmos viviam em uma cidade que estava em sintonia com os ideais de civilidade e progresso, que os mesmos tinham notícias de outras partes do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo, bem como a própria Europa e posteriormente os Estados Unidos. Exemplos destes discursos são encontrados nas páginas do *Correio Campinense* de 28 de agosto de 1949:

*A cidade se nos apresenta possuída de uma vida intensa e progressista (...) aqui e ali erguem-se majestosos edifícios. Observamos uma série enorme de demolições em toda parte da cidade (...) ruas e mais ruas se transformam, aberturas de longas avenidas, arborização, calçamento e pavimentação das artérias da “urbs”. A cidade tem um “intensíssimo movimento de veículos”.*

Este é mais um exemplo dos discursos eufóricos que determinados campinenses apresentavam na imprensa. Observe que a cidade se “apresenta possuída de uma vida intensa e progressista”, sendo condição necessária para tal panorama às demolições de casas e a própria transformação dos Logradouros, para que acolha o “intensíssimo movimento de veículos”. Porém, como nos mostra Gervácio Batista Aranha<sup>90</sup>, estes

---

<sup>89</sup> Jornal *O Momento*, 17/09/1950, Ano I, nº 1, p. 5.

<sup>90</sup> ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande, EDUFPG, 2006.



discursos devem ser compreendidos a partir do pensamento predominante desde o século XIX, onde letrados e autoridades concebiam que uma cidade para ser considerada “moderna” precisaria ter uma intensa vida comercial e suas Ruas deveriam ser invadidas diariamente por uma multidão, que se deslocava de um lado para o outro.

De forma geral, observamos que os jornais campinenses representam um segmento da sociedade e apresentam uma visão pouco crítica do cotidiano. Quando tentam fazer algum julgamento, acabam elogiando ou colocando em primeiro plano “o desenvolvimento material de Campina”. Percebe-se que estes são jornais que valorizam demasiadamente as realizações dos governos, tanto municipais quanto estaduais, e os empreendimentos dos homens de negócios, “empresários com visão de progresso”, que certamente bancavam boa parte das tiragens destes órgãos de imprensa. Também, parte significativa dos jornais estava ligada a partidos ou políticos locais e, portanto, dependendo de quem estava no comando da administração, o redator enxergava uma “cidade diferente” <sup>91</sup>. Outra ressalva que devemos fazer é no tocante ao público alcançado pela imprensa local, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, que eram pessoas ricas e políticos pertencentes às camadas mais abastadas da população.

Feitas tais ressalvas, não podemos deixar de usar o jornal como fonte importante de conhecimento do passado, afinal, os discursos que os cronistas faziam não deixam de ser a expressão de um pensamento de determinado período histórico. Encontramos nos jornais da época anseios de uma parcela da população que, se não vivia em uma cidade de grande porte, como o Recife ou Rio de Janeiro, se sentia participante do mesmo progresso que os moradores destas metrópoles vivenciavam. Isto era possível mesmo havendo um “limite físico” nas experiências urbanas brasileiras. Apesar deste limite, lugares como Campina Grande não deixavam de ter contato com um ou outro símbolo moderno.

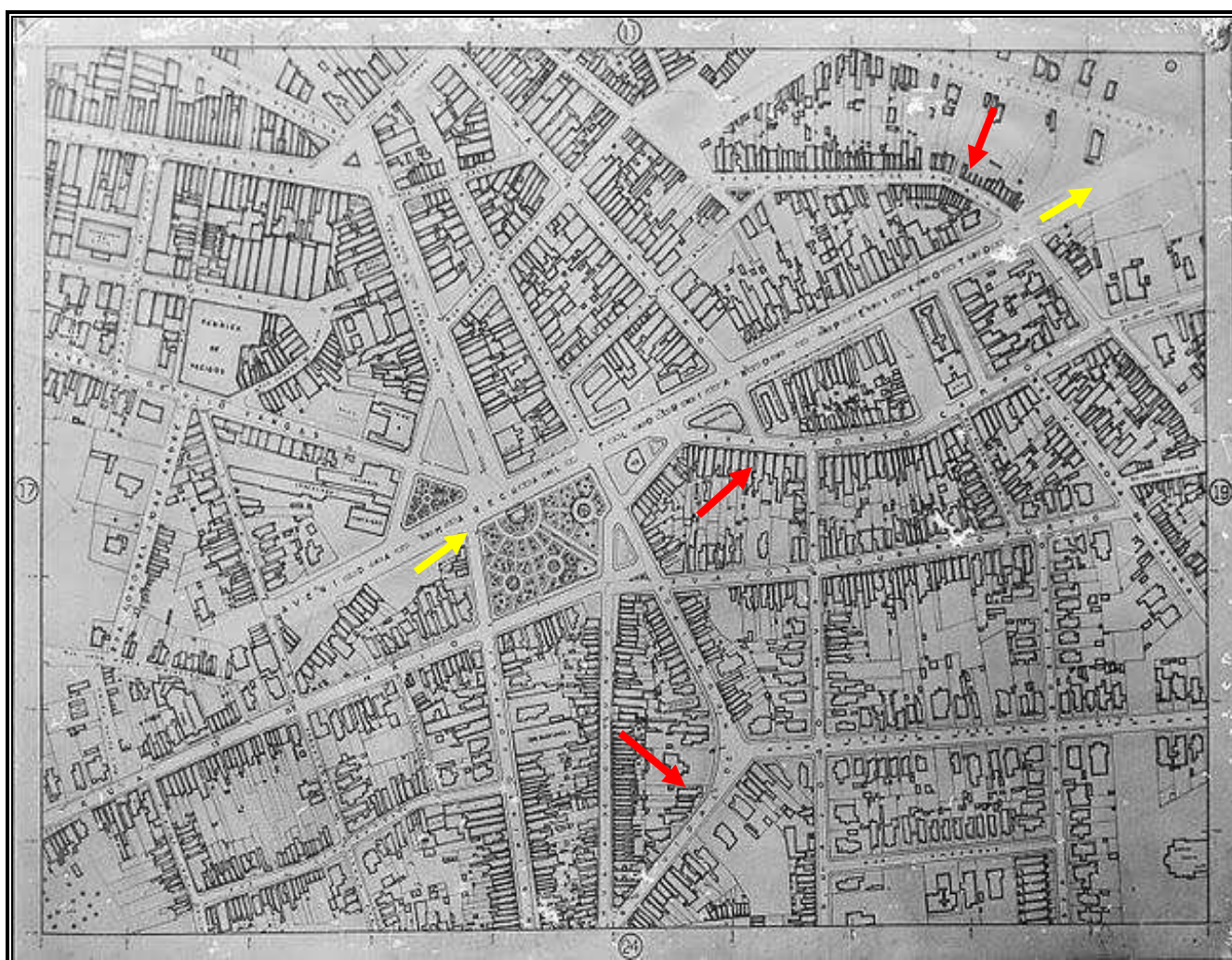
Portanto, os símbolos ou equipamentos modernos dão uma dimensão do maior ou menor grau de civilidade a estas experiências urbanas. É justamente isto que podemos perceber nos discursos dos letrados campinenses, pois como nos mostra Gervácio Batista Aranha, mesmo que no dia a dia a cidade não pudesse contar com uma multidão em suas Ruas, comparadas às de Paris ou Londres do século XIX, ela contava

---

<sup>91</sup> Exemplo desta afirmação podemos encontrar na edição de nº 1 do jornal *Voz da Borborema*, que circulou no dia 16 de julho de 1937. Na matéria “Nosso pensamento” o editor deixa claro que o jornal *Voz da Borborema* é um “jornal politicamente filiado ao Partido Progressista da Parahyba, que apóia a situação dominante do Estado”.

com equipamentos e símbolos modernos, como a energia elétrica, a água encanada, os cinemas, o trem, etc., que de certo modo traziam para os habitantes locais a sensação de se estar vivendo em uma cidade “moderna e progressista”.

Nos fins dos anos 1940 podemos compreender melhor as mudanças físicas em Campina Grande. Se compararmos o mapa do início do século em 1907 (MAPA 03), com as oito Ruas da cidade, e esta planta do início da segunda metade do século XX, com um número significativo de Logradouros que impede inclusive de se enquadrar toda a zona urbana, perceberemos um pouco as alterações mencionadas. Observemos esta planta com aspectos do centro de Campina Grande nos anos posteriores a 1950<sup>92</sup>:



PLANTA 01 – Campina Grande no Início da Segunda Metade do Século XX

Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande s/d, s/a.

<sup>92</sup> Apesar de não ser possível identificarmos a autoria e a datação exata da referida planta 1, tendo em vista que não consta ainda no site Retalhos históricos de Campina Grande, a utilizamos nesta dissertação por compreendermos que a falta destas informações não prejudicam aquilo que desejamos apresentar ao leitor, ou seja, que após as reformas urbanas do Centro de Campina Grande nos anos 1940 a cidade ganhou estes contornos retos, visíveis na planta, principalmente quando observamos a Av. Floriano Peixoto, transpassando a cidade no sentido leste-oeste. (setas amarelas que inserimos).

No centro desta planta encontramos praticamente a formação urbanística atual, com lacunas ao Nordeste, no prolongamento da Av. Floriano Peixoto em direção ao atual Bairro de Santo Antonio (seta amarela que inserimos à direita). Nesta cartografia percebe-se a destruição da Igreja do Rosário, demolida em 1940 e transferida para o Bairro da Prata (seta amarela que inserimos à esquerda que aponta onde era a localização no centro da referida igreja).

É importante destacarmos que neste período foram alinhadas as Ruas centrais: Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Floriano Peixoto, Marquês do Herval. Todavia, as “picaretas” do progresso “respeitaram” algumas Ruas, ou será que “esqueceram”, como denuncia Cristino Pimentel na crônica sobre a Rua Vila Nova da Rainha, antiga Rua das Barrocas?

A partir da análise da planta 1, percebemos que, apesar do esquadramento da área central da urbe, Ruas como a Peregrino de Carvalho (do Emboca,<sup>93</sup> Vidal de Negreiros<sup>94</sup>, Afonso Campos (tradicional reduto da oposição)<sup>95</sup>, foram Logradouros que não sofreram intervenções no sentido de deixá-las “retas” de acordo com os preceitos do urbanismo moderno. Estas Ruas não estavam no roteiro preferido da elite campinense, ou seja, não eram vistas como essenciais para apresentar-se na “teatralização” do poder?

Neste instante, Campina Grande se aproxima do fim da primeira metade do século XX e torna-se perceptível que a cidade se coloca como bastante pujante no comércio e apresenta uma intensa expansão da área urbana em direção aos bairros periféricos. Ao mesmo tempo, o Centro da cidade ganhava uma “roupa” inteiramente nova, com construções em estilo art-déco e com Ruas esquadrihadas, tirando-se as errâncias das curvas, deixando prevalecer a Rua reta, que serviria para escoar as populações e mercadorias.

Voltemos ao alto da torre da catedral no período mencionado e apreciemos as mudanças arquitetônicas que já estavam visíveis na paisagem urbana do Centro da cidade, no sentido do poente, a oeste:

---

<sup>93</sup> Seta vermelha que inserimos ao Norte na planta 1.

<sup>94</sup> Seta vermelha que inserimos ao Sul da planta 1.

<sup>95</sup> Seta vermelha que inserimos ao Centro da planta 1.



FOTOGRAFIA 9 – Imagem Panorâmica da Av. Floriano Peixoto.  
ACERVO: Dr. Severino Bezerra de Carvalho. Apud CABRAL FILHO, Severino. 2009, p. 60.

Como nos mostra o historiador Severino Cabral Filho, esta é parte da cidade que assistira ao “Bota-abaixo” empreendido principalmente pela administração do Sr. Vergniaud Wanderley nos anos 1940. A torre da catedral, de onde fora feita a Fotografia de 1918 e esta dos anos 1940, presencia um cenário bastante diferente. A própria torre já não se impõe absoluta na paisagem urbana da colina onde está situado o Centro<sup>96</sup>. Vemos na imagem, com destaque, a esquerda, o prédio com maior número de pavimentos da cidade (cinco), o Grande Hotel inaugurado a 19 de abril de 1942, e ao lado direito o Palacete da Prefeitura, com quatro pavimentos, inaugurado em 24 de maio do mesmo ano<sup>97</sup>.

Já não fazem parte da paisagem mais de duzentas casas demolidas para o alinhamento e alongamento da Avenida Floriano Peixoto. O caso mais emblemático do “bota-abaixo” foi a demolição completa da Igreja do Rosário, em 1940<sup>98</sup>. A cidade respira novos ares de progresso, e parcela significativa da população se vê participante deste processo. Na fotografia nº 9 é possível observar o caminhar das pessoas, e, como observou o historiador Severino Cabral, quase todas de costas para a imagem, provavelmente se retirando da missa dominical, tendo em vista que os automóveis não

---

<sup>96</sup> CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande, EDUFCG, 2009, p. 62.

<sup>97</sup> CÂMARA, Epaminondas, *Datas Campinenses*. Campina Grande, Ed. Caravelas, 1998, p. 139-140.

<sup>98</sup> CÂMARA, Epaminondas, *Op. Cit.* p. 135.

estão a transitar pela cidade, como seria o normal em um dia de semana<sup>99</sup>. A cena também pode nos levar a questionar qual o grupo social que estava a frequentar a igreja neste dia, pois, provavelmente, indivíduos de menor poder aquisitivo estariam longe deste local, espalhados nos subúrbios de Bodoconó, Santa Rosa, São José.

Enfim, chegamos ao término deste nosso passeio pelo espaço físico e simbólico construído a partir das Ruas de Campina Grande. Podemos desta forma, compreender que nos anos finais da primeira metade do século XX a cidade tem um estilo de vida bastante diferente daquele do início do período estudado. Se no século XIX, e em parte do século XX o povoado pobre era sinônimo de lugar de “passagem” apenas, onde se ficava alguns dias em virtude de festejos religiosos, ou se buscava a compra e venda de suprimentos básicos de alimentação, com um estilo de vida simples, já que a própria Vila era sinônimo de “Rua” em contraposição a “Fazenda”, local de moradia fixa, temos agora, toda uma mudança neste estilo de vida.

Em Campina Grande há nos anos finais da década de 1940 o desenvolvimento de uma vida urbana, se não com a pressa e o burburinho das Ruas de metrópoles nacionais e regionais, mas com um estilo de vida que a diferencia das demais localidades do interior paraibano. O crescimento material, as indústrias locais, a expansão territorial, a divisão social do espaço urbano são observáveis no cotidiano, se não na proporção decantada pela elite financeira e intelectual, mas, no passo possível para um aglomerado urbano do interior do Norte do país, com as dificuldades inerentes a esta realidade geográfica.

Ao longo de cinquenta anos percorremos de início Ruas empoeiradas, mas ao final do período, encontramos o espaço Central da cidade com meio-fio, calçamento, praças e jardins, mesmo que nos subúrbios continuassem aqueles cenários de capoeiras e campinas do século anterior. Mas não só mudanças físicas foram perceptíveis. Toda uma rede de sociabilidade foi vivenciada ao longo deste período. Encontrar os usos, costumes e territórios construídos neste espaço pelos indivíduos é o foco que norteará o próximo capítulo.

---

<sup>99</sup> CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande, EDUFPG, 2009, p. 59.

## CAPÍTULO 2

### 2- A Rua e os Sentidos: Uma Interpretação da Dinâmica Urbana de Campina Grande - Percursos, Memórias e Territórios.

Caminhando pelas Ruas centrais de Campina na atualidade, certamente poucos param para refletir ou se questionar acerca da forma como tais espaços foram construídos arquitetônica e simbolicamente. Aqueles que ainda possuem a sensibilidade, ou mesmo, o “tempo disponível” de parar e sentar em um dos bancos da Praça da Bandeira, Praça Clementino Procópio ou mesmo no Calçadão da “Cardoso Vieira”, pode fixar os olhos nos edifícios e casas comerciais e observar frontões da primeira metade do século XX, muitas vezes escondidos e “sufocados” por trás de placas publicitárias, emaranhados de fios elétricos e tantas outras coisas que encobrem aquelas fachadas que um dia foram edificadas para mostrar suntuosidade e trazer a sensação de que a cidade acompanhava *pari passu* as mudanças do mundo moderno.

Olhar para tais edificações pode trazer à tona uma série de memórias e recordações que podem revelar as vivências e territorialidades dos indivíduos no espaço das Ruas. Sendo assim, procuramos nas fontes pesquisadas, itinerários que poderíamos seguir por algumas das Ruas centrais da cidade tendo em vista que são para as mesmas que os memorialistas voltam mais intensamente sua atenção, afinal, foram nesses espaços onde os mesmos vivenciaram boa parte de suas experiências diárias. Procuraremos refazer estes itinerários sem, contudo, perdemos de vista os passos dos populares.

Para compreender os processos de transformações históricas do espaço urbano de Campina Grande na Primeira metade do século XX recorreremos ao método de “flanar” pela cidade, por intermédio das fontes. “O Flâneur ou o ato de Flanar como método e metodologia de análises dos espaços urbanos revela uma postura de análise miúda, em que o centro de preocupação está estabelecido nos processos cotidianos e na percepção diretamente vinculadas àqueles que vivem na cidade”<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. *Antigos lugares, novos temas: os sinais do tempo no bairro da Boa Vista*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p.166.

Assim, encontramos em Walter Benjamin e seus estudos sobre Baudelaire, aquilo que procuramos compreender acerca deste personagem da cidade, o ‘flâneur’. Como nos diz Walter Benjamin, citado por Nóbrega:

*O flâneur, com a sua capacidade de observação, consegue identificar as questões mais diversas na dinâmica da cidade, ele não só a observa, mas, interfere astutamente, pois, é frente à cidade um detetive, um investigador ou algo parecido. Os atributos do flâneur são de fundamental importância para estabelecer os vínculos, identificar as falhas, ou seja, para recompor, ainda que mentalmente, os diálogos próprios à cidade e ao meio que ela evoca. Justificando um controle social elaborado pelos que a habitam e não por elementos externos ao tecido cotidiano que não entendem os nuances que compõem o mosaico complexo que a cidade enreda.*

*O observador – diz Baudelaire – é um príncipe que, por toda a parte, faz uso de seu incógnito. Desse modo, se o flâneur se torna sem querer detetive, socialmente a transformação lhe assenta muito bem, pois justifica a sua ociosidade. Sua indolência é apenas aparente. Nela se esconde a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor. Assim, o detetive vê abrirem-se à sua auto-estima vastos domínios. Desenvolve formas de reagir convenientes ao ritmo da cidade grande. Capta coisas em pleno vôo, podendo assim imaginar-se próximo ao artista<sup>101</sup>.*

Portanto, estamos neste momento de nossa pesquisa assumindo a postura do ‘flâneur’ com o objetivo de apreendermos um pouco da dinâmica das Ruas campinenses. Seguimos desta forma, os passos de Cronistas como João do Rio, ou Lima Barreto, que com sua caderneta e lápis na algibeira saía às Ruas e subúrbios do Rio de Janeiro para captar esta espécie de pulsação da cidade<sup>102</sup>. Também, assim o fez Gilberto Freyre, quando ao longo do ano de 1924, percorreu ao lado de seu irmão Ulisses, montado em sua bicicleta inglesa, boa parte dos Logradouros do Recife, procurando “reminiscências mouriscas nas Ruas velhas do Recife”<sup>103</sup>. Como destaca Arrais,

---

<sup>101</sup> BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. (obras escolhidas; vol. 3), p. 38. Apud NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. *Antigos lugares, novos temas: os sinais do tempo no bairro da Boa Vista*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p.164-165.

<sup>102</sup> RIO, João do, *A alma encantadora das Ruas – Crônicas*, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2007 e BARRETO, Lima. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

<sup>103</sup> Informação constatada por ARRAIS, Raimundo. Possuindo os lugares: Gilberto Freyre e a mobilização dos sentidos na apreensão da cidade IN: *História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil*. MONTENEGRO, Antonio Torres *et al* – Co-Edição. Recife: Ed. da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008. p. 405.

podemos percorrer a cidade por meio da evocação dos sentidos, e particularmente, do olhar e do olfato, para compreendermos o espaço das Ruas:

*O narrador exercita seus sentidos na contemplação das Ruas, dos Largos, praças e sobrados e na absorção dos odores que escapam das velhas janelas, impregnam os sentidos e arrancam vagas, mas marcantes “sugestões” daquele que se entrega à experiência de percorrer a cidade*<sup>104</sup>.

Partindo das memórias de indivíduos podemos traçar diferentes percursos pelo espaço urbano de Campina Grande. E ao caminhar por tais espaços presenciamos não só construções físicas, edifícios, Ruas e praças edificadas, mas passamos a conhecer os diferentes territórios construídos. Como nossa fonte em sua maioria trata-se de escritos de memorialistas, devemos mais uma vez compreender o lugar social da fala destes moradores locais. São geralmente pessoas de elite que rememoram suas experiências vividas nos diferentes tempos e lugares da cidade, o que não nos impede de ampliar nossa interpretação e por uma via oposta fazer conjecturas acerca da participação dos indivíduos que consideramos populares nestes mesmos eventos rememorados pelo escritor de uma camada social mais abastada<sup>105</sup>.

A seguir, passamos ao nosso “passeio imaginário” pelas Ruas Centrais de Campina Grande na primeira metade do século XX, pois, obviamente trata-se de um passeio “imaginário”, tendo em vista que não vivenciamos de maneira concreta os fatos que estamos a narrar. Entretanto, das fotografias, dos jornais de época, dos escritos de memorialistas e vozes de lembranças passadas, podemos encontrar determinados personagens e acontecimentos que estão a chamar nossa atenção ao longo da caminhada. A partir das conjecturas que nos é lícito fazer, estamos de certo modo produzindo uma narrativa do passado, que se aproximaria da verossimilhança dos fatos ocorridos<sup>106</sup>. Neste caso, faremos determinadas “considerações” para uma melhor compreensão do mundo vivido por nossos personagens<sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> ARRAIS, Raimundo Op. Cit. p. 404.

<sup>105</sup> Os populares podem ser encontrados também no silêncio das fontes, no não-dito. Ver CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad.: MENEZES, Maria de Lourdes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

<sup>106</sup> Sobre o conceito de verossimilhança ver: GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução: AMOROSO, Maria Betânia, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

<sup>107</sup> Este “passeio imaginário” será baseado nas fontes disponíveis e metodologia já citada, seguindo também os passos e estilo de FREHSE, Fraya. Da várzea ao colégio, e pela Paulicéia toda IN: *O tempo das Ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 93-152. Esta autora estuda a



## 2.1 – O “Olho da Rua”- Sociabilidades e Vivências em Campina Grande nos Anos Iniciais do Século XX.

Começando nossa caminhada pelo “passeio imaginário” que estamos dispostos a fazer pelas Ruas de Campina Grande, nos encostamos à sombra das gameleiras da Rua Grande (Hoje Rua Maciel Pinheiro). Logo, nosso colaborador, Cristino Pimentel, nos diz em sua narrativa que o leito deste Logradouro, com suas gameleiras, poeirenta, com cavalhadas, topadas de boi, entrudos, feiras, cinemas, procissões, retretas, carnavais e comícios, foi testemunha de tudo que aconteceu em Campina Grande no início do século XX <sup>108</sup>.

Estamos com sorte! Nossa porta de entrada da Rua é justamente um dia de festa no longínquo ano de 1912:



FOTOGRAFIA 10- Imagem de Procissão em 1912 na Rua Maciel Pinheiro  
FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande

O leitor mais atento, certamente, perceberá que a Rua ainda não era calçada e havia a demarcação de locais na procissão, com mulheres nas fileiras e parte dos homens fora da fila, mostrando um pouco dos lugares diferenciados ocupados pelos indivíduos naquela procissão religiosa. Também é perceptível a presença de crianças, o

---

partir da antropologia os comportamentos dos indivíduos, o que nos diferencia, tendo em vista a nossa percepção histórica do vivido.

<sup>108</sup> PIMENTEL, Cristino. Rua Maciel Pinheiro IN: *Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956.

que certamente indicaria o ensinamento desde cedo das doutrinas e tradições cristãs. Neste momento, “falando baixo”, em respeito ao cortejo que passa, nos pede a palavra Hortênsio de Souza Ribeiro para melhor explicar esta imagem 10:

*A banda musical “União”, com seus instrumentos reluzentes, os músicos metidos nas suas fardas bem engomadas, enchia os compassos das suas marchas harmoniosas os ares campinenses, enquanto longas filas de irmandades, de cruz alçada, abriam o grande préstito, que era ladeado por Vicente Correia, Jesuíno e João Ribeiro, sob a direção quase prussiana do Vigário Sales. Ao entardecer, recolhia-se a procissão, havia te Deum, e logo mais a noite se queimava em vistoso fogo de artifício,... no Paço Municipal, tinha lugar o leilão em benefício do término das obras da Matriz.<sup>109</sup>*

Conjecturamos que este era um dia atípico, com tamanha aglomeração de pessoas. Não temos como precisar qual seria a Comemoração Religiosa daquele momento, mas, para ser registrada pela lente do fotógrafo e a tamanha celebração, é bem provável que estivéssemos a assistir uma das procissões da Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, realizada todo dia 08 de dezembro.

“Respeitosamente”, nos pede a palavra Epaminondas Câmara para questionar se realmente tal imagem seria de 1912, como está exposto no Museu Histórico de Campina Grande. Segundo o mesmo, em virtude das brigas e assassinatos, inclusive um na porta da casa do “prussiano” Vigário Sales em 1904, situada na esquina do largo da matriz com a Rua Maciel Pinheiro, fizeram com que fossem suspensas naquele ano as festas religiosas da semana-santa e da padroeira em 08 de dezembro, só voltando a ser realizada em 1914, dez anos depois, em 23 de dezembro<sup>110</sup>.

Neste momento intervimos na discussão do memorialista para esclarecer que a datação exata da fotografia neste instante é impossível de fazê-la, tendo em vista não haver pistas do fotógrafo e do período exato de sua obra. Entretanto, isto não diminui ou não é empecilho para que compreendamos o passado que nos é possível conhecer a partir das fontes. Neste sentido, como estamos seguindo as evidências, nos é lícito conjecturar que o passado poderia ter sido da forma como nossos memorialistas estavam a narrar<sup>111</sup>.

---

<sup>109</sup> Velhas Histórias IN: Jornal *Voz da Borborema*, 10/12/1938. IN: RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979, p. 198.

<sup>110</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 86.

<sup>111</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução: BOTTMANN, Denise, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Ao passo que a Banda a “União” diminui a intensidade de seu som, e a procissão passa, se junta a nossa “conversa” o memorialista Antonio Pereira de Moraes, que passa a nos apresentar o território construído da “Festa da Padroeira”. Eis o relato:

*Nas décadas de 20 a 30 as festas de fim de ano eram realizadas em homenagem a padroeira da cidade, N. S. da Conceição. Estendia-se a festa, desde a frente da matriz até parte da Rua Maciel Pinheiro, dobrando pela casa da esquina, que era a residência de Monsenhor Sales, e ia até a esquina da Simeão Leal. Aquele trecho que sai para a Peregrino de Carvalho, ainda não existia, era completo de residências (...) Uma parte bem interessante e curiosa da festa era a famosa Lagoa de Roça aos lados da igreja. Eram barracas feitas de palhas, onde serviam comidas e bebidas. Os frequentadores eram, na maioria, boêmios e gente de menor nível econômico. Quando se via gente mais importante em Lagoa de Roça, era para o encontro de algum amor clandestino. A elite da cidade frequentava os pavilhões localizados no centro da rua principal, aquém da matriz, feitos a capricho, forrados de tabuas e cercado de gradis e bem cobertos (...) Da matriz até o grupo escolar Sólon de Lucena (hoje reitoria), ficavam as barracas com prendas e sorteios, roletas e jogos com prêmios em mercadorias(...) Terminada a novena, na matriz, ficava o povo no passeio, que ia desde a frente da igreja até o Palace Hotel, duas casas depois da residência do Dr. Acácio de Figueiredo.<sup>112</sup>*

Sobre esta festa religiosa em sua gênese, o autor nos mostra que havia a “famosa Lagoa de Roça” aos lados da igreja, sendo frequentada por “boêmios e gente de menor nível econômico”. A elite frequentava os “pavilhões”, localizados no centro da Rua principal. O autor traça toda uma cartografia da ocupação e das hierarquias dos espaços da festa, mas não deixa de transparecer que “gente importante na lagoa de roça” ia para o “encontro de algum amor clandestino”. cremos que tal passeio e romance era percebido e censurado pelas camadas mais altas da sociedade.

Entretanto, se o autor narra esta possibilidade, podemos ampliá-la e imaginar que o inverso ocorreria, com populares “perturbando” a “tranquilidade” dos pavilhões. Num espaço da frente da matriz até parte da Rua Maciel Pinheiro, “dobrando” na

---

<sup>112</sup> MORAES, Antônio Pereira de. *Vi, ouvi e senti. Crônicas da vida campinense e outras narrativas-versinhos de ontem e de hoje*. Campina Grande, s. e., 1985. p. 42-43.

esquina da residência de Monsenhor Sales e indo a esquina da Semeão Leal, muitas vidas e histórias se cruzavam, independentemente da vontade de uma determinada camada social.

Circulando entre os Pavilhões ornamentados e fazendo várias pontes junto a “lagoa de roça”, acabamos por amanhecer o dia em tais divertimentos. Como um ‘flâneur’ pela cidade, ao que tudo indica, demorará um pouco até compreendermos melhor os territórios construídos por seus moradores, por isso, procuremos hospedaria naquela Campina Grande de início do século XX.

O redator do Jornal *O Campina Grande* nos sugere o “hotel dos viajantes”, do “digno major João Ribeiro”, que acabava de “dotar esta cidade de uma optima casa de pasto (...) localizado na Praça do Commercio (atual Maciel Pinheiro) em higienico e confortável sobrado de sua propriedade”<sup>113</sup>. Apesar das boas referências do redator, nos chama a atenção o cronista Cristino Pimentel, que poderíamos encontrar um ambiente mais popular, no Beco de Zé Bernardino, (atual Rua Monsenhor Sales). Explica-nos Cristino:

*José Bernardino (...) Seu hotel era o mais popular e conhecido da cidade, e a sua verve também. Chegou a se popularizar pela sujeira e pelo trato original que dava aos hóspedes. No seu hotel os porcos e as galinhas comiam por debaixo da grande mesa, beliscando os pés dos comensais, e seu cachorro cinzento tinha regalia de hóspede, ao seu lado. A cozinha era tão perto das coqueiras de animais que os cavalos metiam as cabeças pela janela para darem um bom dia a dona Dondom, de boa natureza, igual ao marido.<sup>114</sup>*

Pois bem, se estamos procurando a pulsação popular das Ruas de Campina Grande, cremos que estamos bem localizados, afinal, tamanha “interação” com a natureza e os animais não encontraríamos naqueles idos de fins da primeira e início da segunda década do século XX. Aproveitando este clima amistoso, “senta-se” à grande mesa da cozinha do Hotel de José Bernardino, o Senhor Hortênsio de Souza Ribeiro e nos narra as peripécias do Dr. Maranhão, alcunha do rábula “excêntrico” que militava nos ambientes jurídicos da época:

---

<sup>113</sup> Jornal *O Campina Grande*, 02/05/1909, p. 4, nº 28, Ano II.

<sup>114</sup> PIMENTEL, Cristino. *Rua Monsenhor Sales IN: Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956. P. 88.

*Raro foi o homem de destaque da sociedade campinense que não experimentasse as ferretoadas agudas da língua do capitão Maranhão. Possuía um modo particular de achincalhar o indivíduo que lhe decaía da simpatia: deixava sistematicamente de o chamar pelo nome próprio e, estivesse onde estivesse, só lhe declinava o nome substituindo-o pela alcunha mais antipática.*

*Algumas amostras dos seus epítetos depreciativos: o chefe político Cristiano Lauritzen era o “cara de cifrão”; o juiz da comarca, Dr. Paulo Hipácio da Silva, o “tripeiro podre”; o vigário da freguesia, monsenhor Luiz Francisco de Sales Pessoa – “cabeça de zero”; o coronel João da Silva Pimentel, abastado comerciante naquela cidade – “pimenta buena”; o notável advogado João Antonio Francisco de Sá – “joça-sapo”, vulgo “João Timbau”, o cel João Lourenço Porto, antigo chefe do partido liberal – “João Égua”; o delegado de polícia João Porto – “João Porco”; o presidente da comarca e capitalista Lino Gomes da Silva – “bigode de pau”; Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, afamado médico campinense – “doutor Chabau”; o professor Clementino Gomes Procópio – “frasco de veneno”; o secretário da Câmara major José Martins Guimarães – “João bodão”; o Dr. José Honorato da Costa Agra – “fuso doido”; o cel. Francisco Afonso de Albuquerque – “perua preta”, etc. etc.<sup>115</sup>.*

A lista que o memorialista nos traz é enorme e bastante peculiar. Não seria exagero afirmar que a mesma é muito interessante no sentido de termos outra porta de entrada naquela sociedade tão “sisuda” dos “livros e fotos oficiais”. Apesar dos risos que não conseguimos esconder, Hortênsio lembra-nos que o “advogado” faleceu em 1924 na “mais extrema pobreza em Campina Grande, e jaz hoje, numa tumba desconhecida”<sup>116</sup>. Não seria de se prever destino diferente para quem, por mais “verdadeiro” que fosse, desagradasse a tantos “ilustres” campinenses.

Já que estamos próximo da “Barbearia Lucena”, aproveitemos para dar uma passada na mesma, afinal, o anúncio de seu proprietário nos chama a atenção:

*O proprietário deste bem montado estabelecimento sita a travessa da Independência nº 1 avisa aos seus bons frequentes e assignantes, que acaba de receber belíssimo sortimento de perfumarias e algumas machinas modernas para sua arte e dispendo d’um pessoal habilitado*

---

<sup>115</sup> RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. O advogado Maranhão IN: RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979, p. 232-233.

<sup>116</sup> RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. Op. Cit. p. 233.

*encarrega-se com toda perfeição de pentiados para homens e senhoras. Campina Grande. Manoel Lucena.*<sup>117</sup>

Não se preocupe o nobre leitor com a temporalidade. Nosso Manoel Lucena ainda configuraria com sua barbearia por muitos anos nos anúncios de jornais campinenses, como nos informa Euclides Villar, que ainda o citaria no Almanaque para o ano de 1932, atendendo no mesmo endereço da Rua da Independência, hoje Rua Monsenhor Sales. “Sentado” conosco nos bancos da barbearia, Epaminondas Câmara “puxa” assunto acerca do que se falaria naqueles ambientes do fim do século XIX e início do século XX:

*Só se ouvia falar de tempestades que arrombavam açudes; em chuvas de pedra que matavam rebanhos; em coriscos que cortavam baraúnas e matavam vaqueiros; em onças que devoravam caçadores; em caboclos que se escondiam nas camarinhas; em salteadores que se emboscavam nas estradas; em almas penadas que mostravam botijas de dinheiro ou pediam orações, no espírito maligno – satanás, que se escondia no interior das casas, disfarçados num bode ou num cachorro; (...) em ladrões de cavalos que assaltavam os almocreves; em capangas que matavam à traição; nas epidemias que dizimavam famílias inteiras; no horror das secas; na falta d’água para o gado (...) na carestia da vida (...)*<sup>118</sup>

Analisando atentamente o memorialista, podemos ter importantes pistas para compreender o que se conversava no dia a dia destes ambientes na cidade. O autor está inserido em seu tempo, anos 1940, e rememora o que outras pessoas em outras temporalidades vivenciaram. Com certeza, muito do presente foi transposto para preencher as lacunas do passado. Todavia, a livre imaginação dos campinenses em relação ao sagrado ainda perduraria bastante, antes da efetivação do serviço de Luz elétrica na sede do Município. Porém, antes de visitarmos este evento, façamos uma caminhada em linha reta ao poente, saindo desta Rua da Independência, para a Rua Felizardo Leite, atual Rua João Pessoa.

Paremos no ano de 1913, no dia de São João, 24 de junho, pois uma novidade estava levantando poeira naquela parte da cidade, e não era fogueira, mas uma partida

---

<sup>117</sup> Jornal *O Campina Grande*, 31/01/1909, p. 4, nº 15, Ano II.

<sup>118</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Os Alicerces de Campina Grande*. Campina Grande: Ed. Caravela, 2006, 3ª Ed., p. 93.

de *football*<sup>119</sup>. Passemos a palavra para que Mario Vinicius nos explique melhor o que estava acontecendo:

*Na manhã do dia 24, ele [Bióca] e mais um grupo de amigos, entre os quais Tertuliano Souto, Severino Almeida (Cabeçada), Venâncio e José Eloy, dentre outros, realizaram o primeiro treino de futebol em nossa cidade, na Rua Felizardo Leite, atual Rua João Pessoa, em frente ao hotel do Sr. Sulpino Colaço (posteriormente, neste local seria construído o Edifício pernambucano) (...) O entusiasmo dos jovens era evidente, muito embora a habilidade no jogo deixasse muito a desejar. (...) De repente, surge o delegado da cidade, o Alferes Joaquim Henriques, seguido de uma patrulha. Sob a alegação de que não admitia ninguém nu pelo meio da rua (os rapazes usavam calções um pouco acima dos joelhos), o responsável pela ordem, que era temido por sua valentia, toma um sabre das mãos do cabo da patrulha e fura a bola, determinando que o pessoal se dispersasse<sup>120</sup>.*

O delegado não estava para brincadeira naquela manhã de junho. Mesmo que Bióca não tenha desistido de levar o futebol à frente em Campina Grande, muitos outros embates entre os praticantes do esporte bretão e autoridades existiriam ao longo dos anos. “Chegam-nos” aos ouvidos os fortes reclames da Redação do Jornal *O Século*, sobre o “Football nas Ruas”, já no ano de 1928. Vejamos o que reclamam os articulistas:

*As ruas da cidade estão se transformando em campos de football. Em todas as nossas ruas, mesmo nas mais movimentadas, os improvisados amadores do belo jogo bretão batem bola, quebram vidraças, rebentam telhados e, melhor ainda, desrespeitam as famílias com dietérios e palavrões, capazes de provocar terremotos e outros perigosos phenomenos seismicos... A polícia (...) A Prefeitura (...), esses dois intangíveis poderes temporaes deviam ver a arraia meuda estragando na rua todos nossos fóros de cidade culta, com semelhante atentado à ordem pública e as póstumas municipaes (...) Temos recebido aqui constantes pedidos para que se faça esta reclamação, apelando ao mesmo tempo as autoridades, a fim de que seja tomada u'a medida repressiva à prática do football nas ruas (...)*<sup>121</sup>

---

<sup>119</sup> Segundo Mário Vinicius, em 1910 chegou uma bola de borracha à Campina Grande, mas se realizou apenas um “animado jogo no Colégio do Professor Clementino Procópio”, sem obedecer a nenhuma regra do esporte. VER: MEDEIROS, Mário Vinicius Carneiro. *Treze Futebol Clube: 80 anos de história*. João Pessoa, União, 2006, p. 30.

<sup>120</sup> MEDEIROS, Mário Vinicius Carneiro. Op. Cit. p. 30-31.

<sup>121</sup> Jornal *O Século*, 27/10/ 1928, Ano I, nº14, p. 4.

Esperamos que o “pacato leitor” não tenha ficado “corado” de vergonha por termos convidado-o a presenciar tal insatisfação do repórter do Jornal *O Século*. Temos aqui uma pista do que seria uma diversão popular naqueles anos iniciais do século XX. Estaria o articulista do jornal realmente falando em nome dos cidadãos, ou na verdade, de certa camada social dominante, que não aceitaria que aquela diversão popular tomasse conta das Ruas? O que para o repórter seria a “arraia miúda” que estaria estragando “nossos foros de cidade culta”? Perguntas difíceis de ter uma resposta única, entretanto, que nos levam a questionar acerca dos territórios que estavam sendo construídos e confrontados no cotidiano da cidade no período analisado.

Depois de uma jornada futebolística tão acirrada, busquemos uma nova posição nos bancos das gameleiras da Rua Grande. Enquanto o futebol engatinhava na ‘Rainha da Borborema’ não nos esqueçamos que o mundo enfrentava na segunda década do século XX a Primeira Guerra Mundial. “Apontando” para a fachada do Cine Apolo, Epaminondas Câmara nos convida a contemplar a multidão que tomou conta das Ruas de Campina Grande, no dia 11 de outubro de 1918 para celebrar o fim daquele conflito:

*Regozijados pelo término da guerra mundial, os habitantes da cidade percorreram as ruas da cidade em passeata, acompanhados pelas bandas de música locais – Filarmônica “Epitácio Pessoa” e Charanga “Afonso Campos”, - discursando durante o percurso o senhor Ernani Lauritzen, Lino Fernandes, Gilberto Leite, José Faustino Cavalcanti e Lino Gomes da Silva. O comércio fechou as portas e à noite houve animado baile no cinema Apolo<sup>122</sup>.*

Os acontecimentos e as notícias da guerra levavam as pessoas a ocupar o espaço da Rua, quebrando a monotonia do cotidiano. Interessante desta passagem do memorialista é a lembrança da animação da caminhada feita pelas duas bandas musicais, que geralmente viviam em disputa permanente, haja vista cada uma pertencer a um partido político diferente da cidade. O autor não nos mostra as Ruas da caminhada, ou mesmo nos indica as palavras dos populares, mas certamente não coube apenas aos homens das letras citados, a agitação e empolgação pelo momento vivido naquela tarde de outubro de 1918.

Nas três primeiras décadas do século XX, não precisamos fazer grandes caminhadas pelo Centro de Campina Grande. Ficarmos na Rua Maciel Pinheiro já era

---

<sup>122</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 89.



garantia de se ver “tudo” que haveria de mais dinâmico na urbe. Desta forma, “encostado” em dos casarões do Século XIX que ainda existia neste Logradouro antes das reformas empreendidas nas décadas de 1930 e 1940, contemplemos a imagem:



FOTOGRAFIA 11 - Chegada da Energia Elétrica em Campina Grande no dia 29 de Setembro de 1920.

FONTE: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

Praticamente toda a população presente ao evento foi “enquadrada” na lente do fotógrafo anônimo que nos legou esta imagem. Não temos dúvida que este foi um dia de alegria para a população campinense, que certamente assistiu a toda uma programação social para acolher a chegada deste equipamento de conforto. Todavia, foi uma melhoria “do mundo moderno” que não atingia ou privilegiava todas as camadas sociais. Percebemos, além dos ternos brancos, e das fardas impecáveis dos soldados, tipos populares, com roupas mais simples, inclusive, crianças e adolescentes de pés descalços, que fazem parte do cenário. A “sensibilidade” dos indivíduos certamente não era a mesma, dependendo muito da forma como este compreendia e lia o mundo ao seu redor.

Voltando ao espaço das Ruas, percebemos que haveria Artérias que este símbolo moderno demorou bastante a chegar. Os habitantes do perímetro urbano mais afastado não tinham as condições necessárias para a aquisição, ou mesmo não possuíam meios de exigir e serem atendidos os seus pedidos por parte das autoridades.

As condições materiais do atendimento do serviço de energia passam a partir de então a fazer parte das conversas diárias dos moradores da Urbe. Contudo, naquela tarde e noite muito se confraternizou na cidade, como nos diz a Sra. Elvira Carlos do

Nascimento: “A luz chegou em Campina Grande em 1920. Eu tava com 08 anos de idade. Foi muita festa, muito foguetão. Foi bonita a festa”<sup>123</sup>.

Mal passou a euforia inicial da chegada da luz elétrica, em 1920, já temos os redatores do Jornal *A Gazeta do Sertão*, de 1923, nos falando de uma mudança de atitude nos costumes locais. Vejamos:

*Queremos alludir ao facto, injustificável deveras, de não estar sendo obedecida a lei que determina o fechamento do comércio, às 7 horas em ponto. Obs. “os rapazes” que trabalham reclamam que prejudica seus estudos a noite o fator do comércio não fechar às 7 horas. Além disso é um descumprimento a lei que reconhece “os declináveis direitos da laboriosa classe caixeiral”*<sup>124</sup>.

As camadas abastadas da sociedade e os cronistas podem ter saudado a chegada da luz elétrica como um passo importante de Campina Grande no sentido de modernização, contudo, para os trabalhadores, mais iluminação passou a significar mais horas de trabalho, sendo desrespeitados os “declináveis direitos da laboriosa classe de caixeiros”. Também o estudo a noite passa a ser uma realidade naquela sociedade que até alguns anos “dormia” logo nas primeiras horas da noite, após o pôr-do-sol.

Igualmente ao ‘flâneur’, encontramos diferentes transeuntes no espaço da Rua. É interessante observarmos como os poetas populares passam a inserir o mote da péssima qualidade da luz em sua poesia. Os redatores do Jornal *O Rebate* “nos chamam” para denunciar a precariedade da luz em Campina Grande.

*No motor da luz, a luz  
nem a fogo vem a furo,  
pois já sumiu-se no escuro  
o fabricante de luz!  
Só mesmo papae Adão  
com seu formidável “quengo”  
dará um jeito no monstrengo  
acabando a escuridão!*<sup>125</sup>

O Humor de Zé Campina não deixa de expor a situação precária da Luz na cidade. Observando que a fórmula de criticar a empresa de Luz tem repercussão junto à população, os redatores de *O Rebate* nos apresentam o seguinte mote: “No mundo tudo melhora, menos a luz de Campina”. Eis os versos:

---

<sup>123</sup> Depoimento da Sra. Elvira Carlos do Nascimento, aposentada, para o Documentário *Campina Grande ontem e hoje, você faz parte dessa História*. Diretor: Carlos Alberto Xapeu. Campina Grande, 2010.

<sup>124</sup> Jornal *A Gazeta do Sertão*, 08/12/1923, Ano I, nº 2, p. 2.

<sup>125</sup> Zé Campina, IN: Jornal *O Rebate*, 22 de outubro de 1932, ano I, nº 4, p. 6.

*Com a crise tudo chora  
é um verdadeiro inferno  
mas, vindo cedo o inverno  
tudo no mundo melhora;  
os flagelados, que outrora  
se maldesiam da sina  
seguindo a sua rotina  
vão procurar o seu lar,  
Tudo pode melhorar  
Menos a luz de Campina<sup>126</sup>*

Muitos outros versos poderiam ser mostrados para ilustrar esta forma irônica do jornal *O Rebate* requerer melhorias para um dos equipamentos de conforto, símbolo do mundo moderno, que é a luz elétrica. Entretanto, enquanto um ‘flâneur’, nos deleitamos com este jeito popular de se requerer mudanças para a cidade. Atentos aos acontecimentos, nosso poeta nos apresenta mais este poema que faz relação entre uma melhoria sanitária, que foi a desativação do cemitério das Boninas, com a falta de empenho das autoridades em resolver o problema da luz elétrica:

*Houve mudança de hora  
deslocando o próprio astro,  
o banco com seu lastro  
tudo no mundo melhora.  
Naquele tempo de outrora  
lá na rua da Bonina  
cumpriram com o rigor da sina  
foi um caso muito sério  
transformaram o cemitério,  
menos a luz de Campina<sup>127</sup>*

Já sabemos: O nobre leitor já está se perguntando se as sensibilidades de Campina Grande nos anos iniciais do século XX giravam em demasia sobre os equipamentos de conforto, como a luz elétrica. A julgar pelas inúmeras reportagens dedicadas a temática, nos diferentes jornais, de épocas distintas, podemos conjecturar que nos bancos de praças, mesas de bilhares, escritórios e outros pontos de sociabilidade, certamente, seria um dos principais motes das conversas, pois, parte das camadas abastadas da população estavam sempre a questionar se a luz da cidade estaria a “altura” de seu desenvolvimento. Todavia, somos mais uma vez chamados a Rua

---

<sup>126</sup> K. H. Fogo, *O Rebate*, 12 de novembro de 1932, ano I, n° 7, p. 1.

<sup>127</sup> H. P. *O Rebate*, 03 de dezembro de 1932, ano I, n° 10, p. 1.

Maciel Pinheiro, para compreender como este Logradouro abrigava as casas de projeções da “sétima arte”.

Neste momento, Antonio Pereira de Moraes nos convida a entendermos como era as entradas no Cine-Fox naquelas décadas iniciais do século XX:

*No Cine-fox havia primeira e segunda classes. A primeira entrava pela frente do cinema, na rua Grande (Maciel Pinheiro), quase em frente a residência de Monsenhor Sales. A segunda classe entrava por trás, onde corresponde hoje, ao centro de saúde. Tinha um portão no final do muro, junto ao posto telefônico, que era dirigido por Zé Telefone. No muro ficava a casa do motor que fornecia energia para o cinema. Não havia ainda a luz elétrica por toda a cidade<sup>128</sup>.*

O memorialista nos deixa pistas que levam a compreender as tentativas de divisão social no tocante ao acesso aos ambientes privados e públicos. Nesta memória sobre o “Cine-Fox” é interessante não só a descrição do espaço físico, mas também a chamada que o autor faz sobre as entradas no cinema. Aqueles da primeira classe entravam pela frente, na Rua Grande (Maciel Pinheiro), os da segunda classe entravam por trás, por um portão no final do muro, onde depois foi construído o Centro de Saúde. O autor não especifica se a primeira e a segunda classe eram divididas pelo preço do ingresso ou pelo conforto oferecido no cinema.

Nos é lícito conjecturar que dependendo da condição social do indivíduo o mesmo teria que seguir itinerários diferentes para chegar a sala do cinema. Note-se que a entrada da “primeira classe” era justamente pela Rua Grande, que as elites campinenses mais identificavam como sendo um território próprio para morar, se divertir, fazer compras, passear, enfim, “teatralizar” seu poder. Já a segunda classe entrava no cinema pela Rua Venâncio Neiva, que à época não seria mais que um “beco apertado e sujo”, onde os populares a conheciam como “Beco da Merda”<sup>129</sup>. Não seria este o itinerário mais apropriado para as camadas mais abastadas da Urbe chegar ao cinema. Por isto, a “primeira classe” entraria pela Rua Maciel Pinheiro. Da época, podemos observar a próxima imagem:

---

<sup>128</sup> MORAES, Antônio Pereira de. *Vi,ouvi e senti. Crônicas da vida campinense e outras narrativas-versinhos de ontem e de hoje*. Campina Grande, s. e., 1985. p. 38.

<sup>129</sup> Ruas de Campina: Venâncio Neiva (I) IN: *Revista Tudo*, Suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 24/10/1983, p. 6.



FOTOGRAFIA 12 – Imagem da Rua Maciel Pinheiro  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

Esta emblemática fotografia da Rua Maciel Pinheiro representa bem nossa constatação. Trata-se de uma foto pousada, onde um senhor elegantemente vestido se posiciona em frente à lente, com o intuito, por querer ou não, de se deixar fotografar em frente ao Cine-Fox, nº 63, pela sua entrada de “primeira classe”.

Aproveitando que estamos na Rua Grande, Francisco Maria se apresenta mais uma vez a nossa narrativa por este “passeio imaginário”, para nos apresentar mais pistas de como as camadas abastadas desenvolviam suas territorialidades na Rua Maciel Pinheiro. Este memorialista relata de forma saudosa suas idas a loja “Modas e Confecções Rocha”, nesta Rua, onde fazia sua roupa, sob medida, de linho branco, “condição essencial para o jovem se considerar elegante”. Neste local, jovens da mesma condição social põem em dia as conversas e fazem os planos para as “matinais do 31, na retreta do Esial”<sup>130</sup>.

O passeio perscrutador está a um bom tempo “parado” na Rua Maciel Pinheiro. Sabemos. E já estamos escutando rumores e palavras de questionamento: onde estariam os populares neste nosso caminhar? Pois bem, prezado leitor, nossa fonte é escassa para contarmos uma história daqueles que não frequentavam cinemas, não tinham condições monetárias de fazer compras nas lojas mais refinadas da Rua Grande ou mesmo não

---

<sup>130</sup> MARIA FILHO, Francisco. Rocha, o alfaiate IN: *Crônicas*. Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978, p. 75-76.

eram alfabetizados para participar dos círculos restritos que produziam e consumiam os jornais de época. Entretanto, nas conjecturas que podemos fazer encontramos determinados sujeitos históricos que deram vida ao espaço urbano.<sup>131</sup>

Ao presenciar tal afirmativa, nos “grita ao pé do ouvido” Manoel Vieira, conhecido por Manuel carga d’água. Este não caiu no esquecimento, mesmo sem termos uma só palavra sua no Jornal *O 15 de Novembro*, de 1908. No dia 11 de dezembro, Manoel Vieira foi acusado de “vibrar diversas punhaladas” em seu cunhado, que aparece apenas com o nome Jovino tal. O fato aconteceu nas proximidades do açude Velho.

Não há dúvida de tratar-se de uma contenda entre populares, quer seja pelo subúrbio que residiam, quer seja pelos seus nomes, identificado com o trabalho (Manoel carga d’água), ou mesmo desconhecido o sobrenome (Jovino “tal”). Com a morte de Jovino, Manoel foge e, apesar do repórter mencionar que “seja capturado, são os nossos votos”, até agosto de 1909, último número do jornal que tivemos acesso, o mesmo ainda estava a levar a vida como foragido<sup>132</sup>.

Se estamos dispostos a encontrar populares, vamos continuar a percorrer caminhos e Ruas adjacentes ao centro da Cidade. Assim, mesmo com nossas “roupas empoeiradas”, façamos uma visita ao Caminho da Estação, conhecida posteriormente por Rua Irineu Joffily, que apesar de ver instalada em 1926 uma linha de bondes para carregar passageiros e, principalmente algodão, das Ruas das Areias (João Pessoa) e dos Armazéns (Marquês do Herval) para a Estação de trem, tal maquinaria e trilhos foram retirados em 1927 e a Rua continuou sem os benefícios de conforto do mundo moderno<sup>133</sup>.

Enquanto a fotografia 12 do senhor bem vestido e pousando para a foto em frente ao Cine-Fox na Rua Grande nos remete a construção de um ambiente de ostentação e teatralização de poder, a imagem nº 13, da Rua Irineu Joffily, no mesmo período da década de 1930 nos mostra a construção de um território diferente, observemos:

---

<sup>131</sup> Várias pesquisas têm recorrido aos processos-crimes para completar tal lacuna da história. Contudo, este não foi o *corpus* documental que pesquisamos para a produção da presente interpretação histórica. Sobre o uso de processos-crime, Ver: SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001, 193 p.

<sup>132</sup> Jornal *O 15 de Novembro*. 20/12/1908. Ano I, nº 9, p.3.

<sup>133</sup> Informações apresentadas por CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 103-104.



FOTOGRAFIA 13 – Imagem da Rua Irineu Joffily  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

Não resta dúvida que estamos circulando agora por um espaço popular. A Rua sem calçamento, profundas valas nas portas dos moradores e as próprias fachadas e calçadas das casas dispostas de maneira irregular é o cenário. Não adianta “chamar” pelo popular que está nesta imagem, o mesmo está com “pressa”. Seria um trabalhador em direção ao serviço? Seria uma visita de cortesia em dia de domingo? Infelizmente não temos como responder. Será que nosso transeunte estaria descuidado e não percebeu o momento de registro fotográfico na Rua, ou o mesmo fez questão de não aparecer “de frente” neste registro? Diferente do satisfeito “homem estático” da pose da fotografia 12, de frente ao Cine-fox na Rua Maciel Pinheiro, o personagem da imagem nº 13 não parece interessado em posar para uma foto em Rua tão descuidada pela administração municipal<sup>134</sup>.

Após encontrarmos esses fragmentos de vida dos populares, nos reportamos ao “andarilho” leitor, para que, de onde nos encontramos neste instante, “caminharmos em linha reta” com direção ao nascente para observarmos a tranquila Praça Clementino Procópio em fins da década de 1930:

---

<sup>134</sup> É importante destacar que no canto inferior direito há uma inscrição provável da data da fotografia. Ilegível, conjecturamos ser 8, ou seja, agosto de 930 ou 936, o que indicaria o ano 1930 ou 1936. No Museu Histórico e Geográfico encontra-se, além desta imagem, outra de um período próximo com a Rua já devidamente calçada. Optamos por esta por compreendermos que a mesma explicita melhor a situação das Ruas adjacentes ao Centro da Maciel Pinheiro no período estudado.



FOTOGRAFIA 14: Praça Clementino Procópio (1936-1940)  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

“Sentemos” nos bancos do pitoresco coreto central. Logo de saída, Epaminondas Câmara se prontifica a nos informar detalhes desta Praça que estava tão bem cuidada no momento da fotografia. O memorialista nos diz que a mesma foi inaugurada em 25 de janeiro de 1936, sendo para isto demolida a “Cadeia Nova” que existia no lugar<sup>135</sup>. “Participando eufórico” desta conversa, Cristino Pimentel saúda o Prefeito e nos afirma que aquela paisagem foi de certo modo fruto de uma intensa campanha realizada pelos letrados locais, por meio dos jornais. Ao longo dos anos os reclames só aumentavam no sentido de se exigir que fosse feita tal obra para aquele espaço do Centro da Urbe. Diz-nos Cristino:

*Bravo Dr. Pereira Diniz! Muito Bravo! (...) pela bela solução dada ao caso da área da cadeia. O seu ato só podemos classificar de justo, enquadrando-se perfeitamente nas aspirações dos cidadãos que desejavam e ansiavam por um ‘cantinho’ aprazível para tomar seu salutar banho na piscina da alegria (...) como fazem os venturosos habitantes das capitais e de algumas cidades nossas vizinhas que possuem logradouros<sup>136</sup>.*

Contemplando a paisagem, vemos a esquerda o templo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que viria a ser demolido na década de 1940. É uma Praça que se

<sup>135</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 124.

<sup>136</sup> PIMENTEL, Cristino. *Cousas da Cidade*, s/j., s/d., s/p. Determinadas crônicas, a exemplo desta, foram pesquisadas e fotocopiadas pelo historiador Fábio Gutemberg a partir do acervo particular do próprio cronista e dispostas no (SEDHIR/CH/UAHG/UFCG). Desta forma, encontramos recortes de jornais que muitas vezes não é possível identificar qual o órgão que o publicou ou mesmo as referências em relação a datação, por isto, as abreviaturas s/j – sem jornal- s/d – sem data- s/p – sem página.



encontra a princípio vazia. Seria este o motivo que estaria levando o arrendatário do Pavilhão localizado no centro da mesma a querer “transpassá-lo a quem desejar fazer negócio com o mesmo”? De qualquer forma o leitor que se interessasse em “fazer negócio” poderia procurar o proprietário “todos os dias, das 9 as 11 e das 2 às 22 horas, no referido pavilhão”<sup>137</sup>. Temos aí uma pista do período de andança e ocupação de tal espaço pelos moradores de Campina Grande, inclusive, adentrando o período da noite até as 22 horas, com o Pavilhão aberto.

Por hora, neste instante “congelado” pelo fotógrafo da imagem nº 14, nesta Praça só observamos um transeunte no passeio e um casal no coreto, (estariamos a atrapalhar esta conversa?). Este casal certamente poderia servir de inspiração para nosso combativo cronista Cristino Pimentel. Este observava que naquele espaço era “onde costumava a mocidade em todas as tardes e noites alegres cochichar com as namoradas catitas, a vista dos focos elétricos”<sup>138</sup>.

Gostaríamos de aproveitar mais, este “clima de romance” observado por nosso cronista, todavia, a percepção da mesma cena em tempo diverso poderia ter outra conotação. Se no momento próximo a inauguração há a benevolência do memorialista em saudar “o cochichar” dos namorados sob a “vista dos focos elétricos”, cerca de uma década depois, observando o mesmo cenário, porém “deteriorado” pela ação do “tempo” e dos “costumes”, encontramos o “indignado” editor do Jornal *O Momento*, que nos faz a seguinte reclamação:

*Enquanto não se inaugura a chamada Praça da Fonte Luminosa e sua respectiva iluminação, os namorados indecorosos continuam ‘agindo’ na velha Praça Clementino Procópio, onde as cenas de ‘democracia do amor’ são praticadas abertamente num flagrante desrespeito às famílias e sob a protetora fiscalização da polícia*<sup>139</sup>.

A Praça era a mesma, porém, os territórios e costumes mudaram bastante com o passar dos anos. Já não observamos o mero “cochicho”, mas cenas de “democracia do amor” que eram protagonizadas pelos casais que usavam tal espaço. Esta não seria uma

---

<sup>137</sup> Anúncio do Jornal *Voz da Borborema* de 06/10/1937, p. 5, nº 24, ano I.

<sup>138</sup> PIMENTEL, Cristino. *Pedaços da história de Campina Grande (2º volume de Abrindo o livro do passado)*. Campina Grande, Livraria Pedrosa, 1958, p. 251.

<sup>139</sup> Coluna ‘Isto acontece em Campina Grande’ IN: Jornal *O Momento*, 24/09/1950, p. 7, nº 2, ano I.

imagem adequada de uma cidade “progressista” e “dinâmica”, na visão do editor do Jornal *O Momento* e de mais alguns membros das camadas mais ricas da sociedade.

Por hora, “descansemos” um pouco nos bancos da Praça jardinada de 1936 que tanto encantava os letrados da época, afinal, acabamos de fazer uma longa caminhada histórica por mais de três décadas do passado campinense.

Retomemos em seguida o “fôlego” para continuarmos nossa jornada.

## **2.2 – O “Prolongamento da Rua”: Expansão Territorial, Temporal e Sociabilidades em Campina Grande nas décadas de 1930 e 1940.**

Campina Grande passa por intensas transformações nas décadas de 1930 e 1940. A riqueza do “ouro branco” (algodão) traz importantes divisas econômicas para uma determinada parte da sociedade, segregando outras tantas camadas sociais. Neste “prolongamento da Rua” assistimos a expansão territorial da cidade para longínquos subúrbios à época, como os Bairros de São José, Prata, Bodocongó, José Pinheiro. Nosso ato de flunar exige neste momento um pouco mais de fôlego, certamente “a bicicleta” que Gilberto Freyre<sup>140</sup> usava em Recife nos seria bastante útil para vencer os pouco mais de “quatro quilômetros quadrados de edificação compacta, em forma de triângulo, de cujos lados partem, como compridas excrescências, bairros e Ruas em todas as direções. Esta a razão por que ela tem sete quilômetros de nascente ao poente e cinco de norte a sul”<sup>141</sup>.

Seria impossível darmos conta deste recorte territorial e temporal tão imenso. Entretanto, com as seleções que fazemos, cremos ser possível apresentar ao leitor um panorama das teias de relações que se constituíam nas décadas de 1930 e 1940. Não percamos de vista a nossa procura pelas novas sensibilidades e sociabilidades que se constroem neste período, ao passo que a própria urbe também se transforma.

---

<sup>140</sup> ARRAIS, Raimundo. *Possuindo os lugares: Gilberto Freyre e a mobilização dos sentidos na apreensão da cidade* IN: *História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil*. MONTENEGRO, Antonio Torres *et al* – Co-Edição. Recife: Ed. da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008, p. 405.

<sup>141</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 155.

Desta forma, “levantemos” do confortável banco da Praça Clementino Procópio e recomeçamos o nosso “passeio imaginário”. Caminhando em linha reta para o poente já é possível ouvirmos as máquinas trabalhando, contudo, é bom nos protegermos, pois a “poeira” originária da fábrica do Sr. Brito Lyra tem causado grandes transtornos para os moradores de diversas Ruas adjacentes a Rua Irineu Joffily. O Redator do Jornal *Voz da Borborema* nos pede a palavra para explicar melhor o que estava se passando naqueles dias de 1937:

*O conhecido industrial Brito Lyra, tem instalado em prédio da Rua Irineu Joffily, um maquinismo de beneficiar o sub-produto do algodão, aos quaes a gyria do comercio denomina “bezouro” e “piolho”, respectivamente (...) Todos os operários empregados no penoso serviço dessas machinas progressistas, porém, mortíferas, são geralmente atacados do mal de consupção. É raro o trabalhador de bezouros, que não termine tuberculoso (...) Pobres operarias, lavadeiras e engomadeiras, residentes em casebres localizados na Rua que fica por traz do referido bezouro, estão impossibilitados de ganhar o pão quotidiano, porque não podem trabalhar no seu mister, com a poeira intensa que se despende do bueiro da fabrica, sujando de maneira impiedosa o seu mortificante serviço. Os habitantes das Ruas 13 de Maio, Tiradentes, Irineu Joffily, Solon de Lucena e Otacílio de Albuquerque, vivem atacado de u’a gripe permanente, a tossir de rebentar, com o algodão desfeito em pó a se infiltrar por toda parte danificando ainda moveis e utensílios das residências (...)*<sup>142</sup>.

Deixamos o repórter a vontade para fazer esta longa explanação sobre o problema do “besouro” do industrial Brito Lyra, por que, além das informações de ordem clínica e prática desta questão, o mesmo acabou por nos oferecer importantes cartografias da ocupação dos moradores desta região da cidade. Encontramos um mundo de populares formados não só por trabalhadores prestes a contrair tuberculose em virtude do beneficiamento do “sub-produto” do algodão. “Operárias, lavadeiras e engomadeiras” também constroem aí seus territórios e buscam sua sobrevivência junto das águas dos Açudes Velho e Novo. Essa nossa “parada na caminhada” foi bastante significativa para compreender um pouco deste mundo de vivências e sobrevivência dos populares em Campina Grande no período visitado.

---

<sup>142</sup> Jornal *Voz da Borborema*, 06/10/1937, p. 3, nº 24, ano I. Citação também feita por CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande, EDUFCCG, 2009, p. 110.

Deixando por hora o mundo do trabalho, nos chama a atenção um dos jornalistas locais que um cortejo fúnebre estava passando naqueles idos de 1937. Nos “recolhamos” ao batente de uma das calçadas da Rua Vidal de Negreiros e fazemos a leitura da nota do jornal *Voz da Borborema*, do dia 04 de agosto de 1937:

*Falece repentinamente, a jovem professora Normanda Henrique.*

*(...) O cortejo fúnebre, saindo da casa onde se deu o óbito, à rua Vidal de Negreiros, dirigiu-se para nossa matriz, onde o Cônego Delgado, vigário da paróquia fez a encomendação do corpo. Dai, a carreta foi conduzida até o cemitério do Carmo por jovens estudantes do Instituto Pedagógico<sup>143</sup>.*

Esta nota, a princípio, poderia passar despercebida em uma leitura apressada, contudo, este não foi um acontecimento qualquer para àquela sociedade. “Aproxima-se” de nosso passeio o cronista Hortênsio de Sousa Ribeiro, e nos relata sua crônica publicada no número seguinte do Jornal *Voz da Borborema*. Com tais informações poderemos encontrar alguns territórios e Ruas que são usadas por uma parcela da população campinense naquela tarde de agosto de 1937.

*“Nota do dia”*

*A luz de inverno da tarde que desce, fico a olhar o enterro de Normanda Joffily, da Avenida João da Mata, uma das ruas mais lindas de Campina Grande.*

*Enquanto a nossa vista condoída se estende pela fila extensa de crianças das escolas e senhoritas da sociedade campinense que vão conduzindo a pequena morta (Normanda tinha apenas 17 anos!) para o cemitério do Carmo, (...)*

*O dia findava (...) o cortejo mortuário longamente desfilou pela praça onde está agora a estátua de João Pessoa, estendeu-se pela rua Vidal de Negreiros, endireitou pelo flanco da Praça Clementino Procópio, Praça do Rosário, e finalmente guiou através da rua João Pessoa em demanda do campo Santo. O esquife branco era conduzido à mão por entre alas de alunas e colegas de Normanda (...) naquele último passeio através das ruas de Campina Grande (...)<sup>144</sup>.*

Seguindo os passos do cortejo da jovem Normanda “naquele último passeio através das Ruas de Campina Grande”, podemos encontrar algumas peculiaridades<sup>145</sup>.

---

<sup>143</sup> Jornal *Voz da Borborema*, 04/08/1937, p. 6, nº 6, ano I.

<sup>144</sup> Jornal *Voz da Borborema*, 07/08/1937, p. 1, nº 7, ano I.

<sup>145</sup> É importante destacar que apesar dos endereços diferentes citados entre a notícia do dia 04 de agosto e a crônica de 07 de agosto, trata-se do mesmo episódio e do mesmo lugar de ação. O velório aconteceu na

Conjecturamos que boa parte da população campinense acorreu ao local onde morava, a Rua Vidal de Negreiros, o que pode nos indicar que a condição social de Normanda era elevada, haja vista não só o local de sua residência, mas ainda o fato de seu corpo ter sido levado para a igreja matriz. Outra pista da condição social da jovem professora foi a longa crônica que a mesma recebe na primeira página do jornal.

Quando o autor se refere àqueles que seguiam o cortejo, faz questão de destacar a “fila de crianças das escolas e senhoritas da sociedade campinense”. Certamente Normanda tinha relacionamentos estreitos nas camadas mais elevadas da sociedade, afinal, ela teve uma educação que a permitiu ser professora, tendo menos de 17 anos de idade. Não podemos deixar de enfatizar que o cortejo seguiu pelas principais Ruas da cidade, por entre praças, despertando a atenção daqueles que estavam a desenvolver suas atividades por estes locais, mas não tinham o tempo, a permissão ou o desejo de acompanhar este “passeio” fúnebre. O espaço onde se desenvolve a ação é o mesmo, todavia, a percepção dos indivíduos e os territórios construídos por estes, certamente são diferentes.

Para ampliar nosso campo de visão deste evento, observemos uma imagem da Rua onde se deu o encontro da “sociedade” campinense naquela tarde de agosto de 1937:



FOTOGRAFIA 15 – Imagem da Rua Vidal de Negreiros  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

---

Rua Vidal de Negreiros e foi acompanhado a certa distância por Hortênsio Ribeiro que ficou “a olhar o enterro de Normanda Joffily, da Rua João da Mata”, que faz esquina com a referida Rua Vidal de Negreiros, não havendo desta forma contradição no ambiente que se desenvolveu este episódio naquela tarde de 1937.

Infelizmente não temos imagens do cortejo fúnebre da jovem professora, no entanto, nos é lícito imaginar que a tranquilidade da recém-calçada Rua Vidal de Negreiros foi quebrada naquela tarde, ocorrendo para este local um grande número de pessoas que foram prestar sua homenagem à família. Conjecturamos que o choro e a tristeza inerente a morte, se ampliam neste caso, haja vista a pouca idade da falecida. Com certeza, toda uma rede de solidariedade se construía nesse momento de dor da família. Não temos precisão em relação ao horário que esta imagem foi registrada, contudo, o ar pacato era algo rotineiro naquela Rua residencial de Campina Grande, sem grandes números de casas comerciais, como era o caso da Rua Marquês do Herval e Rua João Pessoa, ambas localizadas ao Noroeste deste Logradouro.

Com pesar, vamos “deixando” o cortejo fúnebre da jovem professora, mas continuamos nossa caminhada pelas Ruas campinenses. Afastando-se do Centro, passemos a acompanhar de maneira panorâmica mais uma multidão reunida nas Artérias da cidade, desta feita seguindo uma romaria. Eis o relato de Hortênsio Ribeiro:

*Frei Damião*

*Da janela de casa onde presentemente estou residindo (rua 13 de maio, nº 78), em Campina Grande, eu contemplo, na companhia de alguns amigos, a multidão devota que, seguida de Frei Damião, serpêa e se desdobra, numa massa compacta, inflectindo por cima do talude do açude Novo, em demanda do santuário de N.S. da Guia, onde suponho se realizou a pregação da tarde de domingo ultimo.*

*Quase tudo mulheres (...).*

*Vai para muitos anos que os olhos de Campina Grande não contemplam cena mais empolgante que a da tarde de domingo, em que tantos olhares materialistas admiravam conosco um povo imenso a caminhar, sob um sol inclemente asphyxiado por nuvens de poeira, agitando bandeirolas brancas ao ar livre, guiados por um pobre frade mendicante, a entoar louvores a Deus, num coro uníssono que acordava nos nossos ouvidos desiludido os ecos longínquos da infância maravilhosa do cristianismo<sup>146</sup>.*

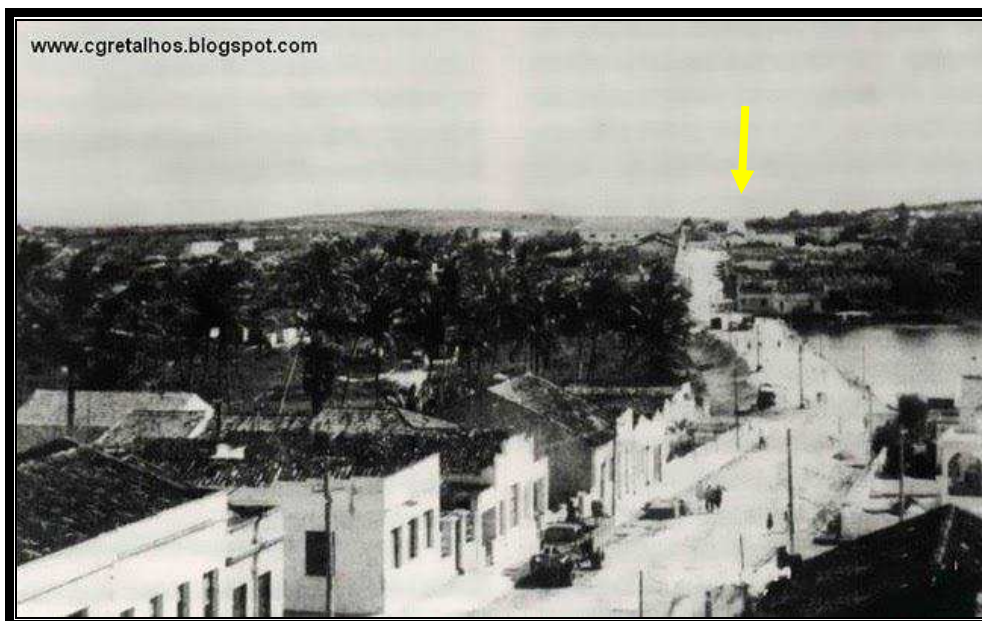
O ato de flunar nos permite apreender as diferentes sensibilidades do mundo urbano. Se antes, presenciávamos uma multidão que de forma “triste” levava o corpo de uma jovem professora a matriz e a seguir para o cemitério, agora, encontramos outra multidão, provavelmente, com pessoas comuns àquela do cortejo fúnebre, mas com

---

<sup>146</sup> Jornal *Voz da Borborema* 22/09/37, p. 1, ano 1, nº 20.

outra motivação, “entoando louvores”, que neste caso, são de esperança, pois, “empolgam” àquela tarde de domingo.

Como estamos “dispostos” a caminhar, neste percurso tomamos outro rumo. Seguindo uma das muitas romarias de Frei Damião pela cidade, o encontramos passando pela Rua 13 de Maio, seguindo por sobre o “talude do Açude Novo” em direção a igreja de Nossa Senhora da Guia, no “distante”, à época, bairro de São José. Contemplemos uma imagem que bem poderia nos dar a dimensão visual deste percurso:



FOTOGRAFIA 16 – Imagem da Rua 13 de Maio  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

Nesta fotografia nº 16, feita a partir da Rua 13 de Maio, temos uma noção do caminho descrito por Hortênsio de Sousa Ribeiro. Os famosos coqueiros de Zé Rodrigues e o balde do Açude Novo ligavam o centro da cidade ao subúrbio do Bairro de São José. É possível observar na fotografia ao fim da estrada de barro, aspectos que lembram a torre e as imediações da Igreja de Nossa Senhora da Guia (seta amarela que inserimos).

O leitor pode encontrar neste percurso uma série de apontamentos acerca do cotidiano campinense. Inicialmente, vemos o caráter mais “popular” da multidão descrita por Hortênsio, haja vista, não está em demanda da Matriz no Centro, mas indo para um subúrbio até então, o citado Bairro de São José, em um templo que não era dos mais frequentados pelas elites. Outra característica dessa romaria é o fato das pessoas que a acompanhava serem em sua maioria mulheres. Este relato de Hortênsio Ribeiro pode de certo modo nos revelar que homens e mulheres tinham territórios diversos

quando o assunto era religião. Passa-nos a impressão que a mulher seria mais religiosa e não temia enfrentar as adversidades de uma romaria para rezar não só por si, mas, muitas vezes, por filhos e pelos próprios companheiros que ficavam em casa, ou estavam a desenvolver outras atividades<sup>147</sup>.

Provavelmente, os seguidores da romaria de Frei Damião tinham uma condição social mais baixa que aqueles que acompanhantes do cortejo da jovem professora falecida pouco mais de um mês antes. É uma multidão a “caminhar sob um sol inclemente, asfixiado por nuvens de poeiras”, agitando bandeiras, de certo modo “clamando aos céus” por suas vidas. Todavia, em uma cidade que possuía toda uma rede de sociabilidades e relações próximas de parentesco e de trabalho, seria possível haver um processo de “circularidade” de culturas, com elementos de uma determinada camada, sendo abstraído e resignificado por outra. Não seria regra termos de forma tão rígida uma diferenciação social que não permitisse o contato e a as vivências entre diferentes membros da sociedade<sup>148</sup>.

Agora, atravessemos o talude do açude Novo e observemos o templo que seria o provável destino da procissão liderada por Frei Damião naquela tarde de domingo:



FOTOGRAFIA 17 – Imagem da Igreja da Guia no Bairro de São José  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

<sup>147</sup> Sobre a condição feminina na sociedade campinense da primeira metade do século XX há vários trabalhos entre os quais cito o capítulo 2 da tese de doutorado de SOUSA, Fábio Gutemberg R.B. de “*Cartografias das mulheres na cidade: Campina Grande (1930-1940)*” IN: Op. Cit. ; CAVALCANTI, Silêde Leila O. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas*. Mestrado em História, Recife, UFPE, 2000.

<sup>148</sup> Sobre o conceito de circularidade de cultura ver GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução: AMOROSO, Maria Betânia, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.



O templo da Igreja da Guia, localizada hoje na Praça do Trabalho, no Bairro de São José foi construído em 1917, e segundo relatos de moradores antigos do bairro, foi um fator de atração e de convívio social nas suas imediações, que ajudaram a criar as vivências em torno daquele subúrbio campinense. O estilo do templo era pobre, com paredes grossas e imediações em terra<sup>149</sup>. Os frequentadores seriam menos abastados, como vemos na imagem nº 17, onde se destaca um homem simples, com seu animal de carga nas imediações da capela, nos mostrando o caráter popular dos territórios construídos pelos moradores do lugar em torno daquela capela do subúrbio.

Indiretamente, podemos perceber que o calçamento, uma das modernidades urbanas, não chegou nesta parte de Campina por onde caminhavam os fiéis que seguiam Frei Damião. Possivelmente, as autoridades municipais ainda não viam estas Ruas como fundamentais para marcar as impressões que os viajantes e visitantes deveriam construir da cidade.

Por hora, cuidemos de “voltar” ao Centro da Urbe. Mesmo empoeirada, “continuemos” com nossa roupa atual, não temos tempo para “parar”, pois poderemos não encontrar mais a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Este era um templo católico que estava com os dias contados nos anos finais da década de 1930.



FOTOGRAFIA 18 – Celebração Campal no Largo do Rosário  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

Por meio da lente do fotógrafo desconhecido, o leitor do alto do prédio dos Correios acompanha a multidão concentrada na Rua Marques do Herval, em seu final na

---

<sup>149</sup> Informações prestadas pelo colaborador Jobedis Magno de Brito Neves em entrevista ao site [www.cgretalhos.blogspot.com](http://www.cgretalhos.blogspot.com), acesso em 10 de setembro de 2011.

direção sul, onde se localizava o Largo do Rosário. Estamos em frente à Igreja que vimos à lateral da parte nascente na imagem da Praça Clementino Procópio. (Fotografia 14). Já temos a referida Praça, como observamos o Pavilhão Central à esquerda da fotografia 18, o que significa conjecturar que estávamos próximo do período da demolição desta Igreja, para dar passagem “ao progresso”, ou melhor, à Avenida Marechal Floriano Peixoto.

Como este era um dia atípico, situado entre 1936 e 1940, encontramos o que estamos denominando de “multidão” nas Ruas da cidade. A aglomeração de pessoas em frente à antiga Igreja do Rosário, que viria a ser demolida em 1940, nos mostra a quebra da rotina do cotidiano da cidade. Trata-se de uma celebração religiosa com grande participação dos moradores, o que levou a celebração litúrgica a ser celebrada de forma “campal”, com os fiéis ocupando os espaços fora do templo, no Largo do Rosário e nas imediações, pelas Ruas Irineu Jóffily, à direita, e Praça Clementino Procópio, à esquerda.

Porém, com tantas pessoas nesta celebração, o povo campinense estaria mais religioso? Ou seria esta uma das últimas celebrações neste templo, o que certamente levaria uma multidão de curiosos para participar “do ato final” de uma igreja que existia desde o século XIX na paisagem urbana do centro da cidade? Infelizmente, só podemos lançar perguntas, afinal, a imagem nos permite esta possibilidade, mas por outro lado, seu silêncio não consente que “fechemos” a questão.

Tudo bem. Não precisa o leitor “não tão devoto” se irritar com nossa insistência em “pararmos” em eventos religiosos. Porém, não nos esqueçamos que parte da vida das pessoas girava em torno do sagrado e da participação nestes eventos que traziam consigo também o viés dos laços de solidariedade do vivido. Mudaremos nosso itinerário neste instante, mas cremos que seja melhor taparmos os olhos (ou abriremos mais?), pois da redação do Jornal *O Momento*, nosso ardoroso repórter defensor da moralidade está por falar alto. Vejamos de que se trata:

*Isto acontece em Campina Grande (...)  
Menores entre 16 e 18 anos, todos os domingos,  
banham-se em plena nudez nas mansas águas do Açude  
Velho (...)*<sup>150</sup>

---

<sup>150</sup> Jornal *O Momento*, 08/10/1950, Ano I, nº 4, p. 2.

Creemos que o repórter, não estava a exagerar nas suas considerações acerca dos usos dos jovens das “mansas águas” do Açude Velho. Encontramos um poeta dando sustentáculo ao que o mesmo afirmava. Vejamos a “inocente” quadrinha de época, de autoria de M. Lyra Torres, parte de um folheto de 1941, intitulado “A morte do coronel Salvino”, descrevendo a “entrada no céu” deste coronel:

(...)  
*Do fundo do Açude Velho  
Muitas almas tem subido  
P’ra contar aqui no céu  
O que ali tem sucedido:  
Quantos seres inocentes  
Têm ali submergido.  
E muitas moças bonitas  
Que se fingem de donzelas  
Têm posto naquele açude  
O fim das suas novelas  
Deixando, ali, sob as águas  
Muitas criancinhas belas (...)*<sup>151</sup>.

Ao que as fontes indicam, fizemos um itinerário que acabamos por encontrar um dos lazeres proibidos, mas que era bem frequentado pelos moradores da cidade, inclusive, para encontros “secretos”, pois, muitas “moças bonitas que se fingem de donzelas” tem posto “naquele açude o fim das suas novelas”, e aí o leitor compreenderá que nem sempre tais “novelas” tiveram um “final feliz”<sup>152</sup>.

Por este ambiente campinense, próximo a estação de trem, teríamos um bom espaço de sociabilidade, em especial, após a inauguração do cais que circula o mesmo, a partir de 1942<sup>153</sup>. Teríamos a passear, a luz do dia, algumas daquelas “moças bonitas que se fingem de donzelas” e dão novo significado às águas do Açude Velho?<sup>154</sup> E os populares, como utilizariam tal espaço? Mais uma vez lançamos nossas perguntas. “Rachando as palavras”<sup>155</sup>, temos uma voz que nos pede permissão para traçar um possível cenário daquela região no período. Escutemos:

---

<sup>151</sup> SYLVESTRE, Josué, *Da Revolução de 30 á queda do Estado Novo – fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília, Senado Federal, 1993, p.19.

<sup>152</sup> SYLVESTRE, Josué. Op. Cit. p.19.

<sup>153</sup> Para melhor compreensão dos usos deste espaço do Açude velho ver: CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande, EDUFPG, 2009, p. 67-69.

<sup>154</sup> Expressão usada por M. Lyra Torres em panfleto de 1941. Ver: SYLVESTRE, Josué. Op. Cit. p.19.

<sup>155</sup> Os relatos orais de memória que fazemos uso neste trabalho têm seu significado histórico, tendo em vista que nos auxiliam a construir nossa narrativa do passado, a partir das imagens, percepções e experiências acumuladas pelos indivíduos que fazem suas narrativas. Esta metodologia tem sua importância e validade histórica, obviamente, feitas as ressalvas necessárias, “rachando as palavras” ditas. Sobre esta questão Ver: MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, 187 p.

*Desde 1930 que eu cheguei em Campina Grande até hoje e aprendi a nadar naquele Açude Velho com 16 anos, que eu ia morrendo afogado quando tava aprendendo a nadar. Também depois que aprendi a nadar atravessava ele duas vezes por dia.*

*A água ali chegava a esse meio de rua todo. Ali foi aterrado pelo Dr. Vergneaud Wanderlei, um prefeito que teve em Campina Grande. Ali na Caranguejo passava um carro pelo outro apertado. Tudo aquilo foi aterrado. Ele fez o cais. Hoje tem uma estatua dele lá em frente ao São Vicente de Paula. A lavadeira de roupa lavava roupa na porta da CAVESA, dali da CAVESA até Zé Pinheiro tudo era mata, tinha uma parte lá embaixo que tomava banho despido, aonde tem as estátuas de Luiz Gonzaga. Ali era uma verdadeira praia no dia de domingo. Todo mundo tomando banho lá, despido no açude. Nesse tempo a água era limpa porque não entrava esgoto da cidade, era água limpa que corria das chuvas e entrava no Açude Velho.<sup>156</sup>*

O que hoje o Sr. Manoel Francisco de Menezes diz que era uma brincadeira salutar naquelas tardes de domingo dos anos 1930 e 1940, à época era motivo de reclamação por parte da imprensa, como observamos na reportagem do *Jornal O Momento*. Desta forma, cruzamos varias visões acerca do mesmo espaço físico. Para o Poder público este é um local de investir em seu embelezamento, com a construção do cais, pois, o visitante que chegava a estação de trem ou mesmo da capital passaria por tal ambiente. Para lavadeiras era o local de ganhar o pão com suas lavagens de roupas. Para determinados jovens era o ambiente da diversão semanal com banhos ao ar livre, já para o letrado e colunista aquele era um espaço que mereceria uma maior intervenção moral por parte das autoridades no sentido de coibir as práticas não condizentes com o que os mesmos compreendiam como costumes ‘familiares’. Mais uma vez o espaço é o mesmo, mas os territórios construídos são bastante díspares.

Antes de continuarmos nosso “passeio imaginário”, aproveitemos às margens do Açude Velho, onde diversas pessoas certamente passavam um bom tempo a conversar descontraídas enquanto caminhavam por aquele espaço. “Circulando” por todos estes instantes, procuramos apurar os nossos ouvidos de ‘flâneur’. Cristino Pimentel “nos pede” um instante de atenção para nos explicar que por estes ambientes públicos poderíamos flagrar o momento de “cavaqueação” na cidade:

---

<sup>156</sup> Depoimento do Sr. Manoel Francisco de Menezes, aposentado, para o Documentário *Campina Grande ontem e hoje, você faz parte dessa História*. Diretor: Carlos Alberto Xapeu. Campina Grande, 2010.

*Na vida, nessa borborinhada vida do século vinte, fantasiada e cheia de maravilhas: rádio, cinema (...), não há quem não tenha e não dê 'cavaco'. Cavaqueia-se com tudo. Então nessa Campina Grande, talvez por ser uma cidade cosmopolita, o 'cavaco' é mais sério do que se imagina. Até duas compridas unhas que seu Getúlio do cinema conserva serve para cavaqueação (...). Em outro grupo o 'cavaco' era com as cousas da cidade; com seus melhoramentos, inclusive o miquitório (...). Falaram de um triângulo descalço existente em frente ao '31'. Sabiam eles, até, que aquilo tem dado tratos à bola dos prefeitos (...). Cavaqueavam, também, com o cais e a imundice do Açude Velho; com os jardins da Rua Afonso Campos, e com a iluminação. Ah! A nossa luz (...)*<sup>157</sup>.

“Observando” que estamos a flunar entre tantas “cavaqueações”, J. Guimarães nos diz que isto na verdade era um ato corriqueiro, tratando-se de “costumes do nosso povo”. E completa:

*Há nesta terra, como em todas as terras, um público que sabe de tudo que se passa, desde o cenário da sociedade aos recessos mais íntimos do lar (...) já houve quem designasse esse público de 'tesoura social' (...) esse 'público gazeta' 'corta' a pele de todos que perambulam por esta cidade afora (...). Deste modo sabe-se o Manoel quantas calças tem, quantos paletós e quantos chapéus possui; o Alfredo quanto deve no estabelecimento do Severino, o que come e o que bebe o pobre Jeremias; o Joca quantas namoradas arranjou no Parque Changai, com qual delas vai casar, o dia do casamento, o figurino do vestido de noiva, o estilo da cama, se o colchão é de molas, se tem cortinado, a comodidade dos aposentos da casa onde irá residir, enfim, todo esse público conhece e advinha (...). É um público assombroso, arrasador e mexiriqueiro. Um público que fala. Que só sabe falar*<sup>158</sup>.

É visível que este nosso ato de flunar por entre conjecturas permitidas pelas fontes é bastante revelador no tocante as vivências e sociabilidades construídas dia após dia na cidade ‘cosmopolita’ de Campina Grande na primeira metade do século XX. Entretanto, apesar do adjetivo grandioso em relação ao progresso material da urbe, compreendemos que a mesma continua com seus hábitos de longas datas anteriores, de ‘cavaqueação’ por intermédio da ‘tesoura social’ dos habitantes locais.

Certamente, em outros ambientes também encontraríamos este tipo de comportamento social. Por isto, o leitor deste nosso “passeio imaginário” pelas Ruas

<sup>157</sup> Cavaqueação IN: PIMENTEL, *Cousas da Cidade*, s/j.,s/d.,s/p.

<sup>158</sup> Claro-escuro IN: *Jornal O Momento*, 24/09/1950, ano I, nº 2, p. 5.

campinenses não irá agora dispensar um breve descanso nos ‘Bares da cidade’. Como estamos iniciando nossa passagem por estes recintos, vamos “gastar” inicialmente, nossos recursos em um ponto “chic”. “Rumemos” em direção ao Centro, especificamente, no Largo do Rosário e adentremos na Confeitaria Petrópolis, e escutemos o repórter da *Voz da Borborema* explicar como foi sua inauguração em 1937:

*Sua inauguração domingo passado nesta praça (...) A hora aprazada, centenas de espectadores e famílias de nossa elite social ali afluíram, para assistir à estréia da “Petrópolis” que vai ser um ponto chic de reunião do que melhor possui a sociedade campinense.*<sup>159</sup>

Local onde deveria se encontrar o que de “melhor existia na sociedade campinense”? Conjecturamos que gente mais humilde não seria bem vinda? Ao que entendemos a afirmativa do repórter da *Voz da Borborema* foi cumprida, pois este passou a ser um ponto de encontro preferido dos mais abastados do lugar, inclusive, com as suas portas sendo abertas para autoridades e políticos de passagem por Campina Grande. Aproveitemos que estamos bem instalados em uma das mesas deste ponto “chic” e peçamos uma garrafa da “rainha das cervejas”, a “cerveja Petrópolis”<sup>160</sup>. Se não tomar álcool, peça algum produto da “Companhia Antartica Paulista”, que tem a “supremacia na venda de cervejas e bebidas sem álcool”<sup>161</sup>. Com nossas bebidas, apreciemos a narrativa do redator da *Voz da Borborema*:

*O governador Raphael Fernandes [do Rio Grande do Norte], em companhia do governador Argemiro de Figueiredo [governador paraibano], visita Campina Grande. (...) A despeito da má luz que a Empresa nos ofereceu, S. Exia mostrou desejo de fazer um passeio a pé pela cidade. Acompanhado do governador Argemiro de Figueiredo e de numerosos amigos, o nosso ilustre visitante percorreu diversas das nossas principais artérias, havendo tomado democraticamente uma chicara de café na confeitaria Petrópolis, que há esta hora estava repleta dos mais prestigiosos elementos da sociedade local (...)*<sup>162</sup>.

---

<sup>159</sup> Jornal *Voz da Borborema*, 18/08/1937, ano 1, nº 10 p. 3.

<sup>160</sup> Propaganda no Jornal *A Batalha*, 04/04/1935, s/a. p. 2.

<sup>161</sup> Propaganda no Jornal *O Século*, 19/10/1928, s/ a. p. 3.

<sup>162</sup> Jornal *Voz da Borborema*, 25/09/37, p 1, nº 21.

Infelizmente neste itinerário não podemos seguir todos os passos dos governadores e comitivas, tendo em vista que o autor da nota não nos ofereceu o nome das Ruas por onde caminharam as autoridades. Contudo, pelo desfecho que teve tal caminhada, feita “à noite” e “a pé”, com as limitações impostas pela qualidade da luz da cidade, podemos antever que foi um passeio breve e, possivelmente, apenas pelas artérias mais urbanizadas do centro da cidade <sup>163</sup>.

A “democrática xícara de café tomada na Confeitaria Petrópolis” de certo modo nos dá a pista de quais impressões às elites locais desejavam que o ilustre visitante levasse consigo para o Rio Grande do Norte. Certamente a estética e a higiene de alguns dos bares e casas comerciais da cidade não se enquadravam no perfil do que os indivíduos mais abastados da elite local consideravam dignos de ser representativo de Campina Grande. O aspecto, o odor e as características mais humildes de algumas das Ruas não seriam dignas de serem apreciadas pelos visitantes. Portanto, era melhor evitar tais ambientes, levando o governador e sua comitiva aos territórios que as elites locais construía e julgavam ser o que de melhor representaria a ‘Rainha da Borborema’.

“Puxa uma cadeira” e se junta a nossa mesa o jornalista A. Rodolpho. Eufórico letrado ‘bairrista’, o mesmo começa a falar de “Campina Grande e o seu desenvolvimento”, dizendo que estava de regresso da Capital e ao voltar, em Campina tinha a “impressão de se encontrar num ambiente de maior movimento e de igual espiritualidade” <sup>164</sup>. É óbvio que ficamos um pouco “desconfiados” com a afirmativa de um membro de uma camada abastada da sociedade que vivia a “enaltecer” e apresentar uma visão pouco crítica da urbe. Todavia, continuando a explicar o “desenvolvimento” de Campina, o repórter arremata sobre o estabelecimento que nos encontrávamos:

*A Confeitaria Petropolis é um estabelecimento que muito honra a Campina Grande, não só pela sua magnífica instalação, mas especialmente pela sua selecta frequência. Em frente à fachada da Petropolis divisa-se em elegante cartaz o bem redigido jornal diário ULTIMA HORA órgão informativo de noticias locais, dos estados e de todo o país* <sup>165</sup>.

---

<sup>163</sup> Sobre a qualidade da luz em Campina Grande, há inúmeras reclamações por parte dos letrados, em suas crônicas e reportagens locais. Para compreender melhor o que se passaria em Campina Grande em tal época, vejamos o que diz uma das crônicas de Cristino Pimentel: “quem quer que transite por Campina à noite, boa impressão não terá da nossa iluminação. Há ruas, como por exemplo, a Peregrino de Carvalho, e a Praça Lauritzen que só em a gente passar causa medo, devido a escuridão. Nessa praça pode-se fazer “bicho” sem o perigo de ser descoberto”. IN: PIMENTEL, *Cousas da Cidade*, s/j.,s/d.,s/p. Certamente estas são ruas em que as autoridades locais não levariam visitante tão ilustre.

<sup>164</sup> Jornal *Voz da Borborema*, 26/02/1938, p. 3, s/e.

<sup>165</sup> Jornal *Voz da Borborema*, 26/02/1938, p. 3, s/e.

Percebe-se assim, que aquele era um ambiente com uma clientela bem definida: a elite campinense. Por hora, nos afastemos um pouco deste espaço e sigamos em busca de ambientes mais populares, afinal, tomar uma “democrática bebida na Confeitaria Petrópolis” não era nada barato. Caminhemos! Francisco Maria nos “puxa pelo braço” e nos diz ter um bom lugar “popular” para tomarmos outra bebida: no Beco dos Bêbados, especificamente na venda de Zé Quinca, que tem um singelo nome popular:

*O “sindicato dos bebos” É o refúgio dos boêmios pobres. De vidas sem destino, sem amanhã. A “sede” é a venda de “Zé Quinca”, no “Beco de Zé Barbosa de Menezes”, embora, em suas “andanças” sinuosas, a “organização” ocupe toda a extensão da tradicional ladeira. Ali predominam os pintores de parede. Bebem, brincam, sonham e sofrem (...) O “sindicato” é o mundo de todos. Unidos pela cana. Pelo sofrer. Pelo amor.<sup>166</sup>*

Estamos mais a vontade, pois, nos encontramos na virada primeira metade do século XX no refúgio dos “boêmios pobres”. Temos aqui um território construído por uma clientela bem “distinta” da sociedade campinense, os populares, os pintores de parede. “Em pé” mesmo, ao “pé do balcão”, passa a nos fornecer informações de sua pesquisa no ano de 1983 o articulista Severino Machado. Após entrevistar o próprio Zé Quinca, “com palavras macias, meio cambaleando, falando compassado, num dos bancos da farmácia Central,” Severino nos dá pistas sobre aquele “sindicato”<sup>167</sup>.

Em sua origem, em 1932, a “Casa Feliz” de propriedade de Zé de Quinca vendia tintas, mas que, nas palavras de um frequentador, “ora, ali vendia mesmo, pra valer, muita cana e muita gente boa ia tomar sua bicada lá”. A fama do estabelecimento foi confirmada por um “homem das letras”: *havia sábado que quase não se podia dormir em minha rua, o emboca, com passagem dos bêbados que vinham de lá.*<sup>168</sup> Confirmada a fama do local, só nos resta pedir um dose da cana “Chora na rampa”, porém, nos adverte Severino Machado ter escutado de Zé Quinca a história do Negro “Caliça”, que:

---

<sup>166</sup> MARIA FILHO, Francisco. O Sindicato dos Bebos IN: *Crônicas*. Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978, p. 19.

<sup>167</sup> O articulista, professor Severino Machado produziu uma série de reportagens sobre a “origem” e a “história” de algumas Ruas de Campina Grande. Pela leitura, percebe-se que o mesmo utilizou fontes por nós também pesquisadas, como as memórias e Crônicas de autores como Francisco Maria e Cristino Pimentel. Todavia, em virtude da proximidade temporal com a primeira metade do século XX, o mesmo conseguiu informações privilegiadas de moradores destas Ruas, como é o caso do próprio Zé Quinca, que se encontrava em idade avançada à época. Ver: Ruas de campina: Trav. Neco Belo IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 13/11/1983. p. 7.

<sup>168</sup> Op. Cit. p. 7.



*Ia comprar um remédio para o filho doente e tendo feito uma aposta que beberia duas garrafas de cana, da marca “Chora na rampa”. E dessa cana braba, morreu... Um dia apareceu, ali, morto e para espanto de seus companheiros, fora embora mais uma vítima da cachaça<sup>169</sup>.*

Sei que o leitor ‘flâneur’, parceiro desta longa caminhada, pode ter ficado um pouco pensativo com o destino do negro “Caliça”, contudo, não temos tempo para lamentações, ‘paguemos a conta’ e nos despeçamos de Zé Quinca, afinal, o mesmo tem “seu jeito” de cobrar em público, como fez determinada vez com um “advogado importante” que ao entrar na venda, foi logo interpelado na vista de todos: *lembra-se que tem uma conta a saldar? Envergonhado e chateado o mesmo retruca: pois veja quanto é, e aqui não entro mais!*<sup>170</sup>

Os códigos de sobrevivência e de comércio aqui são outros, pois, na “cabeça” de nosso vendedor de tintas e aguardente, quem “deve”, “paga”, e não precisa cerimônia nenhuma para se fazer a cobrança, afinal, o mesmo já conhecia a sua clientela, que sempre voltaria por que precisava das tintas para os trabalhos e da cana para a embriaguez que os fazia ‘sonhar’ com uma vida menos dura que aquela do cotidiano. Para Zé Quinca não custava cobrar a dívida, pois, já era acostumado a lidar com uma clientela bastante importuna, que mais das vezes deixava “no prego” suas contas, sem recordar das mesmas ou de como tinham saído do estabelecimento em direção às suas casas.

Ir a um bar e “perder” o rumo da volta não seria algo tão impossível de acontecer. Nosso “acompanhante” Cristino Pimentel nos pede a palavra e das suas memórias de menino nos narra o que “viu” na Rua do Açude Novo em sua “meninice”:

*Não me sai da lembrança, e a todo momento estou como a escutar, através do fio maravilhoso da recordação, a voz grossa e mal entoada do ferreiro Manoel Grosso, em serenata na porta de sua mulher, depois de uma bebedeira que causou o rompimento, que durou oito dias, num dia de sábado, quando saiu de casa dizendo que ia ao açougue comprar um quilo de fígado para o almoço dos molequinhos, e só voltou 36 horas depois trazendo, de fato, o pedaço de fígado já fedendo. A porta se fechou e o*

---

<sup>169</sup> Op. Cit. p. 7.

<sup>170</sup> Op. Cit. p. 7.

*negro velho, bêbado, teve de amargar o chão duro da  
tenda fazendo da safra travesseiro. E triste, triste cantava:*

*“Vem vê Candinha cumo a noite é bela*

*E as estrelas Cuma briam no céu,*

*E a roseira se cobre de oivaio*

*Cuma a noite se cobre cu véu...”*

*A porta tornara-se a abrir no oitavo dia, quando o  
“cantor apaixonado” comoveu a alma da mulher com  
essa modinha:*

*“O pobre tem objeto de ouro*

*O rico diz que é de cobre,*

*No mundo vale quem tem*

*Tu me desprezas meu amor*

*Porque sou pobre” ...<sup>171</sup>*

Como sempre, o informado Cronista de boa memória nos traz uma riqueza de detalhes das vivências e das territorialidades do passado de algumas Ruas de Campina Grande. Como estamos ‘flanando’ pela urbe por intermédio destas reminiscências do que nos foi legado pelos escritos e memórias, observamos que há passagens como esta que não temos como afirmar se ocorreu “tal qual” se narra, inclusive, com os versos decisivos para que o casal “reatasse” sua convivência após oito dias. Entretanto, é provável, e nos é lícito conjecturar que tal desavença tenha ocorrido, pois não seria nada anormal em uma sociedade marcada pelos embates entre casais.

Nossos cronistas se alongaram tanto nesta conversa “no meio da Rua”, após termos pago nossa “Cana” no Bar de Zé de Quinca, que acabamos por presenciar um “corre-corre” na citada Travessa Cavalcante Belo, nas proximidades do “Beco dos Paus Grandes”. Ao corremos para o local, os populares já informam o ocorrido e o combativo Cristino resume:

*Alguém o encarregara [o ex-cangaceiro Serrote que vivia  
em Campina] de aplicar uma surra numa pobre mulher da  
vida, Amélia Mendes. Serrote foi infeliz nesta empreitada:  
quando subjugava e espancava a mulher, esta vibrou-lhe  
um “beijo” abaixo do peito esquerdo. Nem sangue saiu do  
ferimento. A luta teve lugar no “Beco dos Paus Grandes”,  
a atual travessa Cavalcante Belo, e, finda, Serrote não  
sentira que estava ferido e foi tombar, para morrer, no  
“Beco de seu Lindolfo”, arrasado para dar lugar ao  
prédio onde funciona o Loyde Aéreo, na Maciel Pinheiro.  
Amélia Mendes foi presa. Os populares lhe deram a*

---

<sup>171</sup> PIMENTEL, Cristino. Rua do Açude Novo IN: *Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956, p. 32.

*alcunha de Amélia de Serrote. Submetida a julgamento, foi absolvida por unanimidade*<sup>172</sup>.

Encontramos nesta passagem um pouco das subjetividades daquela época. Desentendimentos amorosos poderiam “ser comum”, contudo, espancamento de mulher talvez pudesse não ser tolerado. Observa-se que os códigos de comportamento da sociedade de então reconhecem a “legítima defesa” de Amélia e absorvem por unanimidade “aquela mulher da vida”. É plausível que o passado de “cangaço”, e os “trabalhozinhos” de espancamento feitos por Serrote, muito contribuíram para que seu assassinato fosse visto como um “alívio” para a sociedade. Todavia, Amélia a partir de então “deixava” de ser “Amélia Mendes”, para carregar pelo resto da vida a alcunha de “Amélia de Serrote”. Nas palavras do cronista, “vítima da má sorte e dos homens que a jogaram no prostíbulo, perseguida pelo destino, tomou o caminho dos ignorados, pois não se sabe como, nem onde foi ficar depois de absolvida pelo crime”<sup>173</sup>.

Nestes instantes finais de nosso ato de ‘flanar’, nos pede a atenção um dos fotógrafos desconhecidos da cidade para que contemplemos numa visão da saída da Travessa Cavalcante Belo, em confluência com a Rua Alexandrino Cavalcanti, o que seria o cenário da antiga “Rua dos Paus Grandes”:



FOTOGRAFIA 19: Antiga Rua dos Paus Grandes, hoje Rua João Alves de Oliveira.  
FONTE: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande

<sup>172</sup> PIMENTEL, Cristino. Amélia de “Serrote” IN: *Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956, p. 46.

<sup>173</sup> Op. Cit. p. 48.

Estaria a “cana braba”, que tinha por nome “Chora na Rampa”, tomada ao pé do balcão da venda de Zé de Quinca, fazendo efeito? Ou nosso fotógrafo nos legou uma imagem realmente “desfocada”? Não sabemos. O silêncio da fotografia e de nossos informados cronistas não permite que tenhamos maiores informações acerca do panorama da Rua, em especial, seu lado esquerdo. Entretanto, não resta dúvida: estamos diante de um cenário de vivência dos populares, com o leito da Rua descoberto, sem planificação, sem linha d’água, sem calçamento, sem calçadas retilíneas. Em relação às moradias, observamos que as casas são baixas, de pau-a-pique, de beira e bica, apenas.

O nosso pensativo ‘flâneur’, que nos acompanha por tão diversos “caminhos imaginários” pode conosco fazer a reflexão: teria saído da Venda de Zé Quinca, o “sindicato dos bêbados”, ou de outro bar qualquer, o morador que aparece sentado à esquerda da imagem? Ele apresenta sinais de embriaguez? Está cabisbaixo, pensativo? Ou, assim como nós, ele está a contemplar tal paisagem do subúrbio campinense? Ou não seria nenhuma destas hipóteses que elencamos?

Por hora, “sentemos” a calçada, aproveitando a sombra que se projeta das construções à esquerda, vindas do poente, e refletimos sobre este “Prolongamento da Rua” em Campina Grande. Se no último período do século XIX e início do século XX morar na cidade, era sinônimo de “viver na Rua”, percebe-se agora este “prolongamento da Urbe”. Aumenta o espaço físico construído, acompanhado das novas sensibilidades que surgem na cidade que passa a ter além do Centro, outros ambientes de convivências e de sociabilidades. Personagens e grupos sociais que aqui encontramos, bem como a própria nomenclatura das Ruas da cidade passam a se modificar.

Não nos esqueçamos de que estávamos à “Rua dos Paus Grandes”, nomenclatura popular, que dizia mais sobre as cenas do cotidiano da Rua, se perdendo inclusive sua origem: seriam as altas árvores da imagem os tais “paus grandes”; ou, por ser um ambiente de brigas e rugas entre populares, que não “levavam desaforo” pra casa, a exemplo, do “pau grande” que “Serrote” impôs à Amélia, que reagindo, matou-o, o motivo dos tais “paus grandes”? Ou não seria nenhuma destas conjecturas? Na dúvida, o Poder público intervém e resolve “renomear” tal Logradouro com o pomposo nome de “Rua João Alves de Oliveira”, perpetuando a memória de um comerciante do início do século XX que possuiu engenhos e indústrias na cidade, sendo a sua família a responsável pela doação do terreno para a construção da Igreja do Carmo<sup>174</sup>.

---

<sup>174</sup> RODRIGUES, José Edmilson *et al.* *Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996, p. 128.

Desta forma, a nomenclatura das Ruas passa para o campo de disputa do subjetivo, da “memória dominante”, que se apresenta bem concreta na intenção de se enaltecer integrantes de uma camada, em detrimento do “esquecimento” de outros tantos personagens e grupos sociais, a exemplo dos negros, como o “pintor Calixa” e o “ferreiro Manoel Grosso”, que das páginas dos Jornais e das memórias escritas de cronistas locais não deixa silenciar sua existência. Estes são os motes que usaremos no Capítulo Final, procurando continuar a apresentar nossas crônicas visuais das Ruas de Campina Grande na primeira metade do século XX.

## CAPÍTULO 3

### 3 – A “Rua do Esquecimento”: a Memória Dominante nos Logradouros de Campina Grande.

Após conhecermos, por meio das fontes pesquisadas, o desenvolvimento material da “Rainha da Borborema” desde o período em que os habitantes se referiam ao núcleo urbano como simplesmente “a Rua” e percorrermos com os nossos sentidos diferentes momentos do cotidiano da Urbe, chegamos a este Capítulo final com o objetivo de compreendermos qual a memória que foi “dominante” por meio da nomenclatura das Ruas da cidade <sup>175</sup>.

Neste sentido, fizemos o movimento buscando compreender o processo de nomeação e renomeação das Ruas do Núcleo Central de Campina Grande. O que chamamos de “memória dominante” diz respeito ao que hoje conhecemos de nossa história e foi construído com o processo temporal por meio das Ruas. Os populares nomeiam o espaço e o Poder Público interfere de modo a estabelecer suas diretrizes, deixando aquilo que pretende ser lembrado e expurgando o que se almeja esconder ou renegar ao esquecimento. Como nos diz Tríssia Ordovás Sartori:

*Para nomear é preciso fazer uso da língua e é através dela que se revelam as facetas do Poder. Segundo Trask (2004, p. 164), a língua pode ser usada como instrumento de pressão política e esse uso está longe de ser raro. Visivelmente, a língua pode ser usada quer para validar um grupo social ou entidade política, quer para negar sua validade <sup>176</sup>.*

Determinadas nomeações das Ruas de Campina Grande possuíram este pensamento intrínseco. Ao analisarmos os atos de escolhas de um nome próprio, de um enunciado ou até mesmo de palavras, compreendemos que isto não ocorre de forma aleatória, sempre há desejo e valores, ou seja, uma “intenção” por trás de cada

---

<sup>175</sup> Sobre a noção de “memória dominante”, Ver: DE DECCA, Edgar Salvadori, 1930 - *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981 e SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. Introdução IN: *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

<sup>176</sup> SARTORI, Tríssia Ordovás. *Ruas de minha cidade- um estudo hodonímico*. Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, Caxias do Sul, UCS, 2010, p. 70.

significado. Procuramos neste capítulo fazer uma leitura deste processo em relação às Ruas campinenses. O espaço público, a partir do momento que é nomeado, contém a memória de um grupo que o ‘batizou’, ou de parte dos indivíduos deste grupo que fizeram prevalecer sua vontade, tornando-a ‘dominante’. Estabelece-se, desta forma, uma identidade que produz a significação do espaço, cuja denominação de alguma forma está inserida no contexto social, político ou mesmo cultural da Urbe.

Segundo Maria Vicentina do Amaral Dick, citando Marx, o nome dos lugares lança luz sobre a “evolução” das cidades e abrem novas perspectivas para o estudo da urbanização, da vida e do espaço urbano em geral. A história demonstra a importância dos nomes que se dão aos logradouros públicos. Esses registram no tempo e na memória a evolução sociopolítica e cultural de um lugar. São espelhos de uma época, registros da memória<sup>177</sup>.

A partir desta perspectiva, compreendemos que podemos estudar o desenvolvimento material do Centro de Campina Grande a partir da nomenclatura de algumas Ruas, pois isto não é um processo “neutro”: Tem “intenções” construídas em um determinado tempo histórico. Conferindo esta importância, Maria Helena Santos Gomes, nos diz que “podemos entender os topônimos como um elemento preservador da cultura porque funciona como detonador da memória coletiva, além de ser entendido o seu lado útil, pois serve para localizar com mais facilidade Ruas, avenidas, praças, etc.”<sup>178</sup>.

De certo modo, as mudanças pelas quais passaram a cidade ficaram registradas nos nomes que foram conferidos às Ruas, demonstrando assim, um processo de transformação não só arquitetônico, mas da própria sociedade e sociabilidades vividas. Percebem-se os valores simbólicos que estão presentes nos enunciados que nomearam os Logradouros de Campina Grande, o que não ocorre somente em espaços públicos, mas também no seio familiar e em outras esferas simbólicas. Nenhum nome se dá arbitrariamente: a ‘memória triunfante’ está intrínseca neste processo.

A construção desta memória se desdobra no triunfo de certa nomenclatura dos Logradouros da cidade. Este processo se apresenta de forma explícita, como por exemplo, os Decretos de nomeação e renomeação das Ruas. Mas pode ao mesmo tempo

---

<sup>177</sup> DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992, p. 21.

<sup>178</sup> GOMES, Maria Elena Santos. *Toponímia: Sentido e memória na denominação das Ruas na cidade de Tangará da Serra – MT*. Tangará da Serra: UEMT, 2005. Acesso à internet no dia 03/08/2011 no endereço: <http://www.webartigos.com/articles/68921/1/TOPONIMIA-SENTIDO-E-MEMORIA-NAS-DENOMINACOES-DAS-RUAS-DA-CIDADE-DE-TANGARA-DA-SERRA---MT/pagina1.html>.

ser implícito, com a destruição de símbolos e a não perpetuação de imagens ligadas a um determinado grupo social, como é o caso da questão étnica e racial.

No senso comum brasileiro, encontramos revelações que afirmam não ter “racismo” no nosso dia-a-dia atualmente. Entretanto, podemos perceber por meio das fontes pesquisadas, como personagens, monumentos e associações ligadas ao passado do negro no espaço urbano de Campina Grande foram ao longo da História silenciados, seja por meio do processo de intervenção explícita dos governantes, seja por meio implícito das letras dos memorialistas e jornalistas que presenciaram o cotidiano histórico da cidade. Em relação ao passado do negro no espaço campinense, discorreremos mais adiante, por hora, vamos procurar compreender a formação da memória dominante na nomenclatura das Ruas da cidade.

### **3.1- O Nome da Rua: A Disputa da Memória<sup>179</sup>.**

Pensemos no seguinte itinerário: Saindo da *Rua das Barrocas*, pela *Rua do Meio*, atravessando pela *Rua do Emboca*, subindo pelo *Beco dos Bêbados* até a *Rua das Gameleiras*, atravessando pelo *Beco do Atoleiro* até atingir a *Rua dos Armazéns*, de onde ao Norte pode-se ir pela *Rua das Areias* ou ao Sul pode-se ir pela *Rua da Cadeia* até a *Rua do Rói Couro*. Que ‘canseira para os pés’, uma verdadeira volta pelo Centro de Campina Grande!

Difícil de caminhar e, certamente, mais difícil se encontrar um morador de hoje que consiga dar conta de informar todo este percurso ao nobre leitor. Também não adianta buscar informações nas placas das Ruas, ou nos mapas atuais. Isto se dá exatamente porque não foi esta, a nomenclatura acima, a dominante na memória das

---

<sup>179</sup> A temática em relação ao estudo da Toponímia (do Grego, *tòpos*, ‘lugar’, e *ònoma*, ‘nome’, ou seja, estudo dos nomes dos lugares) e uma de suas subdivisões Hodonímia (do Grego, *hodòs* ‘via, estrada’ e *ònoma*, ‘nome’, ou seja, o estudo dos nomes das Ruas e Praças) são campos de estudos bastante difundidos no campo das Letras. Contudo, ressaltamos que não faz parte do nosso objeto de estudo o aprofundamento na busca pela origem linguística das palavras que nomearam o espaço das Ruas da cidade de Campina Grande. Nossa pesquisa nesta temática se reporta a busca dos nomes que tiveram os Logradouros centrais da cidade ao longo do tempo, procurando compreender o processo de memória dominante que nos legou a nomenclatura atual. Em relação ao estudo da Toponímia Ver: DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxonômicos*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1980; e DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo, 1996.



Ruas da cidade. Os nomes que esquadrimos no nosso percurso, provavelmente, seriam bem mais conhecidos no início do século XX pelos habitantes de Campina Grande.

No dia a dia os moradores e transeuntes tem seus próprios códigos de comunicação e de compreensão da realidade. Sair de ‘sua’ Rua e ir até outro endereço é algo que é facilitado pela nomenclatura extraoficial, baseada nas características físicas dos Logradouros ou nas deficiências dos serviços públicos. Todavia, com seu olhar, o Poder Público interfere no cotidiano da Rua e não unicamente, mas principalmente, pelo viés da nomeação dos Logradouros e acaba por fazer prevalecer sua intenção ao longo do tempo.

Como o espaço físico, também o espaço da memória é disputado. As denominações pelas quais os populares nomearam os logradouros sofreram o processo de intervenção governamental. Mas, aí temos dois caminhos: ou o novo nome torna-se aceito e “cai na boca do povo”, ou é relegado ao esquecimento. Um exemplo típico é o famoso calçadão da cidade de Campina Grande. Cotidianamente, camelôs expõem seus produtos, velhinhos se encontram e colocam o papo em dia, intelectuais fazem análises políticas, esportivas, culturais, etc. e transeuntes passam as centenas de um lado para o outro. Este espaço tem o nome oficial de “Rua Jimmy Oliveira”, contudo, para os usuários trata-se do “Calçadão”, simplesmente, ou do “Calçadão da Cardoso Vieira”, designação do prolongamento da Rua.

De maneira especial os nomes dos espaços físicos não escapam do desejo de certa camada social, representada por políticos ávidos por nomear Praças, Ruas, Viadutos, Escolas, ou o que mais lhe for útil para garantir a perpetuação dos nomes de pais, parentes ou de famílias “influentes”. Desta forma, a própria nomenclatura oficial sofre suas mudanças, ao sabor do grupo político que seja o dominante em determinado período. Exemplificando, podemos observar o percurso histórico da *Rua das Areias*.

Com certeza, este não seria o nome pelo qual o Poder Público desejava que fosse conhecida uma importante Artéria do Município. Para os populares tratava-se de um lugar que predominava muita areia, mas que o Poder Local preferiu “batizá-la” com o pomposo nome de Rua Dr. João Leite. Com a morte do então presidente do Estado em 1930, cuidaram logo de mudar o nome desta Artéria para Rua João Pessoa. Ressaltamos que em Campina mudaram apenas o nome desta Rua e fizeram uma Praça com estátua em sua homenagem no mesmo espaço, mas, na capital cuidaram de mudar o próprio nome da cidade de Parahyba para João Pessoa, nome atual, além é claro da própria

Bandeira do Estado, onde se mudou das cores “verde-e-branco” para o atual “rubro-negro”<sup>180</sup>.

Observamos, desta maneira, que a camada dominante da sociedade e o Poder Público buscam fazer valer suas decisões por meio deste processo de triunfo da própria memória do grupo. O nome da Rua se transforma em um importante campo de batalha da memória coletiva, onde se constrói e se perpetuam nomes, datas ou fatos da História local ou nacional. Daí, para Hortênsio de Souza Ribeiro só se dever prestar homenagens aos “mortos. Sim, porque, enquanto vivo, o cidadão pode com um gesto impensado comprometer uma bela vida, tornando-se alvo do desprezo dos que ainda há pouco pretendiam imortalizá-lo com estátua em Praça pública”<sup>181</sup>.

Voltando ao período do início do século XX em Campina Grande, vejamos o caminho dos nomes que determinadas Ruas Centrais fizeram até chegar às denominações da atualidade. Passemos a palavra ao combativo cronista Cristino Pimentel:

*Vila Nova da Rainha: Nome que nos transporta a época bisavorenga em que Campina Grande era conhecida por esse título, e quando não se sonhava, ao menos, ser o que é hoje: viva ceara e laborioso cortiço de progresso (...)  
Foi este bonito nome que administração atual, com justiça, dera a antiga Rua das Barrocas, em substituição ao de Rua do Oriente. Quase não valeu a pena a mudança por que o Dr. Pereira Diniz, tirou, da rua, o chapéu velho mas deixou as vestes sujas e dignas de lastima(...)  
Quem por ali transita caminha com a cautela de quem passa numa capoeira cheia de barrancos. Tem-se a impressão que não estamos trilhando uma rua da Campina moderna, e sim uma artéria descuidada da antiga Vila Nova da Rainha*<sup>182</sup>.

A pena de nosso cronista é bastante sutil ao saudar a mudança de nome deste Logradouro, porém, o mesmo não deixa de fazer seu reclame no sentido de chamar a atenção para o estado físico da Rua: buracos, matos, enfim, um cenário de um século

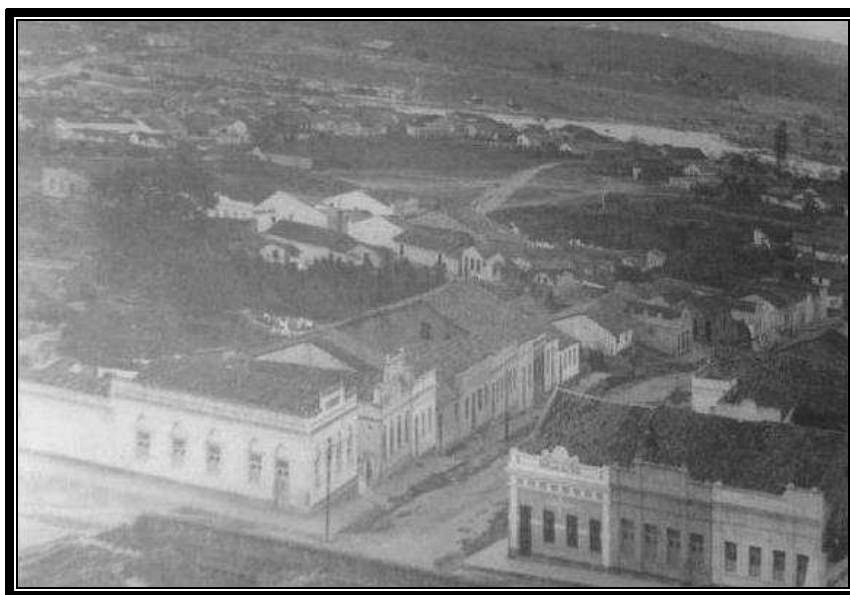
---

<sup>180</sup> A estátua de João Pessoa foi em 1931 colocada na antiga “Praça do Algodão” (entre as ruas Marquês do Herval, João Leite e Sete de Setembro), que passou a chamar-se Praça João Pessoa. Todavia, em 1937 foi removida pelo prefeito Vergniaud Wanderley para a Praça Cel. Antonio Pessoa, no final da Rua Irineu Joffily, onde se encontra atualmente. CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 116 e p.127.

<sup>181</sup> RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979, p. 118, extraído de *A Imprensa*, 20/12/1941.

<sup>182</sup> PIMENTEL, Cristino. *Cousas da cidade*, 15/06/1935, s/p.

antes, que mais lembraria a antiga Vila Nova da Rainha e não a “Campina moderna” e progressista. Observemos do alto da Igreja Matriz a imagem que Cristino via naqueles idos dos anos 1930:



FOTOGRAFIA 20: Cruzamento entre as Ruas Afonso Campos (horizontal) com a Vila Nova da Rainha (vertical), em 1932.

FONTE: Site Retalhos Históricos de Campina Grande

Falta de calçamento, Rua empoeirada no verão, lamacenta no inverno, e certamente, pelo fato de haver tal declive as chuvas faziam valas por onde cresciam os matos que vemos na imagem. Esta não era uma paisagem que agradasse aos olhos de nossos cronistas e muito menos aos moradores de tal Rua. Contudo, o melhoramento que a administração faz, nada mais é do que trocar o nome da Rua, o que colabora para o processo de triunfo do nome Rua Vila Nova da Rainha até os dias atuais, mas não muda, a princípio, o estado de depreciação do espaço físico do Logradouro.

Seguindo nesta linha de crítica do aspecto físico da Rua por meio de sua nomenclatura, encontramos em diferentes momentos Cristino Pimentel fazendo referência a “Rua Visconde de Pelotas”, conhecida pelos populares por “Rua do Progresso”. Entre as três crônicas pesquisadas sobre esta Rua, destacamos a seguinte fala de nosso cronista:

*Por diversas vezes fiz ver ao Dr. Pereira Diniz a necessidade de dotar a Rua Visconde de Pelotas, conhecida de todos por Rua do Progresso, de meio fio e linha d'água, não só por ser aquela rua muito movimentada e muito vista, e contribui bastante para o erário Municipal, como também para dotá-la de um*

*melhoramento que já passou, alias, das raias da necessidade e lhe fazer desfrutar com relevo, o verdadeiro nome de Rua do Progresso*<sup>183</sup>.

O cronista se coloca como porta-voz dos moradores para legitimar sua crítica ao estado físico da Rua. Utilizando-se dos argumentos que a mesma era movimentada e muito contribuía para o tesouro municipal, Cristino ‘arremata’ que esta Artéria mereceria os melhoramentos cobrados para que pudesse desfrutar do verdadeiro nome de “Rua do Progresso”. Na mesma coluna do Jornal *O Rebate*, no ano de 1935, o autor faz mais uma crônica com as seguintes palavras: “*Não tarde, com a “roupa” da Rua do Progresso. Se não puder lhe vestir um fraque, vista-lhe um linho, contato que não a deixe nua como se acha*”<sup>184</sup>.

A Rua agora não é apenas um espaço físico de casas e transeuntes, ela é um corpo que está nu, perante o “progresso”. Inspirado por Balzac, o qual afirmava que as *Ruas de Paris nos dão impressões humanas*, João do Rio compreendia que *são assim as Ruas de todas as Cidades, com vida e destinos iguais aos do homem*<sup>185</sup>. Encontramos em Campina Grande Cristino Pimentel que também imprime vida a Rua, como o mesmo ressalta, “*as ruas teem um que de humano e precisam de luz, asseio e roupa engomada, para não corarem de pejo diante dos olhos curiosos dos visitantes*”<sup>186</sup>. O “corpo” da Rua precisa de uma boa aparência, com iluminação, limpeza e calçamento para que não se envergonhe, não fique “vermelha” igual ao ser humano quando em situação embaraçosa perante a curiosidade alheia<sup>187</sup>.

Não adianta o leitor contemporâneo procurar a Rua Visconde de Pelotas, ou mesmo a Rua do Progresso. Esta Artéria foi literalmente riscada do mapa na grande reforma arquitetônica do Prefeito Vergniaud Wanderley nos anos 1940. Igual a um

---

<sup>183</sup> PIMENTEL, Cristino. *Cousas da cidade. s/j.s/d*. Determinadas crônicas, a exemplo desta, de Cristino Pimentel foram pesquisadas e fotocopiadas pelo historiador Fábio Gutemberg a partir do acervo particular do próprio cronista e dispostas no (SEDHIR/CH/UAHG/UFCG). Desta forma, encontramos recortes de jornais que muitas vezes não é possível identificar qual o órgão que o publicou ou mesmo as referências em relação a datação, por isto, as abreviaturas *s/j* – sem jornal- e *s/d* – sem data.

<sup>184</sup> PIMENTEL, Cristino. Op. Cit.

<sup>185</sup> RIO, João do, *A alma encantadora das ruas – Crônicas*, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2007, p. 30.

<sup>186</sup> PIMENTEL, Cristino. Op. Cit.

<sup>187</sup> Entre as várias formas de enxergar as almas das Ruas cariocas, João do Rio nos diz: *Oh! Sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue... Vede a Rua do Ouvidor. É a fanfarrona em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo (...)* IN: RIO, João do, *A alma encantadora das ruas – Crônicas*, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2007, p. 30.

“corpo” que morre e seus órgãos podem servir em outro corpo, a Rua do Progresso foi “aberta” para a passagem da principal Avenida de Campina na atualidade, a Av. Floriano Peixoto na altura da atual Praça da Bandeira. Se os moradores foram desterritorializados, o que dizer de nosso cronista, árduo defensor do progresso e da Rua homônima?

Em diversos períodos da história campinense, a terminologia das Ruas mencionadas na nossa caminhada hipotética inicial foi mudada. De nomes simples “batizados” pelos populares, os Logradouros passaram a ter nomes de personalidades, em sua maioria não da história local, e sim nomes de presidentes, governadores ou de generais do país, como por exemplo, a citada “Avenida Floriano Peixoto”, inicialmente conhecida como Rua da Matriz, mas renomeada para homenagear o segundo Presidente da República (1891-1894). No Centro da cidade podemos ainda citar a Rua Francisco Brandão Cavalcanti, engenheiro, que teve seu nome modificado na década de 1930 para Rua Miguel Couto e posteriormente para “Rua Getúlio Vargas”, igualmente ao Estádio do Treze F.C., construído na década de 1940, ambos nomeados para homenagear o Presidente e Ditador do Estado Novo no Brasil, nos períodos de 1930-1945 e 1950-1954<sup>188</sup>.

Nomear as Ruas homenageando personalidades locais era o desejo do atento cronista Cristino Pimentel. Vejamos a coluna “Cousas da Cidade” de *O Rebate*:

*Chega aos meus ouvidos a notícia de que o prefeito Pereira Diniz, pretendia baixar um decreto mudando os nomes de diversas ruas da cidade, escolhendo para substituí-los outros nomes de filhos e lutadores desaparecidos do convívio serrano e amistoso dos habitantes da gleba(...) Apoio e dou o meu expressivo carinho ao campinense nato a esse gesto de relevante significação. Por que vem arrancar da densa floresta do esquecimento muitos nomes que trabalharam pelo progresso material e intelectual da terra querida<sup>189</sup>.*

A Rua aqui mais uma vez não é apenas um plano físico arquitetônico. Lugar privilegiado na boca do povo que todos os dias sai de casa à procura de armazéns, profissionais liberais, bares e bodegas, com certeza, nomeá-la não só facilita a vida de quem procura por alguns desses serviços. O nome particulariza o que se torna

---

<sup>188</sup> Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado, em entrevista com o professor Eurípedes Oliveira. VER: Ruas de Campina: Av. Getúlio Vargas IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 02/10/1983, p. 7.

<sup>189</sup> PIMENTEL, Cristino. Cousas da cidade IN: *O Rebate*. s/p. s/d.

homogêneo no meio urbano, os espaços ladeados de casas e o ambiente para a locomoção, também acaba por ter esta função de “arrancar da densa floresta do esquecimento” os nomes dos indivíduos que passaram pela terra.

Nossa passagem terrena é lembrada por um determinado número de gerações que presenciaram ou ouviram falar das ações que realizamos, mas, certamente, chega o momento que o cronista tanto teme: o esquecimento por parte das novas gerações. Assim, na mesma crônica Cristino Pimentel se apressa em apresentar nomes que, na sua visão, deveriam ser resgatados do esquecimento:

*Dirá minha pena e minha boca a S. S. que, Lino Gomes da Silva, João da Silva Pimentel, João Vieira (vulgo João Carga d'água), Belmiro Barboza Ribeiro. Dr. José de Vasconcelos, Dr. José Pereira Gondim, Idelfonso Souto Maior, João Lorenço Porto, João Maria de Souza Ribeiro, Probo da Silva Camara, Sulpino Colaço, José Dias da Costa (Vulgo Zé Precipicio), Lindolfo de Albuquerque Montenegro, João de Sá, José Alves Sobrinho (poeta e jornalista), Manoel de Barros (vulgo Neco de Barros) e Manoel Felix, foram vultos que, em vida, algo fizeram de útil à terra onde viveram e morreram:- cuja história pouca gente conhece, porque no remoto tempo em que desenvolveram as suas faculdades energias em prol da amada terra, Campina Grande não possuía o grau que possui hoje de interesse pelos feitos dos homens<sup>190</sup>)*

Muitos dos nomes citados pelo cronista foram em seguida ou anos depois agraciados com a nomeação de alguma Rua, como é o caso de Lino Gomes da Silva que nomeia hoje a Avenida de acesso do Bairro de São José ao Parque do Povo e Centro da cidade. Este homem das letras era alguém que as camadas dominantes gostariam de perpetuar na memória. Entretanto, o João Vieira, mulato, participante do movimento popular do Quebra-quilos no século XIX, não foi lembrado até 1996, data do *Memorial Urbano de Campina Grande* que estamos usando como referência para localizar os nomes das Ruas da cidade.<sup>191</sup> Este era um nome que deveria continuar na “floresta densa do esquecimento”, pois era perigoso para aquela determinada camada social dominante.

De tanto observar as “Cousas da Cidade” e também a questão da nomenclatura das Ruas, encontramos outros letrados campinenses tentando tirar da “floresta do

---

<sup>190</sup> PIMENTEL, Cristino. *Cousas da cidade* IN: *O Rebate*. s/p. s/d.

<sup>191</sup> RODRIGUES, José Edimilson et al. *Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996.

esquecimento” o nome do cronista Cristino Pimentel. Desta forma, em reportagem de 25 de dezembro de 1983, sobre a antiga “Rua do Açude Novo”, hoje “Rua 13 de Maio”, no Centro, o articulista, professor Severino Machado do Jornal *Diário da Borborema*, nos diz que:

*O nome desta Rua quase não se justifica e bem mereceria, para a glória de Campina, que fosse mudado para CRISTINO PIMENTEL: o mais campinense que a Princesa Isabel e sua Abolição. Está na hora de se fazer justiça à memória deste campinense que contou toda vida da cidade em seus livros e centenas de crônicas. A lei existe, só falta a Câmara acionar o projeto de mudança, é uma bela ideia, não uma polêmica!*<sup>192</sup>.

Passados mais de cinquenta anos dos reclames de Cristino Pimentel, ainda encontramos homens de letras nos anos 1980 que têm esta visão que o nome da Rua perpetua homens e fatos relegados ao esquecimento pelas gerações seguintes. Precavido, Severino Machado já compreende que não seria fácil retirar de uma Rua a memória do 13 de Maio, dia da assinatura da lei Áurea pela Princesa Isabel, para colocar o nome de um cronista da ‘terra’. Com exceção dos aproximados das letras e da memória, provavelmente a grande maioria dos moradores da cidade nunca ouviram falar a respeito de Cristino Pimentel, relegado hoje a “densa floresta do esquecimento” coletivo.

Se os nomes de letrados como Cristino Pimentel são esquecidos no processo de nomeação de Logradouros, o que dizer dos populares que também não eram lembrados para ‘batizar’ as Ruas? Até os próprios nomes populares destas foram sendo alterados com o passar do tempo, com a imposição da memória dos grupos políticos e sociais dominantes.

Voltando aos lugares propostos em nossa caminhada inicial neste item, podemos compreender as mudanças de nomes das Ruas. Desta forma, a “Rua das Barrocas”, consagrada pela historiografia local como núcleo original de Campina Grande, foi rebatizada de “Rua Vila Nova da Rainha”, lembrando o nome que a cidade teve quando de sua elevação a categoria de Vila em 1790. Já a Terceira Rua da cidade (a segunda foi a Rua da Matriz), a Rua do “Meio”, foi renomeada de “Rua Afonso Campos”,

---

<sup>192</sup> Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado. VER: Ruas de Campina: 13 de Maio IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 25/12/1983, p. 5.

homenageando um político da oposição local nos anos iniciais do século XX que morou neste Logradouro<sup>193</sup>.

Situação como o desemboque do gado vindo do Seridó e do Sertão e passava por uma determinada Rua, fez com que os populares denominassem tal espaço de “Rua do Emboca”, pois aí as boiadas passavam com destino aos currais que ficavam onde hoje se localiza a Feira Central. Este nome popular foi substituído pelo nome de Rua Peregrino de Carvalho, fazendo prevalecer à memória do “herói” esquadrejado no movimento de 1817<sup>194</sup>.

Peculiares são também os Becos, que hoje se transformaram em Ruas, como é o caso do Beco de Neco Belo, sinônimo de Beco de Zé de Quinca ou mais conhecido como “Beco dos Bêbados”. Neste espaço, os populares tinham seu local de divertimento e, certamente, tomavam muitas cachaças, principalmente na venda de “Zé de Quinca”, onde predominava uma freguesia formada por pintores de parede, afinal, a “Casa Feliz” em 1932 vendia tintas, e obviamente, muita “cana”. Em dia de feira o número de caídos era maior, “quase não se podia dormir”, com a passagem de bêbados que vinham daquela espécie de “sindicato dos desgraçados”. Contudo, o nome oficial deste Logradouro não faz referência aos bêbados de outrora, mas a “Rua Cavalcanti Belo” lembra o folião dos carnavais do início do século, falecido, em 1918<sup>195</sup>.

Não poderia ser diferente em relação à disputa pela memória triunfante do que foi considerado o “coração da cidade” no início do século XX: a “Rua Grande”, também poderia ser conhecida como a “Rua da Feira”, “Rua das Gameleiras” ou “Rua do Seridó”. Se estes nomes populares não triunfaram, também os próprios nomes oficiais foram sendo trocados. A princípio, este espaço foi designado de Rua da “Independência”, “Rua Uruguaiana” e “Praça Eptácio Pessoa”. Após muitas picaretadas e trocas de estética e nomes, chegou-se enfim a nomenclatura de “Rua Maciel Pinheiro”, paraibano do século XIX, que foi Promotor Público, Juiz e Jornalista. Para as camadas mais abastadas era um nome bem mais aceitável, apesar dos populares

---

<sup>193</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998.

<sup>194</sup> PIMENTEL, Cristino. De casa do “Emboca” a Rua do “Emboca” IN: *Abrindo o livro do passado*. 2ª Edição. Campina Grande: EDUFPG, 2011, p. 50; RODRIGUES, José Edimilson et al. *Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996.

<sup>195</sup> Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado. VER: Ruas de Campina: Trav. Neco Belo IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 13/11/1983, p. 5.



preferirem a alcunha de “Rua Grande” em virtude das inúmeras atividades sociais e comerciais que aconteciam naquele espaço<sup>196</sup>.

Se tudo que aconteceu em Campina Grande a Rua Maciel Pinheiro foi testemunha, muitas das ações históricas se desenrolaram no espaço vizinho de uma estreita Artéria que por anos ficou conhecido como “Beco” de diferentes nomes. Os populares identificavam facilmente o “Beco do Atoleiro”, ou “Beco-da-onça”, por causa da onça aí exposta para caça-níqueis. Foi conhecido também por “Beco do Jogador de Espadas”, por motivo óbvio, em determinado tempo havia um casal que jogava espadas em troca de 200 réis em dias de feiras aos sábados. Do mesmo modo este ambiente foi nomeado como o “Beco do Hotel de Zé Bernardino”, casa “higiênica” onde cavalos e homens ficavam “muito próximos”. Havia os populares que conheciam o espaço como o “Beco do Açougue”, e o “Beco do 31”, em virtude do Bloco carnavalesco com sede aí. Certamente tais nomes populares não vingaram, e o poder público tratou de nomear este Logradouro de “Rua da Independência”, mudando em seguida para a terminologia triunfante: “Rua Monsenhor Sales”, pároco de Campina Grande por muitos anos, desde sua chegada em 1885 até o falecimento em 1927<sup>197</sup>.

Continuando nosso percurso, chegamos a “Rua dos Armazéns”, onde era depositado muito do “ouro branco” (algodão) de Campina Grande. Os populares se referiam a este espaço como “Rua Nova”, “Rua do Comércio” e “Praça do Algodão”. Como o Poder público não fica apenas no plano das condições físicas do logradouro, tratou logo de nomear este Logradouro de “Rua Barão da Passagem”, modificando depois para a memória que triunfou de “Rua Marquês do Herval”, militar do século XIX, que não tinha, a princípio, nenhuma ligação com a história local, destacando-se na Guerra do Paraguai e como Ministro da Guerra<sup>198</sup>.

Certamente, muitos dos transeuntes e moradores desta Rua tinham a mesma sensação de Mário de Andrade, que certa vez afirmou: *Nesta Rua Lopes Chaves envelheço e, envergonhado, nem sei quem foi Lopes Chaves*<sup>199</sup>. Cremos não ser motivo de “vergonha” não saber quem é o personagem histórico do nome da Rua, mas, com

---

<sup>196</sup> PIMENTEL, Cristino. Rua Maciel Pinheiro IN: *Abrindo o livro do passado*. 2ª Edição. Campina Grande: EDUFCG, 2011, p. 25.

<sup>197</sup> PIMENTEL, Cristino. Rua Monsenhor Sales IN: *Abrindo o livro do passado*. 2ª Edição. Campina Grande: EDUFCG, 2011, p. 87.

<sup>198</sup> Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado. VER: Ruas de Campina: Marquês do Herval. IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 21/08/1983, p. 7.

<sup>199</sup> RODRIGUES, José Edmilson et al. *Memorial Urbano de Campina Grande. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande*. João Pessoa: A União, 1996.281 p. 5.

certeza, poucos conheciam, ou mesmo hoje, sabem a história das Ruas por onde circulam. Mesmo o nome fazendo parte da memória dominante, não significa que o conhecimento histórico acompanhe tal empreitada.

Saindo da Rua Marquês do Herval e adentrando a “Rua da Cadeia” ao lado do “Largo da Luz”, somos informados pelas fontes, que este espaço foi conhecido por um tempo como “Rua Major Belmiro”. Com a demolição da cadeia em 1936, os nomes populares foram substituídos pelo nome oficial de Praça Clementino Procópio, professor que viveu na Vila América, no Bairro do São José em Campina Grande entre o fim do século XIX e início do Século XX. Os populares passaram a chamar a Praça de “Praça do Jacaré”, por causa de um pequeno animal que foi crescendo até ser retirado daquele ambiente. Assim, hoje triunfou o nome oficial de Clementino Procópio<sup>200</sup>.

Por fim, chegamos ao lugar para onde foi alocado o meretrício de Campina Grande em meados do século XX. A denominação oficial de Rua Juvino de Sousa do Ó, certamente, era bem desconhecida no início do século XX, quando Juvino do Ó construiu 36 casas e as alugou para prostitutas. Os populares conheciam este espaço por “Rua do rói couro”. Com a Revolução de 1930, a denominação foi mudada para “Rua 04 de outubro”, data da vitória dos Liberais em Campina Grande. Conjecturamos que este nome não foi usado pelos populares, que continuaram a chamar a Rua pela sua alcunha de “rói couro”. Depois a designação voltou a ser “Rua Juvino do Ó”, um nome bem mais “familiar” e aceitável pelo Poder público, que mais uma vez fez prevalecer sua memória dominante por meio da nomenclatura da Rua<sup>201</sup>.

Chegamos desta forma, ao fim do roteiro que propomos inicialmente: Saindo da *Rua Vila Nova da Rainha*, pela *Rua Afonso Campos*, atravessando pela *Rua Peregrino de Carvalho*, subindo pela *Travessa Cavalcanti Belo* até a *Rua Maciel Pinheiro*, atravessando pela *Rua Monsenhor Sales* até atingir a *Rua Marquês do Herval*, de onde ao Norte pode-se ir pela *Rua João Pessoa* ou ao Sul pode-se ir pela *Praça Clementino Procópio* até a *Rua Major Jovino do Ó*. Pois bem! A canseira para os pés continua, afinal é uma grande volta pelo de Centro de Campina Grande, porém, certamente o leitor encontrará tal nomenclatura nas placas, afinal, foi esta a memória que triunfou e foi dominante até esta data de 2012 nas Ruas centrais de Campina Grande.

---

<sup>200</sup> Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado. VER: Ruas de Campina: Praça Clementino Procópio. IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 22/01/1984, p. 7.

<sup>201</sup> Op. Cit. Ruas de Campina: Jovino do Ó. IN: *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 06/11/1983, p. 7.

Compreendemos que o simples ato de aposição de uma placa para indicar o nome de uma Rua não é um ato deslocado, alheio a realidade das vivências e territorialidades da Urbe. Paradoxalmente, ela pode até conter certa falta de conhecimento (em relação ao morador não saber quem foi Maciel Pinheiro, por exemplo), mas até mesmo nisso estão ocultos interesses do ponto de vista histórico e são importantes para a compreensão das relações sociais e da memória que foi triunfante por meio da nomeação e renomeação dos Logradouros.

Se temos todo um processo de construção e reconstrução de uma ‘memória dominante’ em relação aos nomes das Ruas Centrais da cidade, também temos este processo em relação aos grupos sociais, como populares, profissionais, etc. Mesmo que de modo sutil, uma memória foi construída e triunfou em relação aos grupos étnicos que conviviam no espaço urbano de Campina Grande, como passamos a compreender no tópico seguinte.

### **3.2- O Negro no Espaço das Ruas de Campina Grande na Primeira Metade do Século XX.**

A partir das leituras desenvolvidas e da utilização de fontes de pesquisa, tais como: jornais de época, relatos de memórias, fotografias e depoimentos orais, ‘percorremos’ as Ruas da cidade de Campina Grande com o intuito de compreendermos como no cotidiano do início do século XX os negros construíram territórios para si, bem como ao mesmo tempo sofreram as segregações inerentes as disputas locais, não só no âmbito social e político, mas também a partir da dimensão racial e/ou étnico.

Especificamente, neste item da pesquisa, os referenciais da História Cultural e Social foram fundamentais para a nossa investigação. De maneira geral, podemos adentrar o estudo da cidade moderna a partir de diferentes perspectivas, como nos ensina Maria Stella Bresciani<sup>202</sup> ou diferentes portas, como nos diz Sandra Jatahy Pesavento<sup>203</sup>. Seja a cidade a partir dos mapas dos urbanistas, das maquinarias e equipamentos do conforto, seja a cidade das multidões nas Ruas, como palco da luta de classes, disciplinadora dos corpos e mentes.

---

<sup>202</sup> BRESCIANI, Stella. História e historiografia das cidades um percurso IN: *Historiografia brasileira em perspectiva*. FREITAS, Marcos César (org.). São Paulo, Contexto, 1998, 237-258; e A descida aos infernos IN: *Londres e Paris no séc. XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p 23-48.

<sup>203</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy, *História e História Cultural*, Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2008.

Seguindo as investigações de historiadores sociais, podemos abrir mais uma perspectiva de estudo nesta questão, ou mais uma porta, que é justamente a partir de um recorte étnico-racial: a cidade negra<sup>204</sup>. No cotidiano, o desenvolvimento do mundo moderno nos trouxe um estilo de vida diferente daquele vivido nos séculos anteriores, mas a questão étnico-racial permaneceria latente, com o negro construindo importantes “territórios” no espaço urbano<sup>205</sup>.

Para compreendermos a “gestação” desta “cidade negra” na Borborema, temos que recorrer a uma melhor compreensão da composição étnica da urbe no século XIX, para assim observar determinadas especificidades em relação a outros centros de maior desenvolvimento da época<sup>206</sup>. É óbvio que não houve em Campina uma concentração maciça de escravos e negros libertos, como em outros lugares do Brasil Império, notadamente, a capital, o Rio de Janeiro, e a antiga capital colonial, Salvador, aonde a população negra em determinados momentos chegou a equiparar-se, em percentuais, à população branca.

Analisando as duas tabelas seguintes, podemos compreender melhor o quadro da população de Campina Grande no século XIX, segundo a condição civil e étnica. Vejamos:

TABELA 03: População de Campina Grande por Condição Civil- Século XIX

Período	População Escrava	População Livre	Total
1851	3.446	14.449	17.895
1872	1.105	13.999	15.104

FONTE: Relatório apresentado à Assembléia provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente Antônio de Sá Albuquerque em 02 de agosto de 1851; Recenseamento geral do Império do Brasil – 1872. IN: LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p.158.

<sup>204</sup> Reiteramos que usamos o conceito de “Cidade negra” a partir de CHALHOUB, Sidney. *Cenas da Cidade Negra* IN: *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 175-248.

<sup>205</sup> Utilizamos o conceito de “territórios negros” a partir de MOREIRA, Carlos Eduardo *et al.* *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

<sup>206</sup> Este item da pesquisa teve sua gênese no Componente Curricular História e Historiografia da Cidade Negra da linha de pesquisa Cidade e Cultura do PPGH-UFCG, ministrado pelo professor Luciano Mendonça Lima. Para aprofundar esta questão Ver: LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

É importante ressaltar que tais recenseamentos devem ser vistos com ressalvas, tendo em vista que os proprietários certamente “enxergavam” menos escravos em suas propriedades no momento de “contá-los” para o Governo, pois, tais números poderiam servir de base para se pagar mais impostos. Nas rodas de conversa do dia-a-dia, onde o “poder” seria reforçado pela quantidade de cativos, tais números poderiam vir a ser “inflados”. Todavia, não deixam de ser importantes números para se compreender a proporção de negros cativos que haveria em circulação em toda a extensão do Município de Campina Grande, que à época era bastante extenso, comparado com o território atual. Não nos esqueçamos que, como sendo a “Rua”, a sede do Município seria o ambiente para onde em festividades e outros eventos sociais acorriam proprietários, com suas famílias e escravos vindos da “Fazenda”, ou do “mato”.

Ano a ano no século XIX, acompanhemos na tabela a seguir o número de escravos da população de escravos no Município de Campina Grande:

<b>Ano</b>	<b>Número de Escravos</b>	<b>Índice (1850=100)</b>
1851	3.446	100,0
1872	1.105	32,1
1876	1.206	35,0
1880	1.130	32,8
1883	952	27,6
1884	913	26,7
1886	815	23,6
1887	543	15,7

TABELA 04: Evolução da População Escrava de Campina Grande – 1850/1887.  
 FONTE: VIANNA, Marly de A. Gomes. Apud LIMA, Luciano Mendonça de. p.159.

Mesmo em queda durante o século XIX, o número de negros escravos na Rainha da Borborema é de 543 pessoas, no ano de 1887, um ano antes da abolição, que pôs fim oficialmente a escravidão no país. Entretanto, a assinatura da Lei Áurea não foi garantia de uma melhora de vida e de uma nova inserção social para àqueles sujeitos históricos que vivenciaram o cativo. Tais pessoas, suas famílias e seus descendentes, não saem

da cena diária como em um “número de mágica”. Os mesmos continuaram a desenvolver suas estratégias de sobrevivência e muitos acorreram para o espaço urbano.

Desta maneira, justifica-se esta nossa “visita” ao século XIX, para compreendermos que nos anos iniciais do novo século, muitas questões ainda estavam por ser resolvidas no espaço urbano. Livre, o negro agora busca aperfeiçoar suas redes de sociabilidades para garantir seu sustento e de sua família. A “mácula” da escravidão estava latente nas disputas pela construção da memória coletiva do espaço urbano. Por mais que as camadas abastadas da sociedade, os letrados, as autoridades desejassem “construir” uma nova Campina, “moderna” e “progressista”, questões não resolvidas do século anterior continuavam a chamar a atenção do cotidiano da cidade.

Pelo próprio limite físico, cidades como Campina Grande, apesar de passar a contar com um ou outro equipamento símbolo do moderno, era ainda formada por indivíduos que traziam consigo o estilo de vida simples e os pensamentos bastante aproximados da vida “bucólica” dos campos. A segregação, a divisão étnica pode sim ser percebida nas Ruas da cidade, afinal, tínhamos ainda abertas as disputas e feridas dos anos finais do século XIX, um período que se encerrava nos anos, mas que ainda permanecia vivo na memória, latente as disputas ideológicas, políticas e étnico-raciais.

Ser “monarquista ou republicano”, “escravocrata ou abolicionista”, “católico ou nova-seita”, enfim, as disputas eram intensas e os projetos de sociedade e de nação ainda não estavam definidos. Os grupos sociais também não eram coesos em suas aspirações e, com certeza, tinham diferentes formas de compreender a realidade e de projetar seu futuro. Todavia, em um aspecto determinados setores as camadas abastadas da sociedade brasileira convergiam: deixar a margem o negro.<sup>207</sup>

Diante deste quadro é importante mencionar que o negro não assistiu a tudo de maneira “bestializada”, ou participou de maneira secundária ou inconsciente. Com seus meios de luta, suas peculiaridades sendo observadas, podemos encontrá-lo na sociedade campinense no início do século XX criando clubes carnavalescos próprios, irmandades, clubes de futebol, enfim, construindo para si territórios naquela cidade que estava começando a ter contato com símbolos e equipamentos do mundo moderno.

Procuremos encontrar as vivências e territorialidades dos negros, construídas neste recorte temporal e espacial.

---

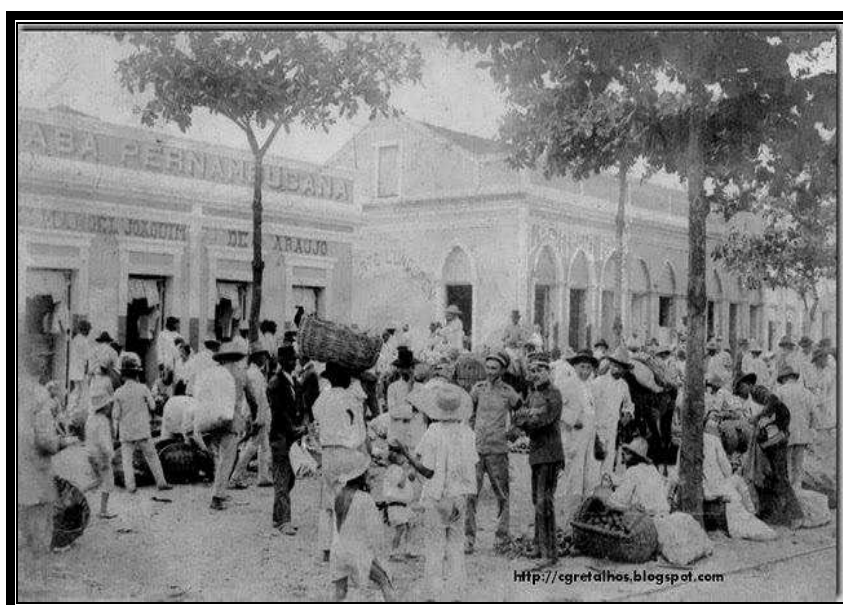
<sup>207</sup> SANTIAGO, Jorge P. *O lado clandestino da cidade brasileira. Uma historiografia reticente aos conflitos étnicos*. IN: Anuário americanista europeu. Nº 1, 2003, pag. 87-105.

### 3.2.1- As Ruas de Campina Grande e a construção de Territórios Negros.

O espaço das Ruas da cidade “Rainha da Borborema” ainda era demasiadamente tranquilo nos anos finais do século XIX e início do XX. Nossa investigação teve por objetivo encontrar os territórios que foram construídos neste cenário de desenvolvimento da trama histórica.

É neste cenário urbano que encontramos os territórios negros construídos, identificados por uma certa historiografia social. Para Sidney Chalhoub, o “território negro não estava associado a uma área específica da cidade, embora suas malhas e códigos se estendessem e fossem mais acionados no centro”. Desta forma, o “território negro” não se encontrava em um território fixo e físico, mas no dia a dia, em formas e comportamentos dos indivíduos que criavam e reconheciam seus meios de comportamento social.

Para certa camada social um determinado espaço, como a Rua Maciel Pinheiro é o local de ‘teatralização de poder’ em dias comuns de semana. Todavia, este ambiente das elites se transforma em dias de feiras: os populares, em especial os negros, constroem territórios diferentes para si neste espaço físico. Observemos uma conhecida fotografia da feira de Campina Grande, quando ainda realizada nos anos 1920 na Rua Maciel Pinheiro:



FOTOGRAFIA 21 - Feira na Rua Maciel Pinheiro.  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

Esta é uma imagem onde poderíamos encontrar diversas pistas do cotidiano da cidade em dias de feiras. Policiais, crianças, populares com seus balaios, comerciantes, ou seja, toda uma rede de sociabilidade que se cria no encontro do espaço urbano específico de uma Rua. No chão, à sombra das gameleiras, vendedores e compradores resignificavam o ambiente que nos dias de domingo era o preferido das elites realizarem seu passeio após a missa, em direção às retretas do '31'.

Tão emblemática quanto às imagens mais conhecidas da Feira, esta fotografia nº 21 nos mostra como na famosa Rua Maciel Pinheiro, dos cinemas Apolo e Fox, das procissões, dos carnavais, ou seja, dos espaços de teatralização das elites locais, tínhamos uma multidão sazonal que dava vida a este ambiente, construindo para si territórios diferentes, no caso, territórios de populares onde com seus balaios e suas estratégias de ganho, usavam deste espaço para conseguir seu sustento material e o de sua família.

Toda uma rede de sociabilidade se construía nos dias de feira e, prostitutas, carregadores, agricultores e boêmios se encontravam com proprietários rurais, políticos, letrados, enfim, homens de “carne e osso”, que poderiam se empolgar com as trocas comerciais, com o burburinho da Rua e aproveitavam para dar uma esticada no dia, indo aos bares e restaurantes da cidade, ou mesmo a zona do meretrício, localizada a principio nessas imediações, na Rua do Emboca. Muitas das vezes arruaças e confusões levavam o visitante das regiões próximas a Campina Grande a “dormir” na Cadeia, levando-o a um itinerário bastante diferente deste seu ponto inicial de chegada à feira da “Rainha da Borborema”.

Percebe-se, desta forma, que o mesmo ambiente pode ser usado e apropriado de varias maneiras pelos indivíduos. Estes criam toda uma rede de relações no dia-a-dia e constroem territórios. Cada indivíduo, bem como cada grupo acaba por re-significar o mesmo espaço, atribuindo-lhe sentidos mais das vezes bastante díspares. A estrutura física pode ser a mesma, mas os grupos sociais e os indivíduos têm intenções bem diferenciadas neste ambiente.

Sendo assim, é visível que não podemos homogeneizar as relações sociais no mundo moderno, mas devemos entender que esta modernidade é bastante múltipla. Uma das formas de compreender esta multiplicidade de sentidos é justamente no cotidiano das Ruas, onde também o negro construía seus territórios.



### 3.2.2- As tentativas de esquecimento do “passado negro” em Campina Grande.

Partindo do princípio que é possível adentramos a cidade moderna através do estudo étnico-racial, passamos a buscar nas nossas fontes vestígios desta “cidade negra” e dos territórios por estes construídos, mas que muitas vezes foi relegada a um plano secundário da historiografia.

Neste sentido, tivemos uma dificuldade especial, pois nem sempre as fontes disponíveis nos deixaram claro a questão étnico-racial daquela sociedade do início do século XX. Fala-se de um determinado personagem histórico, mas não é citada sua inserção étnico-racial. De maneira geral encontramos nas crônicas e memórias, os rastros e sinais daquilo que se pensava acerca do negro, ou do lugar que era reservado para o mesmo em tal sociedade<sup>208</sup>.

Geralmente, encontramos alcunhas depreciativas quando se refere ao negro. São usados adjetivos que mostram insucesso ou esquecimento por parte da sociedade campinense. Se em relação aos “grandes vultos” locais se faz questão de exaltar a personalidade e os feitos históricos, no caso dos “negros letrados”, observamos certo “esquecimento”. Essa pista nos é legada por Cristino Pimentel, quando o mesmo se refere ao Dr. Generino Maciel:

*Em 1924 (...) Ernani Lauritzen renunciara a cadeira na Assembleia, indo para seu lugar o Dr. Generino Maciel, anos adiante, tangido pelo destino, foi morar em Belém, do Pará. Morreu no mês de fevereiro de 1943, como catedrático da Faculdade de Direito. Campina Grande ainda não prestou a esse mulato uma homenagem digna, que lembre sua luta no grande labirinto da vida e lhe exalte o valor intelectual. O bronze serve para essas coisas<sup>209</sup>.*

Não só “esse mulato” é esquecido pela cidade. Analisando a Crônica sobre o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, que nasceu em Cabaceiras no dia 02 de julho de 1855,

---

<sup>208</sup> Os conceitos da História Cultural, por seu viés da Micro-história, nos autorizam buscar, por meio das evidências, os rastros da História que poderia ter acontecido. Sobre esta perspectiva Histórica ver: DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução: BOTTMANN, Denise, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 e GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução: AMOROSO, Maria Betânia, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

<sup>209</sup> PIMENTEL, Cristino. *Mais um mergulho na história campinense*. Campina Grande, Editora Caravelas, 2001, p. 25.

mas que veio cedo morar em Campina Grande localizamos alusão ao mesmo em Cristino Pimentel, citando o anuário de João Mendes de Sousa de 1925:

*Trabalhador infatigável pela causa da liberdade dos escravos, bateu-se ardorosamente por essa idéia,... chegando a ser eleito presidente do histórico “clube do cupim”, o que lhe valeu ser sua residência constantes vezes violada pela prepotência do governo de então. Campina ainda não prestou uma homenagem nobilitante a memória desse vulto do seu passado<sup>210</sup>.*

Apesar de haver referências a esta personalidade em outros livros de memórias, como *Vultos e Fatos* de Hortênsio de Sousa Ribeiro<sup>211</sup>, não se menciona sua opinião acerca da libertação dos escravos. Todavia, é importante observar que, enquanto para estes personagens é desejado pelo autor das memórias que se façam “bustos”, afinal, “o bronze serve para estas coisas”, outros personagens históricos ligados a história negra não se tem a mesma preocupação, principalmente, os populares.

Passemos a mais um personagem, desta feita o autor apenas enaltece a “mansidão de espírito”. Vejamos a crônica *O Último dos Cambimbas*:

*Estou a ver na tela da minha imaginação o “Clube dos Cambimbas”, no Carnaval de 1912. “Cambimbas”, não sei bem, vem de “cambinda, dança de origem africana, que foi introduzida no Brasil pelos negros trazidas da África e vendidos como escravos. (...) O clube dos Cambimbas era organizado por negros, que saíam à rua, trajando saias brancas, de chapéus de palhas quebrados a meio-pau, dançando ao som dos ganzares, dos pífanos e dos bombos. Compunha esse clube os negros Manoel Maria, Chicão, Chico Pau Velho, José Rasteiro, Burrinca, José Teodósio, Negro Dão, Cambraia, João Preto, Agostinho e Birunga, que a morte o levou no dia 29 de dezembro, na idade, de 80 anos, para habitar no vale do esquecimento (...) <sup>212</sup>.*

Aqui, encontramos um território negro construído. Enquanto as elites se fechavam em seus próprios clubes carnavalescos, encontramos no carnaval de 1912 essa novidade trazida por negros, que formaram o “Crube Decente de Cambimbas”, como,

---

<sup>210</sup> Idem, p. 104-105.

<sup>211</sup> RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979.

<sup>212</sup> PIMENTEL, Cristino. *Mais um mergulho na história campinense*. Campina Grande, Editora Caravelas, 2001, p. 127.

nas palavras de Cristino expressava “na sua linguagem de analfabeto” o negro Manoel Maria. Mais um adjetivo para o negro: analfabeto.

Para este negro, a morte viria e o levaria para “o vale do esquecimento”. Pimentel não cogita, ou sugere que algum “bronze” tirasse sua memória e suas ações do esquecimento, ou mesmo alguma construção ou Rua fosse nomeada em homenagem ao negro Manoel Maria. Indiretamente, a forma como este personagem não caiu no “vale do esquecimento” foi através da pena de Cristino, que ao lembrar sua ação na montagem do bloco nos permitiu fazer tais conjeturas acerca dos territórios negros em Campina Grande.

Na Crônica *O negro Manoel Maria* Cristino nos trás aquilo que lhe interessa expressar sobre o negro: “nos ensaios, que eram animados, Manoel Maria instruía os companheiros: “Óia, meninos, vamos trená direitim prá mostrá aos branco que isso é um crube de negos mais é um crube decente”. Percebe-se que, mesmo fazendo sua crônica muitos anos depois do fato, o autor coloca frases na boca do personagem que remontam um pouco do pensamento daquela sociedade, onde o que era de responsabilidade do negro seria sinônimo de desordem, afinal, desde os ensaios haveria uma preocupação de mostrar que aquele era um “clube de negro, mas era decente”.

Ainda segundo relatos de Cristino Pimentel, o bloco teve vida efêmera, só saindo às Ruas naquela tarde de carnaval de 1912, sendo dissolvido devido a uma briga entre o negro Manoel Maria e Chico Pau Velho, intriga iniciada devido ao silêncio do bloco aos cocos cantados por Manoel Maria, que teria terminado com palavrões e o estandarte do bloco atirado ao chão por Chico Pau Velho, o que despertou a fúria de Manoel Maria.

Entre os personagens citados como participantes do bloco carnavalesco, encontramos na Crônica acerca da *Rua Maciel Pinheiro*, mais um exemplo dos territórios construídos pelos negros nas Ruas de Campina Grande:

*Um fato interessante registrou-se nessa rua, num dia de “Topa Boi”. A Maciel Pinheiro, cheia de gente. Um curral armado e dentro um touro bravio, que havia de ser “topado” pelo negro Cambraia, exímio nesse gênero de luta. Se achava no local o negro José Congo, bebedor de aguardente. Francisco Afonso, vulgo Perua Preta, dono da “Loja da Lua”, que passava por doido, mas era somente engraçado, abeirar-se do negro e o convence de que devia topar o “boi”. O negro, um tanto esquentado, “comeu a corda” e saltou dentro do curral com um pau de carrapateira na mão. Espanto geral. O touro, como*

*que sentido o insulto e querendo apenas assustar o negro, pegou-o com as pontas e jogou-o fora do seu domínio. O negro foi cair no meio da rua. Protegeu-o uma camada grossa de areia do leito da rua. Levantou-se, sacudiu a roupa, puxou uma faca da cintura e gritou: apareça o fio da p... qui dixé que eu sabia topá boi”... O velho Perua Preta escafedeu-se<sup>213</sup>.*

Conjecturamos que os negros estavam totalmente inseridos no cotidiano da cidade quando o assunto era divertimento. Contudo, temos a impressão do mesmo ser visto ainda de forma animalesca, afinal, o exímio topador de boi era o negro Cambraia, mas quem acaba por entrar no curral é o negro José Congo, já com a alcunha de “bebedor de aguardente”. Vícios, vadiagem, demonstração de força, são imagens atreladas ao negro neste período.

Para encontramos mais negros e gente das camadas pobres da sociedade campinense, demos uma passada na venda do Major Tito Sodré, uma “espécie de quartel general dos desgraçados que afogavam na aguardente as mágoas que traziam no peito”, nas palavras de Cristino Pimentel. Lá proseavam e bebiam cachaça Jose Camelo, Neguinho de Licurgo, Pedro Maranhão, Inácio Manta, Fortunato, Jacinta Preta, Cobra d’água, Lamparina, Severino Bispo, João Doido, Couro Grosso, Zé Congo e Bento Lopes.

Cruzamos as informações das fontes para procurar descobrir não só a inserção social do indivíduo. Além disso, tentamos compreender a dimensão étnico-racial. Reiteramos que as fontes não são claras a esse respeito, entretanto, com nossa investigação podemos reencontrar estes personagens de “carne e osso” da história Campinense, não só esquecidos pela historiografia tradicional, mas também, sem apelos pela sua memória, a exemplo dos personagens citados no início deste texto, quando o cronista ainda exigia um maior reconhecimento por meio do “bronze” nas praças e Ruas.

Quando a figura do negro aparece nas fontes, em especial, nas crônicas e memórias, é geralmente através de um tom de lamentação da vida que levava. É importante ressaltar que esta é uma fonte interessada, não produzida diretamente pelo negro, ou seja, não expressa a opinião que o mesmo tinha de si e de sua inserção social

---

<sup>213</sup> PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 2ª Ed. Campina Grande: EDUFPG, 2011, p. 27-28.

naquele período. Entretanto, não podemos deixar de enxergar na documentação a situação precária que boa parte destes negros vivia na sociedade do início do século XX.

Para entendermos este fenômeno não podemos deixar de voltar no tempo e enfatizar que a cidade negra é construída no contexto da escravidão em nosso país. A assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 mudou a situação jurídica, mas não a situação socioeconômica do negro na nossa sociedade. Não é por acaso que os negros citados nas crônicas moram em situações precárias, vivem nos subúrbios das cidades, têm empregos braçais, são analfabetos e quase sempre tem apenas uma vida ‘miserável’. A liberdade civil os colocou no mundo capitalista urbano para disputar espaço com seus antigos donos, que lhes negava os direitos civis, concedendo poucos direitos básicos de sobrevivência<sup>214</sup>.

Nesta linha de pensamento, voltemos mais uma vez a palavra a Cristino Pimentel e deixemos o mesmo apresentar o *Último dos Cambimbas*:

*Birunga, o último dos Cambimbas, foi para lá (Vale do esquecimento). Sofreu. Foi um pobre resignado. Alcançou o Rádio, a Televisão, o Cinemascope, o Avião a jato, o Submarino Atômico, e outros inventos. Assistiu ao instalar-se em Campina Grande a primeira prensa de algodão, pelo sistema hidráulico, em 1919; a primeira fábrica a vapor em 1925; luz elétrica em 1920; o primeiro banco; o primeiro arranha-céu etc, etc, sem sair de sua carapuça de chapeado, sempre de pés descalços, do seu andar miúdo. Na mocidade, foi carroceiro. (...)*

*Birunga passou a ser carapuceiro e, desde esse tempo, até quando morreu, seguiu seu destino, sem sonhos, sem ambição, procurando ser honesto no trabalho. Casou-se, deixou filhos e netos, que seguem na vida a mesma linha de pobreza do seu ancestral querido.(...)*

*Birunga nunca soube o que é conforto material. Era um pobre resignado, tanto que nunca usou calçado para os pés, e a sua alma se assemelhava à ser, destinado a tudo sofrer com paciência. Morreu sem conhecer as coisas boas da vida, ignorado na sua casinha de taipa. A terra guarda seu corpo pobre, que o há de transformar em um outro. Esse é o misterioso trabalho da natureza<sup>215</sup>*

---

<sup>214</sup> LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará Republicano (1888-1906)*. Salvador, EDUFBA, 2008.

<sup>215</sup> PIMENTEL, Cristino. *Mais um mergulho na história campinense*. Campina Grande, Editora Caravelas, 2001, p. 127-128.

O relato de Cristino Pimentel é bastante enfático no sentido de nos mostrar a mácula da escravidão na cidade negra. Mesmo livre, Birunga “não deixou de andar descalço”, assim como no tempo da escravidão. Sua vida termina de forma resignada, “sem conhecer as coisas boas da vida”, pelo menos na opinião do letrado. É um sujeito histórico do século XIX, que brincou naquele carnaval de 1912 e durante sua vida não foi partícipe de mudanças sociais ou mesmo foi agraciado com as promessas de progresso da civilização capitalista.

Quando Birunga faleceu, aos 80 anos, diversas maquinarias do conforto existiam, mas sua raiz do século da escravidão não permitiu que o mesmo desfrutasse dessas melhorias, pelo contrário, algumas destas mudanças rivalizavam com a forma de conseguir seu ‘sustento’ material, como por exemplo, o advento do caminhão em 1918, que o impedia de usar as carroças que transportava mercadorias da Estação para o comércio. Depois por um curto período em 1926 enfrentou a concorrência de bondes a gasolina. Ou seja, mudava o mundo e o mesmo precisava se adaptar para continuar a ‘ganhar’ a vida.

Todavia, o discurso do letrado, de que Birunga fora “destinado a tudo sofrer com paciência” é bastante questionável, pois no momento de sua fala, o autor nos deixa transparecer que não era apenas aquele indivíduo que seria tão “dócil”, mas o mesmo seria o exemplo da gente de cor igual à Birunga. Qual seria a intenção de Cristino de exaltar apenas este lado de nossa personagem, ou seja, o lado da mansidão e da conformidade? Será que Birunga teria sido tão paciente em vida, ou suas estratégias de vida e transgressão foram silenciadas e propositalmente esquecidas da memória do letrado e por “tabela” da História do homem negro que o mesmo representaria?

Pelas Ruas de Campina Grande encontramos diversos moradores e transeuntes que nos dariam um panorama da situação dos negros naquela sociedade. Por exemplo, na crônica da *Rua do Açude Novo* temos Manoel Grosso e Dona Pretinha, trabalhadores, porém, ela “sapateira e jogadora de sueca”, ele, “ferreiro, batedor de facas, bebo, burilando o peito, chorando à porta de sua mulher”, D. Candinha, que brigada com ele fechou a porta por oito dias ou dez, depois que o mesmo saiu para o açougue para comprar fígado e tomou aguardente, só voltando “36 horas depois trazendo, de fato, o

pedaço de fígado já fedendo”<sup>216</sup>. Vejamos como Cristino narra o fim de Manoel Grosso:

*Manoel Grosso, nos seus setenta anos de idade, ainda era rijo; morreu no mês de janeiro de 1928. Seu corpo, a terra guarda no seu seio profundo, e sua alma, talvez, paire sobre os mocambos dos filhos assistindo o desconforto dos netos que se estorcem de necessidade sem a esperança de uma vida melhor, porque o seu sangue de negro infeliz deixou neles a tara do sofrimento*<sup>217</sup>.

Pela descrição, Manoel Grosso nasceu nos idos de 1858 e, certamente, presenciou o passado da escravidão em Campina Grande. Mesmo no novo século, com mais de quarenta anos de idade, pouco mudou em relação a sua condição social. “Sobreviveu”, mas, nas palavras do Cronista, “seu sangue de negro infeliz” deixou máculas que continuariam ainda nas necessidades de seus netos. Possivelmente, o termo descrito por Cristino tratava-se da situação de miséria que Manoel Grosso cresceu e não conseguiu mudar, não pôde “ser feliz” naquela sociedade que mudava nos anos, mas continuava a segregar aqueles que traziam a marca da escravidão do século XIX.

Mais uma vez a imagem das pessoas negras transmitidas por Cristino nos mostra um pouco do que a sociedade letrada campinense enxergava do ‘homem de cor’ naquele ambiente de início do século: trabalhador, porém, viciado em jogos e aguardente, irresponsável e em constantes conflitos, principalmente, no seio de suas próprias famílias.

Seguindo esta linha pensamento, nos chama atenção à descrição feita por Cristino Pimentel acerca do negro “Major Fuça”, na crônica homônima deste sujeito histórico:

*Desse tempo de folguedos, tenho saudade das peraltagens e dos insultos sem maldade, que fazíamos aos velhos portadores de apelidos: Major “Fuça”, apelido de Manoel Fabricio da Costa; Inácio que esporou a mãe; lamparina, que mordida como um cachorro danado; o cego couro grosso; Gardinin; Jacinta Buchó Quebrado; Neguinho de Licurgo; Inácio Manta e tantos outros infelizes, marcados com a flor de lis do sofrimento. Major “Fuça” era um negro velho magro, olhos vivos e*

---

<sup>216</sup> PIMENTEL, Cristino. Rua do Açude novo IN: *Abrindo o livro do passado*. 2ª Ed. Campina Grande: EDUFCEG, 2011, p. 32.

<sup>217</sup> PIMENTEL, Cristino. Op. Cit. p. 32.

*pequenos, curvado pelo peso dos anos e pelas muletas em que andava apoiado, ainda com um braço na tipóia, quebrado por um neto, negro mau que deve andar vagando pelo mundo purgando os pecados como um ruim pagador de bodega. O coitado do velho, encascado nos seus noventa anos, mesmo assim fazia graças, gargalhava, sem dentes mastigava bolacha fazendo caretas. Quando os “moleques” lhe chamavam do Major “Fuça”, ele repelia assim: “menino, moleque e nego são três pedras imorais, dizia meu pai! Se uma mulata bonita lhe fazia uma graça ou indiferente passava por ele, Major “Fuça” avivava os olhos, botava a pala do boné para trás, quando não o jogava no chão, passava a mão do bigode para o queixo, dava uma gargalhada e caía de costas, rolando no chão, no movimento do verme que luta para amar e viver”<sup>218</sup>*

Essa descrição não deixa dúvidas da forma como o passado escravo na cidade negra ainda estava presente na sociedade campinense do início do século XX. As desavenças, os castigos “por toda a vida” era uma espécie de mácula que o negro sempre trazia consigo, na opinião do nosso letrado.

Desta forma, não é de estranhar que aquele passado do negro na Urbe se tentava esquecer, ou mesmo mudar seu foco, desqualificando aquilo que rememorasse a sua trajetória na sociedade campinense. Contudo, não era possível esconder o passado ou mesmo eliminá-lo. Era algo presente e bastante vivo nas mentes dos indivíduos da época, por isto se tenta a todo modo desqualificar e relegar ao esquecimento a memória da cidade negra.

A visão do negro que apenas “sofre”, que é “mau” e traz “máculas do passado de escravidão” é constantemente encontrada neste tipo de fonte, no caso, as memórias dos cronistas e homens de letras. Todavia, com a renovação na pesquisa historiográfica, outros sujeitos “têm emergido” das fontes, a exemplo de José Silvestre da Silva, vulgo “José Negrão”, “encontrado” pelo historiador Fábio Gutemberg nas “malhas” dos processos-crimes da justiça entre os anos de 1940 a 1945<sup>219</sup>.

“José Negrão” foi o típico sujeito histórico que *pela sua ousadia, terminou sendo perseguido pela polícia e pela justiça em suas andanças*<sup>220</sup>. Adjetivos nos processos-crimes, tais como “vagabundo”, “desordeiro” e “arruaceiro”, com diversas

---

<sup>218</sup>PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 2ª Ed. Campina Grande: EDUFPG, 2011, p. 18-19.

<sup>219</sup> SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. Cidades estéticas, homens promíscuos e inestéticos: O caso de José Negrão IN: *Ariús*, nº 10, 2001, p. 64-71.

<sup>220</sup> Op. Cit. p. 64.



prisões, nos faz perceber que a vida deste indivíduo foi marcada pelos confrontos com autoridades e agentes públicos. Desta forma, o mesmo teve um estilo de vida muito diferente dos personagens citados por Cristino Pimentel, como o já mencionado Birunga, carapuceiro que, “até quando morreu, seguiu seu destino, sem sonhos, sem ambição, procurando ser honesto no trabalho. Casou-se, deixou filhos e netos, que seguem na vida a mesma linha de pobreza do seu ancestral querido, (...), era um pobre resignado, (...), e a sua alma se assemelhava a ser, destinado a tudo sofrer com paciência”<sup>221</sup>.

Creemos que ambos os sujeitos históricos, “José Negrão” e “Birunga”, os quais não encontramos suas próprias falas e percepções dos fatos vividos, são exemplos de como a pesquisa histórica é importante para emergir os personagens “esquecidos” da tradicional historiografia. Antes de serem exemplos “fiéis ou não” dos homens de cor do período estudado, são pessoas de “carne e osso” que vivenciaram as transformações arquitetônicas e simbólicas das Ruas da “Rainha da Borborema”. Suas vidas chegaram até o tempo presente por meio das “malhas” da escrita e nos permitiram conjecturar acerca da visão da sociedade campinense sobre a inserção do negro no período estudado, tendo um “fim” diferente de outros tantos personagens que não nos legaram vestígios de sua existência.

Além dos sujeitos históricos, em Campina Grande percebemos que também os monumentos ligados à memória negra foram literalmente ‘retirados’ do mapa, a exemplo da Igreja do Rosário, no Centro. Na reforma arquitetônica e urbanística nos anos 1940, empreitada levada adiante pelo prefeito Vergniaud Wanderley, a igreja teve sua demolição do Centro iniciada em 18 de outubro de 1940, para ser transferida para o Bairro da Prata<sup>222</sup>. Todavia, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na mesma área, ficou intacta, mas aquela, que tinha por padroeira uma santa ligada às tradições negras em nosso país, foi simplesmente demolida e ‘transferida’<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> PIMENTEL, Cristino. O último dos Cambimbas In: *Mais um mergulho na história campinense*. Campina Grande, Editora Caravelas, 2001, p. 127-128.

<sup>222</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 135.

<sup>223</sup> Não podemos deixar de enfatizar que a nova localização da Igreja do Rosário no bairro da Prata distanciou bastante a relação da questão étnica com tal espaço, tendo em vista que a igreja passou a existir em um bairro, hoje, de classe média alta, não permanecendo, portanto, suas características originais de estar mais próximos dos populares da área central da cidade.

Também foi tirado da área central da urbe e da memória dos campinenses o monumento em homenagem ao Escravo Desconhecido<sup>224</sup>. Segundo Cristino:

*As pedras polidas, depois de rolarem à toa por diversos cantos, foram aproveitadas, pelo prefeito Bento de Figueiredo, que em 1940 erguera um monumento ao Escravo Desconhecido, na Rua 13 de Maio, que foi apelidada de “Praça relâmpago” por ter sido construída e inaugurada em menos de uma semana. Essa praça teve mau começo e péssimo fim: foi arrasada e seu terreno cedido a um particular, na Gestão do Dr. Severino Gomes Procópio, em 1947<sup>225</sup>*

Com a passagem do cinquentenário da Lei da Áurea, que pôs fim, legalmente, a escravidão no país (1888-1938), por meio dos jornais, em especial, da *Voz da Borborema*, os homens das letras campinenses debatiam acerca da memória do passado do negro na cidade. Os reclames pela construção deste monumento só foi atendido dois anos depois, em 13 de maio de 1940. Todavia, o ‘descaso’ foi logo percebido pelos populares que trataram de nomear o local, que deveria fazer menção à escravidão, com um nome mais próximo da realidade, chamando-a de “Praça Relâmpago”, em virtude de serem usadas as pedras aproveitadas de outras construções. Se teve ‘mau começo’, foi ‘péssimo o fim’. Como nos diz Epaminondas Câmara, o monumento e a ‘pracinha jardinada’ foram demolidos em 18 de setembro de 1945<sup>226</sup>.

Não só os monumentos ligados ao negro geraram controvérsia entre as camadas mais abastadas da sociedade campinense. O próprio Cristino Pimentel critica a troca do nome da Rua do “Açude Novo”, denominação inicial, para Rua 13 de Maio. Coincidência? Para o autor, “mudar o nome de uma Rua é o mesmo que mudar um destino”. Estaria o autor envolto em suas lembranças do Logradouro de sua infância, ou o mesmo não se sentiu prestigiado, pois foi essa a única Rua que ‘restou’ fazendo

---

<sup>224</sup> Acerca da conceituação de monumento ver: CHOAY, Françoise. Introdução IN: *A alegoria do patrimônio*. Tradução: MACHADO, Luciano Vieira. São Paulo. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.p. 11-30.

<sup>225</sup> PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 2ª Ed. Campina Grande: EDUFPG, 2011, p. 26.

<sup>226</sup> CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 151. Percebe-se uma pequena divergência no tocante a data da demolição do monumento. A crônica de Cristino Pimentel cita o ano de 1947 e o livro de Epaminondas menciona o ano de 1945. Conjeturamos que o livro de Epaminondas seja mais preciso, tendo em vista ter sido lançada sua primeira edição em 1947, todavia, esta diferença de datação não compromete à compreensão principal que temos acerca da questão que houve uma praça construída às pressas em homenagem ao Escravo Desconhecido e que a mesma foi poucos anos depois derrubada, sem que houvesse outro monumento que a substituísse na construção da memória coletiva em relação ao passado do negro na urbe campinense.

referência ao passado dos negros na cidade? Não temos as respostas, mas fica evidente essa tentativa de “esquecimento” do passado do negro na construção da memória coletiva de Campina Grande.

Tratando do futebol, os habitantes da Rainha da Borborema conhecem muito bem, nos dias atuais, a rivalidade entre Treze e Campinense. Entretanto, poucos sabem que existiu um clube de maioria negra, no caso, o Ipiranga.

Em entrevista concedida ao Professor Mario Vinicius <sup>227</sup>, Lula, nascido em 1907, ex-goleiro do ‘encarnado e branco’, entre os anos de 1931 e 1938, com 93 anos na época que nos legou suas memórias, nos deixa transparecer a questão racial que haveria no cotidiano campinense do período. Observemos a imagem a seguir, provavelmente de 1933 e não de 1923, conforme está escrito na legenda, pois o Ipiranga só seria fundado em 1926 <sup>228</sup>:



FOTOGRAFIA 22- Time do Ipiranga 1933.  
FONTE: Site Retalhos históricos de Campina Grande

O Treze foi fundado em 1925. Em maio de 1926 foi a vez do Ipiranga que tinha as cores do uniforme em ‘encarnado e branco’. Na época existiam ainda outras equipes amadoras, como o Palestra, o Comercial, etc. Contudo. Passemos a palavra ao Sr. Lula e deixemos o mesmo diferenciar as equipes do Treze e do Ipiranga em fins da década de 1920:

<sup>227</sup> Entrevista transcrita do site [www.cgretalhos.blogspot.com](http://www.cgretalhos.blogspot.com), acesso em 03 de agosto de 2011.

<sup>228</sup> Informação do pesquisador Mario Vinicius concedida ao site [www.cgretalhos.blogspot.com](http://www.cgretalhos.blogspot.com), acesso em 03 de agosto de 2011.

*O Treze era formado por pessoas que trabalhavam no comércio: empregados ou proprietários de estabelecimento, além de funcionários públicos. Por exemplo, o beque “seu” Lima era empregado da empresa de Tito Sodré; o outro, Zé Eloy, era ourives. Zé Castro negociava com couro. Zacarias “Cotó”, que tinha este apelido por ser baixinho, trabalhava numa farmácia... Era considerado o time da elite. Já o Ipiranga era composto por pessoas mais simples, a maioria mecânicos e agricultores, sendo chamado de “o time dos negros”, isto durante anos, pois era composto praticamente por pessoas desta cor. Quando cheguei ao Ipiranga, três anos depois, o mais alvo era eu (risos)...<sup>229</sup>*

Um time de elite e o outro mais popular e de cor: assim, não é de estranhar que houvesse grande rivalidade entre as equipes. Destacamos que, apesar das categorias antagônicas mencionadas pelo Sr. Lula, (time de elite vs time dos negros) é importante fazermos a ressalva que o futebol como um todo não era considerado um esporte “descendente” para a elite social de Campina Grande, como já exposto neste trabalho. O time de futebol do Treze surgiu anos mais tarde em relação ao seu grande rival de hoje, o Campinense Clube. Este, já era um clube de diversão da “elite” local, que fundou o futebol, a pedido de seus associados, em 1919, mas, por entendimento de seus próprios sócios, o extinguiu logo em seguida, só vindo a ser reaberto no ano de 1954.<sup>230</sup>

Feita esta ressalva, não podemos deixar de mencionar a rivalidade que se instalou nas décadas de 1920 e 1930 entre o Ipiranga e o Treze. É importante mencionar que o jogo de abertura do Estádio Presidente Vargas, no dia 17 de março de 1940, atual campo do ‘Galo da Borborema’, foi uma partida entre Treze e Ipiranga, que terminou empatada em 3x3. Nas fontes encontramos apenas a escalação do Treze e os nomes dos atletas que marcaram os três gols desta equipe, todavia, sobre o Ipiranga só há a referência que o primeiro gol do Estádio foi marcado por Alcides, jogador desta equipe. Não há mais registros. Coincidência, ou mais uma vez o passado do negro é propositalmente levado a ser esquecido? Segundo o Sr. Lula:

*Dia de jogo entre Treze e Ipiranga, o campo ficava lotado. Havia uma rivalidade entre os dois e a torcida trezeana não admitia que o seu time perdesse. Então,*

---

<sup>229</sup> Idem.

<sup>230</sup> MEDEIROS, Mário Vinicius Carneiro. *Treze Futebol Clube: 80 anos de história*. João Pessoa, União, 2006. p. 33.

*quando era jogo contra o Ipiranga o presidente Antonio Miguel, que era rico, mandava buscar na sexta-feira, três jogadores de Natal (RN): Poty, Rodolfo e Glicério, que sempre ficavam hospedados na casa do diretor alvinegro. Somente uma única vez o Ipiranga, até 1929, conseguiu vencer o Treze. No restante dos jogos, ou empatou ou foi derrotado<sup>231</sup>.*

A fala do entrevistado é elucidativa no sentido de apresentar as diferenças de condições econômicas entre as duas agremiações esportivas campinenses. Conjecturamos que no dia a dia os praticantes do ‘esporte bretão’ se encontrariam em diversos momentos nas Ruas da cidade e, faziam valer a rivalidade descrita pelo Sr. Lula. Pois bem, se a “torcida trezena não admitia que o seu time perdesse”, cremos que o inverso também acontecia, com a torcida do ‘encarnado e branco’ desejando obter o triunfo, não só esportivo, mas muitas vezes tendo o futebol como ‘válvula de escape’ das questões éticas e raciais que se vivia no cotidiano da urbe.

Apesar da rivalidade existente, de forma geral, o futebol em Campina Grande nas primeiras décadas do século XX ainda era disputado de forma amadora, mas o “time dos pretos” tinha condições econômicas piores, como nos informa o Sr Lula, explicando quando e o porquê deixou de jogar futebol:

*Em 1938. Eu casara em 1935 e já era pai de três filhos. Então, eu pensei seriamente e resolvi abandonar a carreira de atleta. O time era pobre, não tinha uma “caixa de remédios” (uma pequena “farmácia”) para os atletas, como existia no Treze, por exemplo. Se eu me machucasse sério e perdesse o trabalho, ficaria difícil para minha família. Então resolvi abandonar o esporte. Ainda acompanhei futebol durante muitos anos, mas a partir daí somente como torcedor<sup>232</sup>.*

O Ipiranga não foi apenas um clube de futebol. Teve também grande significado no meio social, participando da vida carnavalesca de Campina Grande. Enquanto clube de Carnaval não perdeu seu caráter popular, com identificação de mais um “Território negro” construído no meio urbano. Segundo Francisco Maria:

*Ah, cadê o Ipiranga de meu tempo de menino? Vestidas de encarnado e branco, as “peniqueiras” a cantar marchas tristes do Carnaval de “Zé de Branco”.*

---

<sup>231</sup> Idem  
<sup>232</sup> Idem.

*Na “Rua Grande” o estandarte varrendo o céu, numa dança louca. Na loja Iracema da esquina, “o piston” de Porfírio Costa gritava mais alto (...)*

*Alto, as pernas tortas, surgia “Musga preta”, bandeira na mão, pintor e “pé de cana”, “golquíper” em tardes de domingo (...)*

*Pintores, mecânicos, pedreiros, sapateiros, Zé Pinheiro, Bodocongó e a Liberdade formando o bloco, sob o comando de “Mestre Batista”, “Zé Tombador” e “Nego Mira” – unidos em torno do famoso estandarte<sup>233</sup>.*

Apesar do nome oficial do bloco ser o Clube do Ipiranga, partes dos próprios moradores da cidade se referiam ao mesmo como o “Clube das Peniqueiras”, com certeza, um nome depreciativo para designar que os participantes do bloco tinham sua origem mais humilde, ligada as trabalhadoras ‘domésticas, pintores, mecânicos, pedreiros, sapateiros’, enfim, aos mais simples da sociedade, que vinham em sua maioria dos subúrbios, como os Bairros de Zé Pinheiro, Bodocongó e Liberdade.

Temos neste bloco uma série de cidadãos que criavam seus Territórios de sobrevivência nas Ruas de Campina Grande na primeira metade do século XX. A exemplo, de “Musga preta” que no dia-a-dia era pintor e “pé de cana”, nas tardes de domingo atuava no “gol” do Ipiranga e em tempos de carnavais “impunha” a bandeira do bloco na mão.

Desta forma, compreendemos como o Ipiranga foi importante neste processo de construção de Territórios negros na cidade de Campina Grande, não deixando esta camada étnico-racial de fora dos eventos sociais e esportivos cotidianos. A Sede social do Clube ‘encarnado e branco’ continuou a funcionar até a década inicial deste século XXI, mas a equipe de futebol deixou de existir bem antes. O legado que deixou foi o de ser uma forma de construção de território negro em um ambiente de certo modo elitizado na ‘Rainha da Borborema’. Do mesmo modo do Clube carnavalesco dos Cambimbas, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, o time e o bloco do Ipiranga mostraram como no espaço urbano de Campina Grande os negros construíram para si territórios de afirmação de sua identidade étnico-racial.

Mesmo com os diversos exemplos das construções de territórios por parte dos negros, observamos que estas heranças e contribuições foram relegadas a um plano

---

<sup>233</sup> MARIA FILHO, Francisco. O Ipiranga IN: *Crônicas*. Campina Grande, Grande: União Companhia Editorial, 1978. p. 67-68.

secundário pela historiografia local e pelas camadas dominantes. Observemos a imagem:



FOTOGRAFIA 23: Monumento dos Pioneiros nas Margens do Açude Velho  
FONTE: Enciclopédia Virtual Wikipédia

Este monumento conhecido dos campinenses foi erguido em 1964. Inaugurado no dia 11 de outubro para comemorar o centenário de emancipação política do Município. Segundo os jornais da época, houve uma coleta de informações perante a população local e a Comissão encarregada de organizar os eventos alusivos a data do Centenário do Município, resolveu quase que por unanimidade homenagear os três personagens, a saber: “o índio”, a “catadora de algodão” e “o tropeiro”<sup>234</sup>.

Para compreendermos este processo, procuremos inicialmente entender o sentido de se construir monumentos na sociedade atual, a partir de Françoise Choay:

*Monumento é tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ela trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a*

---

<sup>234</sup> Informações constantes em [www.cgretalhos.blogspot.com](http://www.cgretalhos.blogspot.com), acesso em janeiro de 2012.

*identidade de uma comunidade étnica ou religiosa,  
nacional, tribal ou familiar*<sup>235</sup>

Desta forma, se um monumento tem a intenção de “contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica”, como descrito nesta passagem, percebemos que na escultura dos pioneiros, que se tornou um verdadeiro símbolo representativo da cidade de Campina Grande, identificamos mais uma vez a tentativa de exclusão do “passado do negro” e de sua contribuição para o desenvolvimento histórico da ‘Rainha da Borborema’. O índio representa a origem primitiva da região, fazendo menção ainda à época do Sítio das Barrocas. Ainda hoje uma das mais movimentadas Artérias do Centro tem o nome de Rua Índios Cariris. Apesar da destruição do povo e da cultura indígena que havia na região de Campina, os ‘letrados’ locais elegeram a figura do Índio como representativo da origem da Urbe.

Depois do nativo, os criadores da escultura enxergaram o Tropeiro, que virou o grande símbolo do comércio local, eternizado e enaltecido no meio cultural e na canção popular “Tropeiros da Borborema”, interpretada por diversos artistas locais e nacionais, a exemplo do “Rei do Baião” Luiz Gonzaga. O tropeiro foi um personagem que os ‘letrados’ e certa camada social campinense elegeu como representativo do ‘espírito empreendedor’ da cidade, que venceu as adversidades geográficas do Planalto da Borborema, para assim dar dinamismo e se estabelecer o núcleo urbano na região.

Por fim, se reconhece o período do “ouro branco”, do *boom* algodoeiro com “A catadora de algodão” representando também a mulher e o grande desenvolvimento industrial da cidade ocorrido já no século XX. Lembra-se desta forma que a sociedade do algodão foi importante para o crescimento de Campina e que sua lembrança deve fazer parte daquele momento de comemoração.

E o Negro? Encontramos um grande silêncio em relação a sua contribuição histórica. No monumento dos pioneiros, não se faz nenhuma menção ao ‘suor dos escravos’ e dos ‘homens de cor’ que também ajudaram a construir a cidade “Rainha da Borborema”. Se na década de 1940 a Praça em homenagem ao Escravo Desconhecido foi rapidamente construída e logo em seguida destruída, observamos que a escultura que ‘saudava’ a passagem do centenário da emancipação política do Município não fez nenhuma menção aos homens e mulheres negras que, no passado foram escravos, e no

---

<sup>235</sup>CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: MACHADO, Luciano Vieira. São Paulo. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. p. 18.



presente procuravam sua inserção social por meio da construção dos territórios que as Ruas de Campina Grande ‘testemunharam’.

Esse esquecimento (explícito? Ou implícito?) aliado, as demolições da Igreja do Rosário no Centro da Urbe e sua transferência para uma área distante e periférica à época (anos 1940); o fim do Clube Ipiranga, a depreciação dos divertimentos negros, a exemplo do bloco dos Cambimbas, a construção relâmpago e demolição do monumento do escravo desconhecido são mostras físicas da tentativa dos grupos dominantes locais de relegar ao esquecimento a luta dos antes, escravos, no século XIX, hoje negros do espaço urbano da cidade. A violência física se transporta para a violência simbólica e a cada investida do Poder Público observamos como se tentou apagar do passado esses “Territórios negros” construídos na Serra da Borborema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a possibilidade de caminhada por um tempo de meio século, reiteramos que as Ruas foram um palco privilegiado para a compreensão das vivências dos habitantes de Campina Grande no período de 1900 a 1950. Analisando as transformações físicas pelos quais os Logradouros passaram, foi possível identificar algumas das mudanças de hábitos e práticas de sociabilidade dos moradores da cidade em diferentes momentos históricos dentro do recorte temporal e espacial.

Caminhar pelas Ruas das metrópoles hoje, igualmente a investigar as mudanças do espaço urbano e as implicações destas alterações na vida dos moradores não é algo fácil, e novos desafios sempre se impõem à pesquisa histórica. Em cada esquina, a cada cruzamento, nas praças e jardins da Urbe, múltiplas vivências e encontros se dão todos os dias entre indivíduos que, com suas particularidades re-significam os ambientes e criam territórios para si e para seus grupos. Todavia, não é sempre que encontramos de forma clara estes territórios, pois muitos sujeitos históricos atuaram para enaltecer, ou em sentido contrário, silenciar os indivíduos de determinadas camadas sociais e seus territórios, a exemplo, do passado do negro nas Ruas campinenses.

Diante deste quadro, podemos perceber que o historiador tem um trabalho árduo, todavia, muito importante, no sentido de tentar captar esta multiplicidade de sentidos e formas da cidade moderna e de seus habitantes, tornando possível aos contemporâneos compreenderem um pouco das lógicas urbanas. No presente temos acesso, através de nossa sensibilidade, as crônicas visuais e escritas que nos foram legadas pelos sujeitos históricos. Entretanto, analisar e dar sentido a estas, interpretando um período longínquo, não é uma jornada fácil, por isto, este trabalho teve seu papel redimensionado, no sentido de lançar luzes com possibilidades de conhecimento do passado de Campina Grande através do ambiente “concreto” e ao mesmo tempo “simbólico” das Ruas.

Caminhos, Becos, Logradouros, Avenidas, se desnudaram aos nossos sentidos por meio das imagens captadas no cotidiano pelas lentes de fotógrafos, pelas palavras de cronistas, pela pena dos repórteres, além, é óbvio, daqueles que transitavam no ambiente físico da cidade, dando vida e pulsação ao espaço público da Rua. Percorremos nosso

recorte temporal e espacial por meio do ato de ‘flanar’, se não de maneira física, mas de forma imaginária, através da documentação disponível.

Cabe-nos ressaltar ainda que as fontes pesquisadas nos informaram mais que meras descrições dos ambientes e personagens. Elas nos apresentaram singularidades que permitiram “visitar”, ou melhor, “flanar” por tão amplos espaços de sociabilidade, onde indivíduos e grupos conviviam, nem sempre de forma harmônica, mas em uma espécie de ‘pacto’ de tolerância recíproca.

Ao longo deste trabalho apresentamos uma possibilidade de leitura de como os cronistas, autoridades, técnicos e populares viviam esta espécie de jogo permanente, esta relação de poderes, que se desenvolviam em cenários muito concretos, no caso, no espaço das Ruas, Becos, Praças e Jardins da ‘Rainha da Borborema’ na primeira metade do século XX.

Tendo como ‘fio condutor’ da pesquisa as ‘Ruas’, primeiro, em sua dimensão física, considerando o surgimento das trilhas e caminhos até chegar às construções arquitetônicas, e secundariamente, na dimensão simbólica, no caso, o processo de nomeação e renomeação do espaço e a construção de uma memória coletiva dominante, apresentamos ao leitor as crônicas visuais, os percursos e itinerários que conseguimos captar e conjecturar da documentação existente.

Cabe-nos ainda fazer a ressalva no tocante ao conceito de crônicas visuais que utilizamos largamente no primeiro e segundo capítulo desta Dissertação e com menor ênfase no terceiro capítulo. Esta lacuna é justamente o reflexo da ausência de fontes ligadas às imagens dos negros na sociedade campinense. A título de exemplo, o próprio Monumento ao Escravo Desconhecido, que foi construído e depois de sete anos destruído, não possui nem uma imagem nos museus da cidade ou mesmo em outras fontes pesquisadas, a exemplo da internet. Desta forma, fazer uma narrativa histórica acerca da ocupação do negro e de sua inserção no espaço das Ruas campinenses tornou-se tarefa árdua, o que nos fez optar pela utilização das crônicas e memórias escritas.

Das poucas imagens que dispusemos, a exemplo, a imagem nº 22, do time do Ipiranga, não temos como fazer conjecturas visuais, em virtude da própria condição técnica da imagem. Em um período onde as fotografias produzidas eram apenas em preto-e-branco não seria “seguro” aludirmos as questões visuais sobre as formas de ocupação do espaço por um determinado grupo étnico, a exemplo do negro.

No entanto, cremos ter aberto janelas de possibilidades para que trabalhos específicos, que tenham por objeto a questão do negro, possam oferecer melhor

compreensão do passado deste grupo na cidade. Enfatizamos que nosso objeto de estudo foram as Ruas e a construção de certa memória dominante, que acaba por “lembrar” determinados nomes e pessoas, ao passo que silencia outros grupos e etnias, a exemplo dos negros.

Sendo assim, procuramos desenvolver a nossa análise dos ambientes arquitetônicos construídos e, fartamente nos legado pelas fontes, para adentramos na ótica dos espaços simbólicos, no caso, os territórios da cidade. Desta forma, se não podemos apreender a crônica visual do negro, podemos conhecer alguns dos territórios que o mesmo construiu para si a partir de suas redes de sociabilidades.

Reiteramos que a falta de uma percepção no presente destes territórios não são obstáculos que nos desautorizam a falar em territórios negros em Campina Grande, mas ao contrário, nos leva a questionar como a memória deste grupo foi paulatinamente silenciada nas Ruas da cidade.

Desta forma, construímos nossa narrativa do passado de Campina Grande. No entanto, ainda temos uma valiosa questão: teríamos nas palavras de Natalie Zemon Davis, ‘desvendado o verdadeiro rosto do passado’? Ou será que ‘Pansette terá voltado a agir’? <sup>236</sup> Conseguimos apresentar um ‘rosto’ próximo da realidade vivida pelos moradores da Urbe campinense na primeira metade do século XX? Ou nos deixamos levar pelas tramas das fontes e nos desvirtuamos de nosso propósito?

Por hora, seguimos nossas conjecturas no sentido de apresentar uma das contribuições deste trabalho: a cidade moderna pode, e deve ser estudada a partir das crônicas visuais de suas Ruas. Com o apoio de outros campos de saber, inclusive, os utilizados nesta pesquisa, tais como, o urbanismo, a antropologia, a Língua, a cartografia, temos importantes aliados que nos auxiliam no sentido de ampliarmos os estudos históricos sobre a modernidade urbana.

Esta visão e aproximação com múltiplos campos do saber, sem que percamos o norte histórico e compromisso com a narrativa do passado, é o que enriquece a pesquisa e torna possível enveredarmos pelos diferentes espaços, pelas diversas vivências do cotidiano dos habitantes da cidade contemporânea. Por isto, ressaltamos a importância e

---

<sup>236</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução: BOTTMANN, Denise, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p. 151. O livro trata de um curioso caso de impostura no século XVI na França. Após vários anos, o desaparecido Martin Guerre volta a sua aldeia e todos o recebem, inclusive, sua esposa, Bertrand, no entanto, após um período de convívio, um outro Martin Guerre reaparece e denuncia que o primeiro na realidade tratava-se de um impostor, no caso, Pansette. A autora, sem fontes precisas faz várias conjecturas e cria sua narrativa, mas sem deixar de trazer o véis da dúvida em suas afirmativas em relação ao ‘verdadeiro rosto do passado’.

os variados redimensionamentos que podemos dar ao estudo da modernidade urbana. O estudo das vivências e territorialidades de homens e mulheres no espaço das Ruas é uma valiosa porta de acesso de conhecimento do espaço urbano e desvenda muito do passado histórico de uma determinada comunidade presente.

## FONTES DE PESQUISA

### DOCUMENTÁRIO

XAPÉU, Carlos Alberto. ( diretor). *Campina Grande ontem e hoje, você faz parte dessa História*. Campina Grande, 2010, 120 min.

### JORNAIS

*O XV DE NOVEMBRO*, Campina Grande, outubro de 1908/junho de 1909.

*O CAMPINA GRANDE*, Campina Grande, julho a agosto de 1909.

*A GAZETA DO SERTÃO*, Campina Grande, dezembro de 1923.

*CORREIO DE CAMPINA*, Campina Grande, janeiro de 1927.

*O SÉCULO*, Campina Grande, junho 1928/abril de 1929.

*BRASIL NOVO*, Campina Grande, janeiro de 1931/ fevereiro de 1932.

*JORNAL DE CAMPINA*, Campina Grande, janeiro/ março de 1933.

*A BATALHA*, Campina Grande, novembro de 1934/ abril de 1935.

*VOZ DA BORBOREMA*, Campina Grande, junho de 1937/ julho de 1940.

*O REBATE*, Campina Grande, outubro de 1943/ outubro de 1944.

*A VOZ DO DIA*, Campina Grande, maio de 1945.

*CORREIO CAMPINENSE*, Campina Grande, agosto de 1949.

*O MOMENTO*, Campina Grande, setembro/ novembro de 1950.

*O DIÁRIO DA BORBOREMA*, Campina Grande, agosto/outubro de 1983.

### REVISTA

VERSIGNASI, Alexandre. (Editor). Como fazíamos sem... Ruas? IN: *Aventuras na História*, São Paulo: Editora Abril, Edição 112, Janeiro 2012.

## SITES

www.cgretalhos.blogspot.com, acesso em diversas datas entre agosto de 2011 e janeiro de 2012.

www.webartigos.com, acesso em 03 de agosto de 2011.

www.rosario.org.br, acesso em 01 de setembro de 2011.

www.wikipédia.com , acesso em 16 de janeiro de 2012.

www.origemdapalavra.com.br, acesso em 09 de abril de 2012.

## MEMÓRIAS E CRÔNICAS

BARRETO, Lima. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DANTAS, Adhemar Fernandes. *Pelo tempo sem fim amém*. João Pessoa A União Cia Editora, 1982.

LIMA, Ronaldo Cunha. *Roteiro Sentimental- Fragmentos Humanos e Urbanos de Campina Grande*, João Pessoa, Grafset, 2001

MARIA FILHO, Francisco. *Crônicas*. Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978.

MORAES, Antônio Pereira de. *Vi, ouvi e senti. Crônicas da vida campinense e outras narrativas- versinhos de ontem e de hoje*. Campina Grande, s.e., 1985.

PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 1ª Edição. Campina Grande: Editora Teone, 1956.

\_\_\_\_\_. *Abrindo o livro do passado*. 2ª Edição. Campina Grande: EDUFCEG, 2011

\_\_\_\_\_. *Pedaços da história de Campina Grande (2º volume de Abrindo o livro do passado)*. Campina Grande, Livraria Pedrosa, 1958.

\_\_\_\_\_. *Mais um mergulho na história campinense*. Campina Grande, Editora Caravelas, 2001.

RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979.

VILLAR, Euclides. *Almanaque de Campina Grande para o ano de 1933*. Ano I, Campina Grande, Livraria Campinense, 1932.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA DO Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades-Campina Grande (1959)*. Campina Grande, EDUFCG, 2006, 151 p.

AGRA, Giscard Farias. Imagens do Mato e da Rua: passagens da Campina Rural à Campina urbana IN: *Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935*. Campina Grande, EDUFCG, 2010, p. 53-122.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira; SOUZA, Antonio Clarindo B. (orgs). *Cultura e Cidades* (org.), Campina Grande, EDUFCG, 2009.

ARANHA, Gervácio Batista. “Visões da modernidade urbana: a experiência nortista”. IN: *Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e região: Tramas Político-Econômicas e Práticas Culturais (1880-1920)*. Doutorado em História, Unicamp, Campinas, 2001:249-317.

\_\_\_\_\_. *Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande, EDUFCG, 2006, 275 p.

ARRAIS, Raimundo. Possuindo os lugares: *Gilberto Freyre e a mobilização dos sentidos na apreensão da cidade* IN: *História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil*. MONTENEGRO, Antonio Torres et al – Co-Edição. Recife: Ed. da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.

BARROS, José. D’Assunção. *Cidade e História*, Petrópolis, Vozes, 2007.

BERMAN, Marshall, *Tudo que é sólido desmancha no ar- A aventura da modernidade*. Tradução: MOISES, Carlos Felipe. São Paulo, Cia. Das Letras, 1986.

BERRAL, R.S. *A medusa da modernidade: a cidade do Recife à luz da fotografia*. Campina Grande, EDUFCG, 2009.

BRESCIANI, Stella. “História e historiografia das cidades um percurso”. IN: *Historiografia brasileira em perspectiva*. FREITAS, Marcos César (org.). São Paulo, Contexto, 1998:237-258;

\_\_\_\_\_. “A descida aos infernos”. IN: *Londres e Paris no séc. XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p 23-48.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande, EDUFCG, 2009, 204 p.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, 164 p.



\_\_\_\_\_. *Os Alicerces de Campina Grande*. 3ª Edição. Campina Grande, Edições Caravela, 2006. 120 p.

CAVALCANTI, Silêde Leila O. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas*. Mestrado em História, Recife, UFPE, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad.: MENEZES, Maria de Lourdes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: 1- Artes de fazer*. 16ª Edição. Trad.: ALVES, Ephraim Ferreira. Petrópolis, Vozes, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Cenas da Cidade Negra IN: Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 175-248.

CHARTIER, Roger, *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: ANTUNES, Cristina, Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2010, 2ª Ed.

\_\_\_\_\_. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: MACHADO, Luciano Vieira. São Paulo. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução: BOTTMANN, Denise, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

DE DECCA, Edgar Salvadori, *1930-O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxonômicos*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1980.

\_\_\_\_\_. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992, p. 21.

\_\_\_\_\_. *O nome da Rua IN: A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo, 1996. p 131-269.

FERNANDES, Marcos Salete. *O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas* IN: [www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br), acesso em 09/04/2012.

FIGUEIREDO JR. Paulo Matias. *Fotografia em Campina Grande: os fotógrafos e suas produções imagéticas no processo de desenvolvimento do Município (1910-1960)*. 2000. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2002. Campus I - Campina Grande - Biblioteca Central – SeCE / 770 - F457.

FREHSE, Fraya. Da várzea ao colégio, e pela paulicéia toda IN: *O tempo das Ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: EDUSP, 2005.

GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução: AMOROSO, Maria Betânia, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

GOMES, Maria Elena Santos. *Toponímia: Sentido e memória na denominação das Ruas na cidade de Tangará da Serra – MT*. Tangará da Serra: UEMT, 2005.

LACAZE, *Os métodos do urbanismo*. Tradução Marina Appenzeller – Campinas: Papirus, 1993, 132 p.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará Republicano (1888-1906)*. Salvador, EDUFBA, 2008.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, 476 p.

LUZ, Madel T. O corpo da cidade IN: *Olhares sobre a cidade*. PECHMAN, Robert Moses (org). Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1994: p 181-193.

MEDEIROS, Mário Vinicius Carneiro. *Treze Futebol Clube: 80 anos de história*. João Pessoa, União, 2006.

MELO, Josemir Camilo de. O trem e o crescimento de Campina Grande IN: OLIVEIRA, Maria José Silva e RODRIGUES, José Edmilson (ORGS). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça*. Campina Grande, Editora Agenda, 2007, p. 17-30.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba*. João Pessoa, A União Editora, 2002, 7ª Edição.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, 187 p.

MOREIRA, Carlos Eduardo et al. *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite – Prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande, EDUFCA, 2008, 253 p.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. *Antigos lugares, novos temas: os sinais do tempo no bairro da Boa Vista*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

OLIVEIRA, Maria José Silva e RODRIGUES, José Edmilson (ORGS). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça*. Campina Grande, Editora Agenda, 2007.

PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. Olhares sobre a cidade IN: *Olhares sobre a cidade*. PECHMAN, Robert Moses (org). Rio de Janeiro: Ed da UFRJ, 1994: p 3-8.

----- Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade IN: *Cidade & história*. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A F. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em arquitetura e urbanismo; ANPUR, 1992, p.33-44.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, *História e História Cultural*, Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2008.

QUEIROZ, Marcus Vinicius d. In: *Paisagens em movimento: as interlocuções entre a moradia e o urbano em Campina Grande (1930-1945)*. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, 2006.

RIO, João do, *A alma encantadora das ruas – Crônicas*, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2007.

RODRIGUES, José Edmilson et al. *Memorial Urbano de Campina Grande. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande*. João Pessoa: A União, 1996.281 p.

ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? IN: *Cidade e história*. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A F. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em arquitetura e urbanismo: ANPUR, 1992, p. 27-29.

SANTIAGO, Jorge P. *O lado clandestino da cidade brasileira. Uma historiografia reticente aos conflitos étnicos*. IN: Anuário americanista europeu. Nº 1, 2003, pag. 87-105.

SARTORI, Tríssia Ordovás. *Ruas de minha cidade - um estudo hodonímico*. Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, Caxias do Sul, UCS, 2010.

SYLVESTRE, Josué, *Da Revolução de 30 á queda do Estado Novo – fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília, Senado Federal, 1993.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos – Sociedade, Cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Doutorado em História, UFPE, Recife, 2002.

\_\_\_\_\_, (ORG) *Populares na Cidade- Vivências de trabalho e de lazer*. João Pessoa, Ideia, 2011.

SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. Cidades estéticas, homens promíscuos e inestéticos: O caso de José Negrão IN: *Ariús*, nº 10, 2001, p. 64-71.

\_\_\_\_\_. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas IN: AGRA DO Ó, Alarcon *et al* . *A Paraíba no Império e na República – estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa, Ideia, 2003, p.133-184.

\_\_\_\_\_. *Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1950*. Campina Grande, EDUFCEG, 2006.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*, Tradução Baltar, Alda e KNEIPP, Maria Auxiliadora, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.